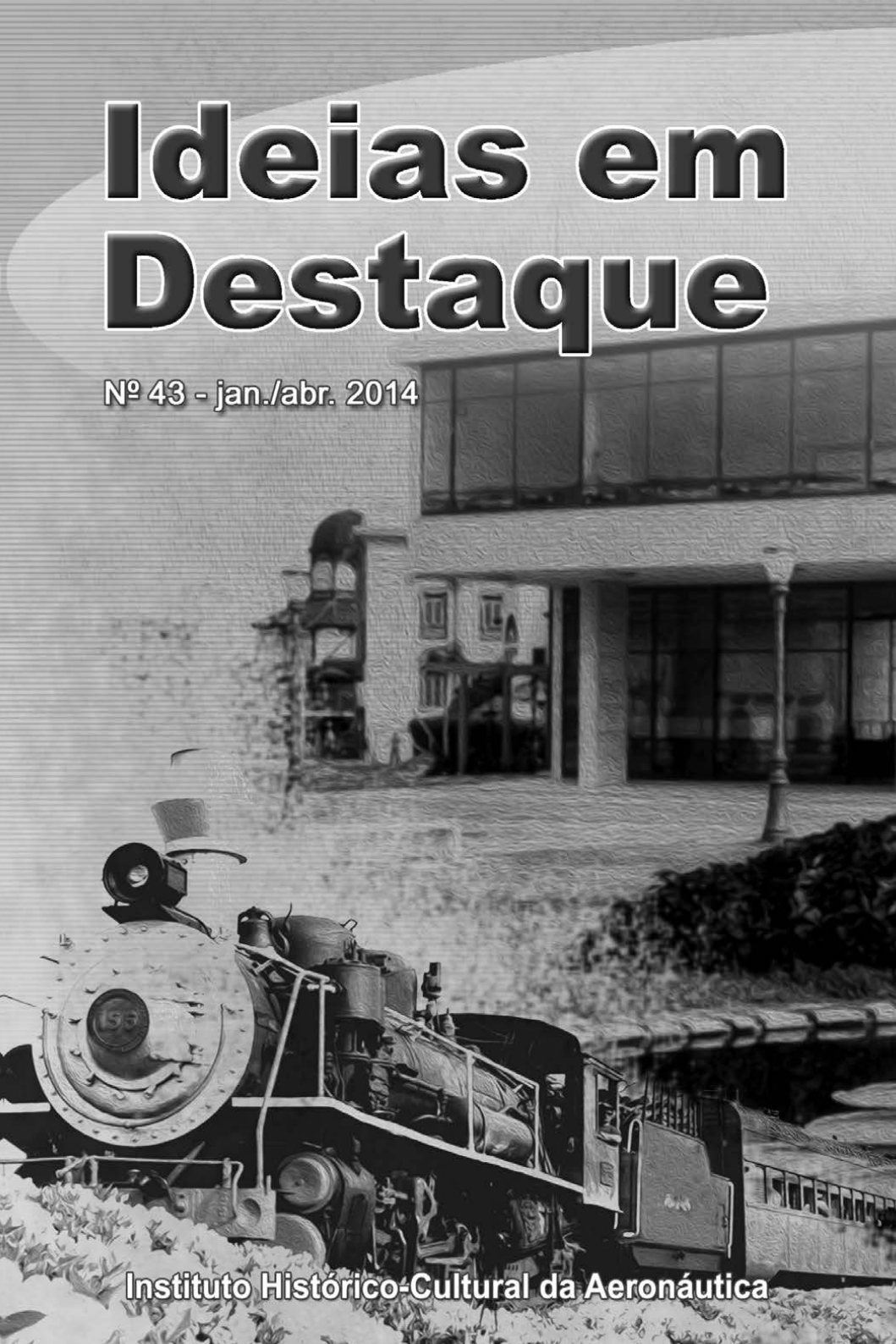
Ideias em Destaque

Nº 43 - jan./abr. 2014



Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Edição

INCAER

Editor Responsável

Maj Brig Ar R1 Wilmar Terroso Freitas

Projeto Gráfico

SO SAD 02 Wânia Branco Viana

2S SAD Jailson Carlos Fernandes Alvim

3S SIN Mauricio Barbosa Cavalcanti Filho

3S TCO Tiago de Oliveira e Souza

Revisão e Diagramação de Textos

INGRAFOTO

Nossa Capa

A arte do 3S TCO Thiago de Oliveira e Souza (INCAER) retrata o Trem da História partindo do INCAER, quando ainda estação de hidroaviões, em direção ao futuro, transportando a História Geral da Aeronáutica Brasileira.

Impressão

INGRAFOTO

Os artigos publicados nesta revista são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento do editor de "Ideias em Destaque" e da Direção do INCAER.

É permitida a reprodução, total ou parcial, dos artigos aqui publicados, desde que seja citada a fonte.

Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Ideias em Destaque / Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.
v. – Quadrimestral.

ISSN 2175 0904

1. Aeronáutica – Periódico (Brasil). I. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. II. INCAER.

CDU 354.73 (05) (81)

APRESENTAÇÃO

Esta edição de Ideias em Destaque apresenta aos leitores uma diversidade de artigos que recebemos de renomados colaboradores, os quais apresentam seus pontos de vista, questionam o *status quo* e propõem novas visões para antigos temas.

A discussão sobre valores e pensamentos estratégicos é muito antiga, fazendo parte de nossa cultura institucional e, nesta edição, o leitor poderá apreciar instigantes textos sobre esses assuntos. Terá também a oportunidade de se atualizar com temas correntes no campo da política internacional, que ocupam o noticiário dos principais meios de comunicação.

Não poderiam faltar os temas históricos, onde os autores nos inserem em seu passado, revivendo episódios que marcaram suas vidas e que servem para manifestar sua admiração pela profissão, pelas organizações onde serviram ou pela grandiosidade de feitos realizados no cumprimento do dever.

O leitor poderá ler sobre a Amazônia, assídua em nossas publicações, que parece ser inesgotável fonte de preocupações para os estudiosos e com vocação para a manutenção de um dos pilares da nacionalidade brasileira: a integridade territorial de nosso país. A cada dia, verifica-se a complexidade que se instalou em um dos biomas mais visados e cobiçados do planeta.

E não poderiam faltar as histórias e fotografias de nossos respeitados aviões, ícones de nossa historiografia aeronáutica, sempre apresentadas com rigor histórico e detalhes que são resultado de esmerada pesquisa e caprichoso trabalho de composição gráfica.

O ineditismo não é um fator determinativo para a apresentação de temas para Ideias em Destaque. Quando a equipe de edição toma conhecimento de uma matéria que julga importante divulgar em nosso círculo de leitores, procura conseguir, do autor ou da editora, o consentimento para a reprodução em nossa revista.

Ao lançar mais esta edição, registramos o nosso agradecimento aos colaboradores, esperando que todos tenham ótimos momentos de leitura e reflexão.

Tenente-Brigadeiro do Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Ideias em Destaque

Nº 43
jan./abr. 2014

Sumário

1. INCAER 28 anos: uma viagem no tempo 7
José Roberto Scheer

2. Valores e desafios: um quintal sem muro 11
Marcio Bettega Bergo

3. Guerras... sempre guerras! 19
Pedro Luis de Araújo Braga

4. A Crimeia e o poder 30
Paulo Cesar de Castro

5. A mística do Esquadrão Orungan: a busca do Alcatraz 39
Adilton Ferreira Campos

6. Rússia e China: destacadas potências no tabuleiro do poder mundial 51
Manuel Cambeses Júnior

7. Holodomor: o genocídio esquecido 55
Sérgio Pinto Monteiro

8. A defesa sob a ótica multidimensional 58
Carlos Alberto Pinto Silva

9. 1964: verdades *versus* mentiras 63
Sérgio Pinto Monteiro

10. Amazônia: “a marcha da insensatez” 70
Luiz Eduardo Rocha Paiva

11. A Evolução do Pensamento Estratégico da ESG e sua contemporaneidade no estudo do Desenvolvimento e da Defesa..... 77
Antônio Celente Videira

12. As aeronaves Lockheed F-80C *Shooting Star* na FAB 98
Aparecido Camazano Alamino

13. O Museu Aeroespacial..... 110
Wilmar Terroso Freitas

14. Biblioteca Ten Brig Moreira Lima 112
Nair de Laia

15. Coleção Aeronáutica 117

INCAER 28 anos: uma viagem no tempo

José Roberto Scheer

Em 1938, o Trem da História acendeu a sua fornalha, apitou, avisando que ia partir e fez girar suas rodas pelos trilhos da vida. Carregava, em seu bojo, as imagens recém-plantadas do dia-a-dia numa estação de passageiros dos aviões anfíbios que partiam daqui, deste mesmo chão que estamos pisando, transportando gente para conhecer o Brasil e o mundo.

Em cada estação do tempo, passageiros entravam e saíam, existências de cada um entravam e saíam, histórias de cada momento vivido entravam e saíam.

Em 1986, mais precisamente, num dia 27 de junho, o Trem da História, ao parar numa estação, mudava de trilhos e recebia seu novo maquinista, o Tenente-Brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, que iria conduzi-lo por seis anos, transportando, a partir daquele mágico instante, a História da Aeronáutica.

E, mais uma vez, iam passando as estações, pessoas continuavam a entrar e a sair, cada qual trazendo suas experiências e deixando os seus legados de bem servir, em prol da memória da Força Aérea Brasileira.

Como em qualquer viagem, vislumbramos lindas paisagens, sob o sol que inunda este país tropical. Certas vezes, passamos por túneis escuros, em que tivemos que confiar na habilidade do condutor e na ajuda da sua valorosa equipe, para alcançarmos, novamente, a luz do dia. Também viajamos sob chuvas e, até mesmo, tempestades, relâmpagos e trovões, e sempre o sol voltava a brilhar.

O implacável tempo nos provocava uma nova mudança no condutor do nosso Trem da História, e o Tenente-Brigadeiro Moreira Lima assumia o seu honroso posto à frente da locomotiva que continuava o seu caminho, balançando ritmicamente de um lado para o outro, mas sempre em frente.

Mais estações se sucediam, mais passageiros conviviam, por mais ou menos tempo, com aqueles que permaneciam, e alguns até pudemos bem identificá-los, como é o caso das duas irmãs gêmeas, que contavam causos de extremo bom gosto, que despertavam enorme interesse, e sempre deixando importantes mensagens para serem trabalhadas e colhidas no futuro. Elas chamavam-se *Idéias em Destaque*.

Havia também uma sábia senhora, de cabelos grisalhos, extremamente culta e de memória prodigiosa, que não se cansava de narrar os mais importantes acontecimentos presenciados por ela ou que tinham chegado ao seu conhecimento, de maneira pausada, porém elegante. Ela só entrava no Trem, de tempos em tempos, mas sempre que nos brindava com sua visita, trazia um grande cabedal de informações: a senhora *História Geral da Aeronáutica Brasileira*.

Um passageiro, com a voz grave, que embarcava rotineiramente, num mesmo dia, a cada final de mês, e tinha como característica harmonizar o ambiente e trazer as pessoas para junto de si, para ouvir seus profícuos ensinamentos, era o senhor *Encontro INCAER*.

Não podemos esquecer daquele cidadão, de idade avançada que, além de saber das vidas de todo mundo, ainda as transmitia com um inquestionável respeito, ressaltando o brilho e as qualidades das pessoas de quem falava, nas suas narrativas de fatos, impregnadas das naturais emoções que ele, com tanto carinho, passava a nos contar: o senhor *Projeto Memória*.

E o que falar daquele jovem e intrépido jornalista, que não media esforços para informar a todos tudo o que acontecia e que cerca o cotidiano da cultura? Estamos nos referindo ao *Noticiário INCAER*.

Como não poderia deixar de ser, no nosso Trem, também embarcavam crianças, agitadas, impacientes, que adoravam escutar histórias, desde que fossem curtas, que não precisavam ser profundas, mas que retratassem acontecimentos ou biografias fidedignas e, acima de tudo, palpitantes: falamos dos pequenos *Opúsculos*.

Ainda recordamos as amigas *Exposições Estáticas*, sempre bonitas, vaidosas, querendo se mostrar, viajar e se exibir nos mais diversos lugares.

Até que, num outro dia, logo ali atrás, num 26 de fevereiro de 2010, adentrava o Trem um ilustre passageiro, envolto numa certa aura de mistério. Os demais passageiros ficaram um tanto inquietos e curiosos. Afinal, como seria o seu comportamento naquela viagem?

Era jovem, imberbe, de aparência tranquila, mas de andar imponente e, ao falar, mostrava, com sua voz firme, que tinha forte personalidade e sabia que tinha futuro, que vinha para ser notado e seguido, para ocupar um lugar de destaque: o Trem da História recebia o SISCULT – Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica.

Mas, a convivência desse último passageiro com o querido maquinista chegava ao fim, pois, pouco tempo depois, o Condutor Moreira Lima dava o seu lugar ao novo dirigente que chegava: o Tenente-Brigadeiro Vilarinho.

A partir de então, o Trem da História dava uma guinada numa curva acentuada da sua estrada e partia para novo horizonte. Desafiador por ser novo; apreensivo por ser desconhecido; mas instigante por ser algo a ser alcançado, com dificuldades, por certo, mas tangível.

Esse novo passageiro, o SISCULT, trazia uma imensa bagagem. Eram dois baús gigantescos, com muitas valises dentro deles, nove ao todo, mas as pessoas que viajavam com ele imediatamente se dispuseram a ajudá-lo a transportá-las.

Dentro dos baús Patrimônio Material e Imaterial, havia as valises Museologia, Heráldica, Documentação Histórica, Música, Arquitetura, Literatura, Produção Artística, Tradições e Crenças e, até mesmo, um pequeno baú: o Tombamento.

Passados poucos anos, esse último passageiro já está totalmente ambientado no Trem, e os demais passageiros o tratam com muita intimidade, como se já o conhecessem há muitos anos. Ele trouxe um novo ânimo, entusiasmo e responsabilidade à gente do Trem, que agora passava a transportar uma carga sensível e que deveria ser trabalhada, aperfeiçoada e difundida para toda a Força.

De cada janela de cada vagão, em movimento ou parado nas estações do tempo, eram arremessados fardos de conhecimento, cultura

e divulgação a todas as pessoas que habitam os povoados, maiores e menores, que margeiam os nossos trilhos: estamos falando das nossas Organizações e Unidades.

E, assim, o tempo vai passando, e nossa linda e rica estória vai sendo contada.

Você, que ainda não está dentro, está convidado a embarcar no Trem. Ele, a cada dia, está mais bonito, e você será muito bem recebido. Dê-nos a honra e o prazer de conhecê-lo e compartilhar da nossa história, que você também pode ajudar a contar, porque, agora, você também faz parte dela.

Assinam esta Mensagem cada civil e militar que já foi passageiro deste Trem, ou ainda o é, e está desfrutando de cada cantinho deste Santuário da Cultura, com o mais puro sentimento de querer preservar a memória, cultuar as tradições e perpetuar a história da nossa Força Aérea Brasileira.

Parabéns, INCAER, o Trem da História, sempre nos trilhos, firme e seguindo a sua eterna, infinita e iluminada viagem!

José Roberto Scheer é Major-Brigadeiro do Ar da Reserva,
Subdiretor de Cultura do INCAER.

Valores e desafios: um quintal sem muro

Marcio Tadeu Bettega Bergo

A grandeza e a robustez das instituições dependem de seus fundamentos. Nação, Pátria e Estado são entidades criadas por uma sociedade, na busca de sua realização. Para chegarem aos objetivos, empregam suas forças (ou expressões de poder) políticas, psicossociais, militares, econômicas e científico-tecnológicas.

Nossa instituição maior chama-se Brasil, e nós a queremos grande, justa e coesa. *Gigante pela própria natureza, ele é belo, é forte, impávido colosso*. Para a construção do futuro risonho que almejamos, são necessários sólidos alicerces. Nesta arquitetura, as virtudes são ingredientes indispensáveis. Uma nação se apoia sobre seus valores!

Nossas potencialidades são portentosas: clima acolhedor, imensa extensão territorial (compacta, sem grandes cataclismos ou obstáculos, beneficiada com minerais, flora e fauna exuberantes, com excelente posicionamento geográfico e extensa costa oceânica, esta aquinhoada com uma plataforma continental abundante de recursos), distintos e ricos ecossistemas, enorme potencial agrícola, população grande e integrada (com unidade linguística, sem antagonismos étnicos ou religiosos, dotada de criatividade, adaptabilidade e empreendedorismo), privilegiada biodiversidade, formidável disponibilidade em água doce, belíssimas paisagens...

Por outro lado, os problemas também são vultosos! Temos lastimável atendimento em saúde, sistema educacional sofrível, péssima distribuição de renda, lideranças descompromissadas, calamitosa segurança pública, infraestrutura deficitária, mobilidade urbana estagnada, baixo nível científico-tecnológico, sistema fisco-tributário inadequado, burocracia exagerada, reduzida taxa de poupança interna, pequeno volume de investimentos, corrupção elevada, Justiça lenta e sobrecarregada, enormes *vazios* de Estado...

Somos incapazes de transformar as nossas riquezas naturais em bem-estar para o nosso povo. Temos mórbidas feridas que maculam nosso corpo: as favelas urbanas são um retrato simbólico e sintomático das nossas enfermidades. Então, mostramos estas coisas erradas, falamos delas... por quê? Pela mesma razão de quando se vai ao médico, ele examina detidamente a ferida, buscando aplicar a medicação certa para tentar a cura. E, principalmente, para evitar contaminações nas partes sadias ou em outras pessoas!

Precisamos seguir na construção do futuro do Brasil. Para tal, a ferramenta adequada chama-se *Planejamento Estratégico*. Trata-se de uma metodologia científica, onde, utilizando indicadores, efetuamos *medidas* de variados aspectos, estudando o passado, calculando o potencial e identificando os obstáculos do presente. Após esta etapa, elaboramos os cenários futuros, dos quais selecionamos aquele que nos seja o mais conveniente e acessível. Ou seja, temos uma situação inicial (o hoje) e uma final (o futuro que ansiamos). Na sequência, aplicamos recursos (meios humanos, tecnológicos, financeiros, materiais etc) em atividades selecionadas como prioritárias, rumo aos objetivos.

Como se mede a *situação* de um povo, país ou nação? Os instrumentos mais comuns existentes são os cálculos do PIB (Produto Interno Bruto), do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e da FIB (Felicidade Interna Bruta). No entanto, inexiste uma forma de expressar, em texto ou graficamente, a magnitude dos valores imateriais, as virtudes de que tratamos aqui. Portanto, nossa proposta é apresentar um novo parâmetro, o **INQ**, cujo significado explicaremos ao final.

Estamos em pleno século XXI. Como se processa, em nosso País, a aplicação de recursos e de investimentos? Como estão nossa educação, nossa infraestrutura e nosso serviço de saúde? Há coordenação entre as esferas de governo? Temos cultura de planejamento estratégico? O Brasil está preparado para enfrentar os desafios do mundo atual? Fazemos (nós, estudiosos e compromissados) a nossa parte? Sabemos as respostas e as alternativas, com certeza!

Em nossas avaliações, temos que ter, como foco, o Brasil. Outros países têm outros problemas, requerem outras soluções. Devemos, sim, estudá-los, verificando erros, acertos e adaptando medidas que

nos sejam úteis. A ciência estará em aplicar a metodologia de Planejamento Estratégico na formulação de um projeto nacional. Será atuar nas raízes dos problemas, buscar atingir o alvo e não ficar dando tiros na água!

Examinando detalhadamente os nossos óbices, não é tão difícil constatar suas causas. Para o estrategista, o estudo destas causas é primordial, pois é, sobre elas, que devem recair as ações preventivas e corretivas, não nas consequências. Elas são, basicamente, a incompetência, o descomprometimento, a vaidade, a burocracia e a corrupção. E a maior das raízes, a alimentadora-mãe destes vícios, é a carência de virtudes – justamente o ingrediente essencial dos pilares sobre os quais a nação deve se sustentar. Nosso Brasil enfrenta uma crise de valores nacionais!

Desta forma, elaboramos uma proposta, que se compõe do que chamamos de *as quatro revoluções que viram o Brasil de cabeça para cima!* Detalhadamente explanadas em nossa obra *O Pensamento Estratégico e o Desenvolvimento Nacional*, são elas:

A Revolução Educacional – atuar sobre as pessoas: transmitir conhecimento e valores. Com ela, poderíamos eliminar 40% das causas de fatos negativos;

A Revolução Financeira – alterar o sistema, principalmente, o fisco-tributário, com novas regras e fiscalização. Mais 40% das causas desapareceriam;

A Revolução Judiciária – agir sobre os infratores, impondo reparação e punição. Ação sobre os 20% restantes.

A Revolução Política – buscar a representatividade e o comprometimento. Esta é necessária para a conexão das demais e união em torno do pacto respectivo.

As *revoluções* Educacional, Financeira e Política são medidas proativas, com as quais se podem evitar as ocorrências maléficas. A Judiciária será predominantemente reativa, atuando nos pontos onde as outras falharem. Quer dizer, ela focará, basicamente, os atos resultantes de falhas de caráter.

Se o tema financeiro se constitui no centro de gravidade do Projeto, a Educação é essencial, é uma condição *sine qua non* – sem ela, nada avançaremos. É importante salientar que o foco da atividade educacional abrangerá não somente o transmitir conhecimento, como também, formar o cidadão, incutindo-lhe valores. ***Para o homem de bom caráter, não precisa a lei. Para o mau caráter, não adianta a lei!***

O mundo atual é dinâmico e pleno de desafios. Numa arena de intensa competição, os obstáculos tradicionais campeiam, ao lado de inúmeras novas ameaças e vulnerabilidades. Quem não se preparar e não atuar com energia e objetivos, terá diminuídas suas chances de sucesso.

Ray Steiner Cline (EUA, 1919 – 1996) era agente do Escritório de Serviços Estratégicos durante a II Guerra Mundial e Subdiretor de Inteligência da CIA durante a crise dos mísseis soviéticos em Cuba, em 1962. André Beaufre (França, 1902 – 1975) foi um general, expoente da independência nuclear francesa. O que eles têm em comum? E o que ambos têm a ver com nossas propostas?

Estamos falando do conceito de *vontade*, o ponto convergente em nossos estudos.

Cline compôs sua fórmula, PP = (C + E + M) X (S + W). PP é o *Poder Perceptível* de uma nação, consequente dos fatores C (massa crítica), E (capacidade econômica), M (capacidade militar), S (objetivo) e W (vontade). Beaufre propôs E (simbolizando o *Impulso Estratégico* que um país pode adotar) como resultante da interação entre K (liberdade de ação), F (forças materiais), Y (forças morais – onde se situa a vontade) e T (tempo). Ou, E = K F Y T.

Como podemos facilmente constatar, para que um povo consiga *chegar a algum lugar*, há que haver um *objetivo* e *vontade coletiva*. Portanto, é importante a utilização da ferramenta Planejamento Estratégico para as definições de rumos e dispêndios. Como falamos em nossa obra: *recurso empregado sem estratégia é desperdício... estratégia sem política é inútil!*

Queremos um Brasil desenvolvido, justo e fraterno. Sabemos, então, ***para onde ir***. E possuímos as ferramentas de planejamento que permitem decidir ***como fazer***. Então, temos que **querer**, só isso. E fazer!

Se sabemos o que desejamos, surge a ideia, para facilitar os entendimentos, de listar o contrário, ou a *anti-vontade*! Aí a motivação da nossa proposta de apresentar o **INQ**, que vem a ser o *Índice do que Não Queremos*. Simples! Eliminando o indesejável, sobrarão as coisas boas, o ideal sonhado por todos e que só trará benefícios aos brasileiros. Portanto, não queremos:

1. Baixa eficiência educacional (lembrando o nosso conceito abrangente da palavra *educação*, que quer dizer transmissão de conhecimento mais valores) – ensino empobrecido; faltas de vagas; falhas no transporte escolar; agressividade do alunado.

2. (Des)Serviços de saúde – carências; longos tempos para consultas e exames; falta de atenção; baixa qualidade de atendimento.

3. Corrupção e hipocrisia – gastos exorbitantes em campanhas políticas; falta de representatividade; vaidades; poder pelo poder; servir-se do Estado em vez de servir ao Estado; politização de temas técnicos; achincalhes; acertos e acordos espúrios; *jeitinho*; *caixinha*; *por fora*; *ajudinha*; *jabaculê*; *robauto*; *laranja*.

4. (Des)Educação financeira – cobrança exorbitante de impostos; desequilíbrio arrecadatório entre esferas governamentais; comércio de artigos com origem duvidosa; evasão fiscal (*sonegômetro*); e outras práticas destinadas à ocultação da circulação do dinheiro.

5. (Des)Equipamento urbano – ruas sem placas com nomes, casas sem números; falta de sinalização de trânsito e direções; calçadas e praças tomadas por camelôs; *rapa*; *gatos*; vandalismo; emporcalhamento, pichações e destruição de prédios, monumentos e placas de sinalização; *cracolândias*.

6. (In)Civilidade – avanço de sinais no trânsito; desrespeito mútuo entre pedestres e motoristas; bicicletas na contramão ou nas calçadas; estacionamentos irregulares; buzinação exagerada; despejo de detritos e de lixo pelas vias públicas e cursos de água; pessoas cuspindo no chão ou urinando nas ruas.

7. *Porcaestrutura* (a palavra *parca* é pouco para significar o estado de nossa infraestrutura em geral!) – saneamento insuficiente (constatável pelos dados do IBGE quanto a suprimento de

água potável, tratamento e destinação de esgotos etc); *guetos* urbanos; mendicância; moradores de rua; favelas; planejamento próximo a zero e sem coordenação União/Estados/Municípios; interferências eleitoreiras; desvios de verbas; obras que recebem nomes pomposos porém não saem do papel, todas com elevados custos (que só Deus sabe a quanto somam; aliás... acreditamos que nem Ele saiba, até porque não deseja saber; pensamos que, em sua onisciência e infinita sabedoria, se souber, sentir-se-á forçado a tomar uma providência!).

8. (I)Mobilidade urbana – demora e desconforto nos deslocamentos residência/trabalho; baixa qualidade e inadequação de pontos de embarque/desembarque e terminais; modais sem integração; transportes *piratas*.

9. Consumo irresponsável e inconsequente – exacerbado apelo consumista; desrespeito aos consumidores pelas empresas; insano desperdício de matérias primas; descuidos com a qualidade dos produtos e dos serviços; inadequada destinação de resíduos; reciclagem incipiente e desprezada; despreocupação com danos à natureza, que não se recupera na mesma intensidade.

10. Sensação de (in)segurança – alimentos, outros bens e serviços adulterados; desconfiança nas autoridades; películas escuras nos vidros dos automóveis; travas e grades em casas e prédios (inclusive públicos); vigilantes; cadeados; concertinas de arame farpado; cercas de todos os tipos, inclusive eletrificadas...

E por aí vai, no quesito *segurança*! Qualquer semelhança com os castelos medievais, extremamente protegidos, onde os ricos e nobres viviam dentro e a *plebe rude,* lá fora, será coincidência? Neste aspecto, o que ansiamos, na verdade, está magnificamente resumido nos versos de *Eu quero apenas*, linda canção de Erasmo e Roberto Carlos: *Eu quero crer na paz do futuro... eu quero ter um quintal sem muro... quero meu filho pisando firme, cantando alto, sorrindo livre...*

Assim, os indicadores que mais necessitamos se referem a valores: nacionais, éticos, morais e comportamentais. São traços de caráter como honestidade, família, altruísmo, consumo consciente, civilidade, respeito mútuo, cuidados com o idioma, amor ao Brasil e suas coisas,

cumprimento de horários e contratos, empresas respeitando os consumidores. E outros.

A riqueza, hoje, não é mais somente física (bens, serviços e finanças). Ela envolve também aspectos humanos (saúde, educação, valores, realização pessoal), sociais (segurança, convívio, bem-estar geral) e ambientais (ar puro, água limpa, saneamento). Sua distribuição justa é tão ou mais importante do que sua geração. E os conflitos, frutos de choques de interesses, estarão sempre presentes, eles fazem parte da condição humana.

Para manter nossa nação preparada a tais desafios, dispomos das ferramentas das ações estratégicas. Elas devem ser aplicadas com condicionantes, como: respeito ao meio ambiente, benefícios a todos os brasileiros e harmonia com as demais nações.

A ADESG cumpre seu papel. Há 60 anos vem transmitindo conhecimentos preciosos, lapidando lideranças estratégicas e difundindo princípios de ética, valores morais e virtudes. É um trabalho extraordinário, mas não basta: é preciso que haja maior propagação, um efeito multiplicador, numa corrente benéfica atravessando os corações e as mentes dos brasileiros de bem!

Os valores constituem a base do patrimônio histórico-cultural de um povo. São herdados dos antepassados. São consolidados ao longo do tempo e definem o caráter do indivíduo. Explicados na *Teoria dos Arquétipos* (Jung). Eles não são requisitos, mas compromissos, pois tratam de propósitos colimados pela instituição como primordiais à sua própria razão de ser e à sua própria essência. São valores coletivos, que devemos incentivar: a harmonia, a soberania, a liberdade, a fraternidade, o conceito de Pátria (Brasil), o respeito ao ambiente e a igualdade de oportunidades.

Como valores individuais, precisamos cultivar coisas, como: cuidados com a *respublica* (a coisa pública, o Estado), o consumo consciente, a pureza de caráter, a responsabilidade, o desprendimento, a noção do dever, a determinação, a humildade, a disciplina, o altruísmo, a iniciativa, a coragem, a vontade e a fé.

Nosso Brasil não nos foi dado, nós o conquistamos. Somos herdeiros de um passado de esforços, lutas e glórias. Nossos antepassados fizeram

muito, porém ele ainda não está pronto. Temos um compromisso com a construção do futuro que legaremos aos nossos descendentes. O que queremos? Com certeza, nós desejamos sempre o melhor. Portanto, há que se planejar e agir, desde já! Tiradentes disse: *Se todos quisermos, poderemos fazer do Brasil uma grande nação.* Numa adaptação, este autor, desde o lançamento de sua primeira obra, afirma que *Sim, podemos construir um futuro melhor para nosso Brasil. Mas TEMOS que querer, todos nós!* É um princípio que motiva as pessoas, visto que esta mesma ideia foi utilizada por um candidato (depois, vitorioso nas eleições de um grande país e, hoje, seu presidente), que apregoava: *Yes, we can.* (Sim, nós podemos.*)*. O diferencial está no querer, na vontade!

Concluindo, os valores são essenciais ao desenvolvimento de uma população. Num trecho do hino do Rio Grande do Sul (música de Joaquim José Mendanha e letra de Francisco Pinto da Fontoura), encontramos este precioso incentivo: *Mas não basta, pra ser livre, ser forte, aguerrido e bravo; povo que não tem virtude, acaba por ser escravo.*

Márcio Tadeu Bettega Bergo é General-de-Brigada da Reserva e Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx). É também Sócio Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB). É Segundo Vice-Presidente da ADESG/AN.

Guerras... sempre guerras!

Pedro Luis de Araújo Braga

Guerras... Sempre guerras! Mas por que título nada alegre, quiçá ameaçador? Porque a história do mundo, gostemos ou não, é uma história de guerras! Guerras de reinos contra reinos, de nações ou blocos de nações contra organizações do mesmo tipo. O homem é um ser em permanente conflito, uma guerra ambulante. Ele está em contenda com o próximo, com o seu Deus, consigo mesmo. Ao longo dos tempos, registram-se inúmeras guerras: localizadas ou regionais; duas Guerras Mundiais; conflitos de baixa, média ou alta intensidade, de curta, média ou longa duração; guerras de conquista; guerras por tronos; guerras pela posse de mananciais; guerras religiosas; guerras ideológicas... Guerras e mais guerras!

Levantamento realizado entre o século XVIII e o terceiro quartel do século XX mostrou que, em 230 anos, houve 366 guerras, o que, estatisticamente, significa 1,5 guerras por ano.

Mas a guerra, como é conhecida pela maioria dos não combatentes – uma batalha campal entre homens e materiais – ou como um evento decisivo, derradeiro, numa disputa internacional, já não existe. Na verdade, com frequência, os exércitos se prepararam não, para a última guerra, mas para a guerra errada.

Conhecido chefe militar britânico, com larga experiência de combate, o General Sir Rupert Smith, assim se manifestou:

Fenômeno incontornável da História, a guerra é uma atividade plena de paradoxos. Criadora e destruidora de grandes civilizações, promotora de encontros e choques entre culturas e religiões, viveiro de líderes e fonte inegável de progresso científico; origem dos piores e dos melhores momentos da humanidade. Por tudo isso e pelos ensinamentos e perspectivas que pode proporcionar, a história das guerras constitui um importante tema de estudo e reflexão. Importa conhecer a Arte da Guerra.

Desde o século passado, a humanidade vive a Era do Conhecimento. A vontade das nações, instituições ou indivíduos é imposta a outras nações, instituições ou indivíduos pelo conhecimento. *Conhecimento*

é Poder!, como já dizia Sir Francis Bacon, Chanceler da Inglaterra no reinado de James I (século XVI e início do século XVII). O conhecimento é o passaporte para a soberania.

E, no ciclo evolutivo da sociedade, a contar de 1945, entramos no período tecnológico. Aliás, o surgimento da arma nuclear naquele ano tornou a chamada guerra industrial praticamente impossível como evento decisivo. Por outro lado, o que era considerado inexequível no final da 2ª Guerra Mundial é factível agora. E, observem, essa revolução não está acontecendo em instalações secretas no deserto, mas, sim, diante de nós.

O conflito assimétrico

O mundo está enfrentando, hoje, um novo tipo de guerra: o chamado Conflito Assimétrico. Segundo esta nova concepção, todo Estado, por mais poderoso que seja, está sujeito e vulnerável a atos terroristas, praticados por entidades não estatais, até com caráter global, as quais, por sua forma de ação, são difíceis de serem previstas, identificadas e localizadas. Uma dessas organizações, por exemplo, a Al-Qaeda, é considerada como operando em mais de 50 países. Vale lembrar o atentado por ela praticado em 11 de setembro de 2001, contra o World Trade Center, de Nova Iorque, as Torres Gêmeas, e que decretou a falência do exército industrial.

Tais organizações terroristas não se subordinam às leis internacionais sobre a guerra, possuem armas químicas e biológicas, além de outros equipamentos de alta tecnologia ao alcance, apenas, de poucos países. Há ainda, não raro, um componente religioso, o que torna suas ações mais cruéis e aviltantes. Quem as financia? De onde procedem os recursos para o seu armamento e equipamento? E, paradoxalmente, no interesse comum, têm forçado a união de países outrora antagônicos.

Uma outra peculiaridade, assaz importante, da guerra de hoje: o combatente já não está isolado no campo de batalha. Suas ações, atitudes, como procede, enfim, estão sendo monitoradas a milhares de milhares de quilômetros de distância.

Lembram-se da operação de uma equipe Seal – Forças Especiais da Marinha dos EUA–, para capturar Osama Bin Laden, o líder da

Al-Qaeda, em um sítio no Paquistão, onde uma atividade de inteligência o localizara? O Presidente Barak Obama e assessores da Casa Branca assistiram, em tempo real, a toda a operação! É o que se chama de *guerra no meio do povo*. Reflete a dura realidade da ausência de um campo de batalha isolado. Hoje, pessoas em casa, na rua, no local de trabalho, estão todas no campo de batalha, como que participando, em tempo real, das operações.

O uso da tecnologia na guerra

Em 1957, o Presidente Eisenhower, dos EUA, estava preocupado com o atraso norte-americano em relação aos soviéticos, na corrida espacial. Para recuperá-lo, criou uma agência, cuja sigla em inglês é DARPA – Agência de Pesquisa de Projetos Avançados de Defesa–, ultra-secreta, instalou-a em Arlington, na Virgínia, próxima ao cemitério nacional do mesmo nome e reuniu, nela, diversos cientistas, PhD, para criar e desenvolver tecnologias. Cérebros pagos para pensar! Que visão extraordinária de estadista! Esses cientistas criaram o foguete Saturno que levou o homem à lua, o laser, as células de combustível, a computação gráfica, equipamentos de visão noturna, a internet, os e-mails, os telefones celulares, o GPS, os robôs e os VANT – veículos aéreos não tripulados.

Todavia, tecnologia é tanto um grande diferencial como um considerável equalizador em assuntos militares. Os EUA, potência hegemônica, que investem milhões de dólares em tecnologia, não têm podido, sempre, transformar seu extraordinário poder em vitória. Por outro lado, grupos que nem mesmo Estados são, têm sido capazes de frustrá-los e enfurecê-los, apenas com o emprego de armas baratas e de tecnologias primárias, como carros-bomba e explosivos de confecção caseira. É a guerra assimétrica a que nos referimos antes. Ainda – o que é mais grave – tais grupos têm sido capazes também de utilizar produtos que resultaram de anos de pesquisa e investimentos altíssimos, mediante compra, à distância, por meio de sites de vendas na internet, como a Amazon.com.

Talvez a melhor ilustração acerca do que essas mudanças causaram nos conflitos seja a do Hezbollah, reconhecido como um dos mais

criativos grupos nessa guerra assimétrica. Organização de fundo religioso, amplamente shiita, ela nasceu no Líbano, em 1985. Desde então, vem experimentando metamorfoses de identidade e de formas de atuação. Ao mesmo tempo em que aparece como instituição paramilitar, capaz de mobilizar tanto quanto dez mil combatentes, é um partido político que ocupa quatorze cadeiras no Parlamento libanês, é um conglomerado de mídia que opera suas próprias estações de rádio e TV, e é provedora de internet. E é, também, um serviço de assistência social que mantém sua própria rede de hospitais, ambulatórios, clínicas, escolas e um programa de bem-estar para muitos no Sul do Líbano. Como é fácil perceber, preocupa-se em conquistar o apoio da população. A pergunta feita antes se repete aqui: quem o sustenta? De onde vêm os recursos para sua sobrevivência?

No verão de 2006, conforme amplamente noticiado, militantes do Hezbollah sequestraram dois soldados israelenses. Israel, então, lançou, sobre o sul do Líbano, um maciço ataque de retaliação com o propósito de ensinar-lhes uma lição e forçá-los a libertar os dois soldados. E, pela primeira vez na história, falhou. Depois de uma guerra de 34 dias, quando veio o cessar-fogo, Israel havia contabilizado 120 soldados judeus mortos, cerca de 500 feridos, 43 civis mortos e 4.262 feridos pelos rojões e mísseis que o Hezbollah lançara contra cidades israelenses:

E não conseguira resgatar seus soldados sequestrados!

É interessante registrar que aquele diminuto ator não oficial foi capaz de executar aquilo que forças combinadas dos países árabes não o fizeram, derrotados que foram em 1948, 1967 e 1973. Nessa guerra de 2006, que os israelenses chamaram de *híbrida*, o Hezbollah distribuiu seus militantes por unidades descentralizadas, que poderiam agrupar-se para atacar, mas dispersar-se e desaparecer todas as vezes que as forças de Israel tentaram fixá-las no terreno. E tais grupos combinaram táticas clássicas de guerrilha, com conhecimento de guerra convencional e o emprego da mais moderna tecnologia.

Israel talvez tenha sido um dos primeiros países a desenvolver, para emprego militar, e utilizar os VANT – Veículos Aéreos Não Tripulados. Mas não pôde impedir de ser também o primeiro alvo do emprego deles, lançados pelo Hezbollah. Enquanto que, no seu ataque ao Líbano,

fez voar uma vintena de VANT, o grupo shiita lançou sobre Israel, no mínimo, três VANT *emboscada*, cada um deles conduzindo uma carga de 10 quilos de explosivos, cheia de esferas de aço para torná-la mais letal. E, enquanto aeronaves a jato e VANT israelenses sobrevoavam o Líbano em busca de alvos a serem atacados, rojões misteriosos do Hezbollah eram lançados sobre cidades de Israel, muitos deles disparados por controle remoto, ou automaticamente, por tempo.

Uma vez que não fora possível destruir tais rojões no ar, os israelenses pensaram que poderiam controlar as regiões de onde eles eram lançados, afastando, assim, a ameaça para longe do alcance de suas cidades. E empregaram suas forças terrestres para invadir o sul do Líbano. Mas aí, também, as forças irregulares mostraram uma iniciativa estonteante: segundo a imprensa internacional noticiou, o Hezbollah foi capaz de penetrar no sistema de informática das Forças de Defesa de Israel e de, também, interferir nas suas redes rádio. E, pasmem, tais ataques cibernéticos, realizados por hackers a soldo do Hezbollah, partiram, via internet – foi a hipótese levantada – de empresas provedoras localizadas nos Estados do Texas, Virgínia, Nova Iorque, Nova Jersey, todas dos EUA, bem como em Nova Delhi, na Índia, e em Montreal, no Canadá. Outro grupo de hackers conseguiu penetrar no sistema de telefonia celular israelense e, assim, escutar as chamadas de comandantes e outros combatentes, do campo de batalha para seus correspondentes no país, conseguindo, destarte, levantar nomes de código e outros dados significativos. Parece um filme de ficção, mas foi a pura realidade.

As novas invenções

Neste pequeno exemplo de um caso ainda recente e verdadeiro, estão presentes dois novos atores da Guerra Moderna: a robótica e a cibernética. A utilização adequada de ambos, decorrente de estratégias assimétricas, pode anular a grande vantagem de forças regulares, numericamente superiores, e obrigá-las a jogar, de igual para igual, em seu próprio jogo de alta tecnologia.

Muitos já pensam que o conhecimento sobre robótica e cibernética é hoje tão importante que qualquer pessoa, independente de seus interesses, ocupação e formação intelectual, pode e deve – precisa mesmo, dizem os mais radicais – mergulhar neles. Pois pode ser o alvo de tais avanços!

Estudiosos afirmam que estamos vivendo a Idade de Ouro das invenções e que o futuro está chegando mais cedo do que pensamos. Nós estamos construindo a ponte para esse porvir!

A Fundação Nacional de Ciência dos EUA, no início deste século, reuniu centenas de cientistas para avaliar o que acontecerá nos próximos 10 e 20 anos, no que tange a novos conhecimentos – robótica, cibernética, inteligência artificial, nanotecnologia e biociência – que avançam, convergem, interferem-se e alimentam-se reciprocamente. A conclusão, talvez surpreendente, é que a única coisa de que se tem certeza é da incerteza em si mesma. Vivemos num período de transição que deverá durar, no mínimo, 50 anos.

Um sentido de dualidade – robôs e seres humanos – é o que talvez represente melhor o que está acontecendo na guerra e na política. Pois os confrontos e conflitos devem ser compreendidos, por razões que já mencionamos, como acontecimentos políticos e militares e, destarte, examinados conjuntamente, eis que se influenciam mutuamente e, só assim, poderão ser resolvidos. As novas tecnologias revolucionárias não estão apenas sendo trazidas para a guerra, mas usadas, cada vez mais, com novos efeitos e frequência inesperados. E, por não serem humanas, elas estão sendo utilizadas de uma forma que não era possível antes. Provavelmente por isto, estão criando novas dificuldades, bem como complicando outras já existentes.

Combatentes à distância, confortavelmente instalados em centros climatizados e em total segurança, diante de uma tela, conduzem, hoje, a guerra travada a milhares de quilômetros de distância, por robôs e VANT, como se fosse um jogo de videogame, um Wi do agrado das crianças e adolescentes. As máquinas terão um papel cada vez mais importante no planejamento e execução de missões. E os que travarão esse combate tanto poderão ser agentes do Estado como grupos não oficiais, de qualquer idade ou sexo, e até mesmo pessoas enlouquecidas, dispostas a comportamentos suicidas, uma vez contidas.

Então, a finalidade da robótica é substituir o homem em funções por ele originalmente executadas, pela máquina por ele inventada. E mais: as guerras do futuro farão surgir novos conceitos, já sendo hoje examinados pela ONU, sobre o que é legal e ético, inclusive quanto ao tipo e modo de emprego de nosso próprio material, e até do armamento.

Como curiosidade, numa pesquisa de opinião recente entre combatentes norte-americanos no Afeganistão sobre o que pensavam em ser substituídos por máquinas, o resultado foi: *Que os robôs e VANT são atrativos e adequados ao cumprimento de missões 3D – dweel, dirty and dangerous* – isto é, monótonas, sujas e perigosas.

Mais uma vez, reafirmo que as guerras modernas, que empregam essas novas tecnologias, parecem-se, cada vez menos, com aquelas que uma vez conhecemos e compreendemos.

Lembrando os conflitos

Faz-se mister relembrar alguns eventos importantes para ilustrar este artigo:

1º) Ainda neste mês, comemoramos o Jubileu de Ouro do Movimento Cívico-Militar de 31 Mar 1964, a Contrarrevolução Brasileira que salvou o país do caos para onde ia sendo jogado, mas que, os derrotados de então e os veículos de divulgação por eles dominados fazem tudo para denegrir ou para que seja esquecido. Foi um "basta!" à segunda tentativa de tomada do poder por uma minoria comunista que, às escâncaras, ousadamente, pregava a inversão dos valores, o peleguismo, a destruição dos princípios morais e espirituais em que se alicerçam as nossas famílias e a nossa sociedade.

Passados 50 anos, há ainda quem a olhe pelo retrovisor da História, mas com um espelho que deforma a imagem, como na conhecida lenda infantil, que mostra as coisas como queremos vê-las. Como dizia Talleyrand, *não aprenderam nada e não esqueceram nada!*.

E por que devemos lembrar tal acontecimento? Não só para reverenciar aqueles que, colocando o interesse nacional acima de outros sentimentos, como lealdade e estima a governantes – pois governos passam e, muitos, a poeira do tempo e o juízo implacável da História se encarregam de encobri-los, como inglórios e indignos – e vencendo o natural instinto de legalidade, livraram o Brasil de triste destino; e outros que perderam suas vidas, assassinados por terroristas e subversivos, quando defendiam a lei e a ordem. Mas também como um alerta, pois está em curso uma terceira tentativa de comunização, irradiada com fulcro no Fórum de São Paulo e seguindo ensinamentos

de Antonio Gramsci, abraçados por grande parte da imprensa escrita e televisada, e da cátedra irresponsável. Procedem, em sua solerte atuação, como lembrou George Orwell. *A linguagem política destina-se a fazer com que a mentira soe verdade e o crime se torne respeitável, bem como imprimir ao vento uma aparência de solidez.*

Para o momento que vivemos, por aplicáveis, lembramos lições de duas grandes mulheres: - Margareth Thatcher, a Dama de Ferro, escreveu:

O socialismo dura até acabar o dinheiro dos outros.

Para cada pessoa que recebe sem trabalhar, uma outra deve trabalhar sem receber.

Quando metade da população entender a ideia de que não precisa trabalhar, pois a outra metade irá sustentá-la; e quando esta outra metade concluir que não vale mais a pena trabalhar, pois irá sustentar a outra que não trabalha, então chegamos ao começo do fim de uma nação.

Ayn Rand, uma filósofa judia nascida na Rússia e que de lá fugiu na metade da década de 1920, ensinou-nos:

Quando você perceber que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia, não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e pela influência, mais que pelo trabalho, e que as leis não nos protegem deles, mas, ao contrario, são eles que são protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada e a honestidade se converte em auto-sacrifício, então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada.

O Brasil, que já foi potência emergente, só marchará para a frente, respeitado no concerto mundial, quando ficar livre da ação nefasta de grupos antolhados, aproveitadores, que não pensam no bem público e só em seus interesses, suas vantagens e sua sobrevivência. A arma para isso está ao alcance de todos, legal, sem risco e sem sangue: o voto!

2º) Logo a seguir, em junho, lembraremos os 70 anos da Operação Overlord, a Batalha da Normandia na 2ª Guerra Mundial. Consistiu ela na invasão da França, ocupada desde 1940 por tropas da Alemanha nazista, por consideráveis efetivos dos EUA, Reino Unido, França livre e aliados, visando à sua libertação. Foi o começo do fim do Eixo. Fruto de longo e assaz minucioso planejamento, a operação ocorreu após a derrota alemã frente aos russos, na famosa Batalha de Stalingrado.

Até hoje, continua a ser a maior invasão marítima da História, com quase três milhões de combatentes cruzando o Canal da Mancha em 6 Junho 1944, partindo de vários portos e aeroportos localizados na Grã--Bretanha. Precedidos por um assalto aéreo na noite anterior, 155.000 homens, transportados por 14.200 embarcações de desembarque, e com a proteção de 600 vasos de guerra e de milhares de aeronaves, chegaram às praias de Omaha, Utah, Juno, Gold e Sward, bombardeadas previamente que foram por disparos de canhões de 1.240 belonaves e de 10.000 aeronaves.

Números gigantescos, sem dúvida. Estava aberto, com muito sacrifício, o caminho para Paris e para a vitória!

3º) Em agosto, completa o seu 1º Centenário a Grande Guerra, a 1ª Guerra Mundial, que a muitos ainda assombra pelo gigantesco número de vítimas: quase 10 milhões de mortos e um elevadíssimo contingente de pessoas mutiladas; impérios inteiros destruídos e sociedades brutalizadas. Ela ainda provoca enorme impacto emocional, pois não há como esquecer suas terríveis consequências. O extermínio de uma geração é sempre lembrado, enquanto que problemas não resolvidos, ou criados por aquela conflagração, persistem e ainda ameaçam a paz mundial.

Uma dúvida permanece latente, passado quase um século: por que ela aconteceu? Ambições desmedidas de homens no poder? Rivalidades nacionais? Ideologias conflitantes? Crescimento do militarismo? Ausência de líderes carismáticos e com força bastante para suportar pressões? Há muitos historiadores que, depois de longa meditação sobre os fatores que a provocaram e de pesquisas sérias, chegaram à conclusão de que ela foi um erro estúpido que poderia ter sido evitado. É o estado belicoso do ser humano, que temos salientado. No real centro do conflito, situa-se a Alemanha, por sua ambição desmedida. Uma combinação infeliz de belicismo e de uma diplomacia inepta deixaram aquele país tendo que enfrentar a guerra em duas frentes. Mas nenhum dos beligerantes pode julgar-se inocente.

Por fim, a Grande Guerra não foi uma guerra para acabar com as guerras. Isto nunca existe! A prova é que, dentro de vinte anos, o mundo se viu envolvido em uma nova guerra, de mais longa duração.

4º) Por último, já no fim do ano, celebra-se o sesquicentenário do início da Guerra da Tríplice Aliança – a Guerra Maldita, a Guerra do Paraguai. Pouco mais de cinco anos de conflito, que resultou de agressões praticadas, por ordem de Solano Lopez, pelos paraguaios dos quais era o Presidente. Este era um visionário, que sonhava com um *Paraguai Maior*, com uma saída para o mar, e que teve a incentivá-lo, em sua megalomania, sua companheira, com quem veio a casar-se, a irlandesa Elisa Lynch, antiga cortesã de luxo na Cidade Luz.

A verdade é que Lopez tornou-se um ditador quase caricato de um país agrícola; fez crescer seu exército, armou-o bem e lançou-o em uma ofensiva militar, numa almejada *guerra relâmpago* para alcançar seus quiméricos objetivos. Todavia, o revisionismo histórico, em especial, a partir do final dos anos 1960, tendo à frente, pensadores de esquerda do Prata, promoveram Solano Lopez a grande chefe militar e notável estadista, ao mesmo tempo em que acusavam o Império do Brasil e a Argentina de terem sido manipulados por interesses britânicos. Mas tal grupo encontrou logo adeptos em nossa terra, onde maus brasileiros, facciosos, contadores de estórias em busca de escândalos e sensacionalismo, chegaram a taxar a conduta das tropas de Caxias de praticarem um *genocídio americano*. Macular a memória de Caxias e de outros grandes vultos nacionais, como ousam fazer tais indivíduos, é ultrajar a própria honra nacional! Vitorioso militarmente, o Brasil perdeu cerca de 50.000 homens dos 139.000 enviados para a guerra, a maior parte dos quais por doenças e condições do clima.

Foi magnânimo para com o Paraguai vencido, exauriu-se economicamente, e o conflito assinalou a marcha decadente da monarquia. Lembraremos, reverentes, e agradecidos, as figuras de Caxias, Tamandaré, Barroso, Inhaúma, Osório, Sampaio, Mallet, Andrade Neves, Villagran Cabrita e tantos outros. Felizmente, o que não acontece com outros países, não nos faltam heróis nacionais a reverenciar.

Considerações finais

Guerras...Sempre guerras! Sim, lamentavelmente. Por isto, em termos reais, cumpre obedecer ao velho adágio latino: se quisermos a paz, temos que nos preparar para a guerra. Acompanhar sua evolução,

novos meios, as formas de atuação. Sobretudo, cuidar para não sermos surpreendidos. Os militares, que conhecem os horrores e as consequências de uma guerra, não a declaram, mas são chamados a travá-la.

É bom lembrar que a guerra não começa quando alguns matam os outros, mas no momento em que uns se arriscam para matar os outros, em represália.

Dwight Eisenhower, antes citado, um combatente vitorioso, grande líder e estadista norte-americano, alertou seu país, dizendo: *Cada canhão produzido, cada vaso de guerra lançado, cada foguete disparado, significa, afinal, um furto daqueles que têm fome, dos que sentem frio e não têm agasalho. O mundo em armas não está apenas gastando dinheiro. Está despendendo o suor de seus trabalhadores, o gênio de seus cientistas e a esperança de suas crianças.*

Pedro Luiz de Araújo Braga é General-de-Exército, Membro emérito do IGHMB, Membro emérito da Academia Evangélica de Letras do Brasil, Membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército, Conferencista Emérito da ESG e Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Militar.

Nota do editor: Texto baseado em palestra de abertura do ano sociocultural de 2014 do IGHMB, proferida pelo autor em 18 mar 14, no Auditório do Museu Naval.

A Crimeia e o poder

Paulo Cesar de Castro

Relações internacionais são relações de poder, e a Organização das Nações Unidas (ONU) é a expressão jurídica de uma vitória militar, ensinava meu professor de Direito Internacional dos Conflitos Armados[1], na Escola Superior de Guerra Tenente-General Luís Maria Campos, do Exército Argentino.

A crise[2] criada pela Rússia na Crimeia, decorrente do agravamento do conflito, inicialmente interno, na Ucrânia[3], evidenciou a atualidade daquelas lições. Os russos exploraram vulnerabilidades ucranianas em proveito de seus interesses vitais, a despeito dos esforços políticos e diplomáticos da ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos, de outros estados e organismos internacionais.

A Crimeia[4]

Até então território da Ucrânia**,** a Crimeia é uma península[5] de 26.000 km², ligada ao continente pelo istmo de Perokop – 5 a 7 km de largura – e banhada pelos mares Negro e de Azov. Sua costa é pródiga em baías e portos que abrigavam, ao tempo da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Frota do Mar Negro.

Essa esquadra, em 1992, foi dividida entre a Rússia e a nascente Marinha da Ucrânia. É fácil, pois, inferir a importância estratégica da península para instalação e manutenção de bases navais de ambos os estados. Para os russos, surgira um complicador: a saída de sua força naval para mares quentes, via Mediterrâneo, de evidente interesse vital, passara ao controle de outra potência. As tensões decorrentes começaram a diminuir em maio de 1997, após a ratificação do Tratado de Amizade, Cooperação e Associação, firmado entre a Federação Russa e a Ucrânia.

Os habitantes (2.033.736)[6] da Crimeia são majoritariamente russos (58,3 %), seguindo-se ucranianos (24,3 %), tártaros da Crimeia (13%), bielorrussos, tártaros, armênios, judeus e outros grupos.

Nessa população, não se inclui a de Sebastopol (379.200 habitantes)[7], considerada pela Rússia uma cidade federada, a exemplo de Moscou e de São Petersburgo.

Após a implosão da URSS, a península passou a integrar a recém-independente Ucrânia com o nome de República da Crimeia (fevereiro de 1992), posteriormente alterado para República Autônoma da Crimeia, *status* que lhe permitia executivo e parlamento próprios.

Salta aos olhos que a Crimeia fazia parte da Ucrânia somente do ponto de vista jurídico e formal. Bastaria à Rússia empregar seu poder para reintegrá-la à Federação, retomar o controle absoluto sobre a península e, portanto, assegurar interesse vital no Mar Negro. Assim foi feito.

A Rússia e o poder

O Manual C 124-1, Estratégia, publicado pelo Estado-Maior do Exército, afirma que o poder é a capacidade de impor a vontade para atingir os objetivos fixados pela política[8]. Na mesma fonte, em linguagem mais elegante, lê-se que política e estratégia sem poder *não passam de palavras ao vento*.

A escalada do conflito interno ucraniano ofereceu à Rússia, no primeiro trimestre de 2014, a oportunidade de anexar a Crimeia, a qual foi eficazmente aproveitada pela aplicação do poder nacional, o que permitiu impor sua vontade a despeito do clamor da comunidade internacional. Estava em jogo um interesse vital e, em 21 de março, o presidente Vladimir Putin promulgou o acordo de adesão da Crimeia e da cidade de Sebastopol à Federação Russa.

O emprego do poder pela Rússia entra para a história, como campo fértil para estudiosos de política, estratégia e relações internacionais, fenômeno que este artigo se propõe a identificar.

A expressão militar

O poder militar russo começou a ser aplicado em 26 de fevereiro de 2014, quando tiveram início as manobras a fim de *testar a prontidão de unidades do 2º Exército da circunscrição militar do centro e dos comandos da*

Força Aérea, Forças Aerotransportadas, Aviação Estratégica e de Transporte[9]. Para bom entendedor, demonstração de força para dissuadir. E, como já se sabe o fim deste filme, contra aquela força não houve argumento.

Desde então, a Rússia empregou eficazmente seu poder militar[10], apesar da contraofensiva diplomática e política da comunidade internacional. As iniciativas militares russas podem, assim, ser resumidas:

a. 28 de fevereiro: foram ocupados os aeroportos da capital, Sinferopol, e de Sebastopol. A tropa, muito bem uniformizada, equipada e armada, não ostentava qualquer identificação. No mesmo dia, ocorreram o anúncio oficial de manobras antiterror para proteger a base da Frota do Mar Negro, sobrevoos da área por helicópteros russos e denúncia, por fontes militares ucranianas, da chegada de 13 aeronaves transportando dois mil militares russos.

b. 1º de março: a Câmara Alta do parlamento russo autorizou o envio de *contingente limitado* de tropas à Ucrânia, dita missão de estabilização (sic) para resguardar a segurança de cidadãos etnicamente russos. Simultaneamente, o governo da Ucrânia denunciou a presença de quase 15 mil soldados, carros de combate e outros blindados na Crimeia. No mar, belonaves russas assediaram navios da Guarda Costeira ucraniana próximo a Sebastopol.

c. 3 de março: a Frota do Mar Negro cercou a sede da Marinha da Ucrânia. Ainda na Crimeia, a Base Aérea de Balbek, equipada com 45 aeronaves de caça, rendeu-se, e fuzileiros navais foram cercados em Feodosia.

d. 5 de março: segundo estimativas de Kiev, pelo menos dezesseis mil soldados russos estariam ocupando a Crimeia.

e. 6 de março: em seu discurso oficial, a Rússia insistia em afirmar que não mantinha militares na península. Acrescentava que as tropas empregadas na Crimeia não passavam de forças de autodefesa.

f. 7 de março: o governo de Kiev estimava o efetivo russo, na península, em trinta mil homens.

g. 13 de março: a três dias do referendo popular sobre o destino da Crimeia, a Rússia aumentou a pressão, dando início a novos

exercícios militares em quatro regiões próximas à fronteira com a Ucrânia e na Bielorússia, aliada de Moscou.

h. 19 de março: sem resistência, foram invadidas e tomadas as bases das forças armadas ucranianas, na Crimeia. Em Sebastopol, o comandante da força naval russa chegou ao prédio da base naval da Ucrânia, na qual foi hasteada a bandeira da Federação Russa.

   Nenhum tiro havia sido disparado. A dissuasão e o emprego do poder militar tinham obtido êxito e, aos ucranianos, restava lamber as feridas. Passaram-se os dias e...

i. ... 17 de abril[11]: em entrevista, o Presidente Putin admitiu, pela primeira vez, a presença de tropas russas na Crimeia. O mandatário disse que *Por trás das forças de autodefesa da Crimeia certamente estavam nossos militares. Comportaram-se de forma muito correta. Era necessário proteger as pessoas*.

A expressão psicossocial[12]

As pessoas são protagonistas relevantes desta expressão do poder. O censo de 2001 revelou que 58,3 % dos habitantes da Crimeia eram russos e que os demais 41,7 % dividiam-se entre outros grupos étnicos. Essa maioria falava russo, um dos idiomas oficiais daquela que, já em 1921, intitulava-se República Socialista Soviética Autônoma da Crimeia. Com que país essa maioria das pessoas se identifica, a Rússia ou a Ucrânia, recém-independente? Qual a cultura predominante?

Os ucranianos, na Crimeia, resumiam-se a 24,3% e falavam outro idioma oficial, o ucraniano. É fácil entender que ucranianos e russos não formavam uma nação. Terceiro idioma oficial, o tártaro da Crimeia é falado por 13% dos habitantes da península. A história dessa última minoria ratifica a diversidade da população e sua não identificação com o governo de Kiev.

A deposição do presidente da Ucrânia, em 22 de fevereiro de 2014, o banho de sangue em Kiev e a vulnerabilidade decorrente facilitaram, na própria Crimeia, iniciativas para a futura anexação. Seu parlamento marcou para 25 de maio um referendo a fim de que a população

se manifestasse sobre anexação à Rússia ou permanência integrada à Ucrânia, ainda que com maior autonomia.

Moscou, que já havia sido acusado de conceder passaporte aos russos da península, não perdeu o bonde da história: maioria da população e Crimeia com executivo e legislativo próprios. Bandeiras russas passaram a ser exibidas em Sinferopol e em outras cidades. Simultaneamente, o parlamento elegeu, a portas fechadas, um novo primeiro-ministro, Serguey Aksyonov, não por acaso favorável à anexação.

Sem perda de tempo, o mandatário antecipou a consulta popular de maio para 16 de março. No dia seguinte ao referendo, foi divulgado que a opção *Você apoia a reunião da Crimeia com a Rússia, na qualidade de membro da Federação Russa?* obtivera 95,5% dos votos. O parlamento, por unanimidade, aprovou o referendo, declarou, oficialmente, a independência da Ucrânia e oficializou pedido de anexação à Rússia, concretizada, em Moscou, em 21 de março.

A população crimeana manifestara-se *democraticamente,* em consulta popular, sob a proteção de tropas de autodefesa (sic). Assim, num passe de mágica, a Crimeia e Sebastopol passaram a integrar a Federação Russa... *consummatum est*!

A expressão econômica

A Rússia provê cerca de um quarto da demanda europeia de gás natural. Um terço das exportações realiza-se através da Ucrânia em cujo território estão localizados importantes depósitos do gás. Salta aos olhos, em verdadeira grandeza, o elevado grau de dependência da União Europeia e dos países europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em relação aos russos[13], no que respeita ao fornecimento de gás natural.

A condenação firme dos Estados Unidos da América (EUA) às ações militares na fronteira com a Ucrânia e na Crimeia não poderia, pois, ser plenamente acompanhada por seus aliados transatlânticos. A par da mencionada dependência do gás, há, por exemplo, empresas da Alemanha que investem bilhões na Rússia, e, no Reino Unido, o setor bancário fatura alto com investimentos naquele país. Por outro lado, não deve ser desprezado que eventual interrupção de fornecimento de

gás à União Europeia afetaria significativamente a economia da Rússia, que passa por momentos de desaceleração.

A Ucrânia, por seu turno, é o quinto maior parceiro comercial da Rússia. *A economia russa está ligada à ucraniana por investimentos de empresas nas áreas de energia, agricultura, defesa e setor financeiro... A Rússia será a grande perdedora da crise na Ucrânia, afirmou o economista-chefe de mercados emergentes no Standard Bank, Timothy Ash.* [14]

A Rússia apostou na queda de braço e ameaçou a Ucrânia com corte no fornecimento de gás. O presidente da estatal Gazprom declarou que, caso os ucranianos não pagassem uma dívida de US $ 1,9 bilhões pelo fornecimento de gás, os dutos seriam fechados. O alarme ecoou forte nos países dependentes dos gasodutos que cruzam o território da Ucrânia.

O preço pela anexação da Crimeia tem sido elevado para Moscou: os líderes das principais economias ocidentais (G7) suspenderam a reunião do G8 agendada para Sochi, na Rússia; a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) congelou as negociações para a entrada russa no grupo; e o presidente dos EUA autorizou o bloqueio, nos EUA, de bens pertencentes a altos funcionários, parlamentares e empresas russas que tenham contribuído para minar a democracia ucraniana, ameaçar sua paz, segurança e soberania.

Por outro lado, o mercado de ações na Rússia reagiu bem, tendo subido 3,7%, e o rublo se recuperou das perdas iniciais. O término pacífico do referendo na Crimeia trouxe alívio ao mercado europeu cujas ações na, Europa, também fecharam em alta[15].

A Rússia ganhara a queda de braço pela Crimeia, inclusive no campo econômico... pelo menos, até hoje[16].

A expressão política[17]

Os organismos internacionais, os estados soberanos, a diplomacia e as lideranças destacam-se em verdadeira grandeza, durante as crises, como ratificado na Crimeia.

A ONU agiu sem demora. O Conselho de Segurança reuniu-se em 28 de fevereiro, quando das primeiras notícias sobre o emprego de

forças de autodefesa na península. O representante da Rússia apresentou ao Conselho carta do presidente deposto da Ucrânia, pedindo providências para salvar seu país de uma guerra civil (3 março).

Em 5 de março, um enviado especial da ONU foi ameaçado por homens armados e não fardados ao visitar uma base militar em Sinferopol. Alguns dias depois, foi submetida ao Conselho uma resolução de ilegalidade sobre o referendo na Crimeia. A Rússia, obviamente, vetou-a, o que comprovou a máxima: *a ONU é a expressão jurídica de uma vitória militar*. O poder se impusera ao direito.

A Alemanha, no contexto da União Europeia (UE), propôs levar a crise à mediação da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE). Em 6 de março, observadores desse organismo tiveram a entrada na Crimeia barrada por militares sem identificação nos uniformes. A exemplo do Conselho de Segurança, o caminho seguido pela OSCE foi obstruído pela Rússia.

É importante lembrar que o Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança, assinado em 1994 por EUA, Rússia, Reino Unido e Ucrânia, assegurou a devolução aos russos de milhares de ogivas nucleares soviéticas. Pelo pactuado, o país recém-independente recebeu garantias de que EUA e Rússia não usariam a força ou o ameaçariam com ações militares. Em março deste ano, os signatários marcaram reunião em Budapeste à qual o chanceler russo não compareceu. Esta possível via de solução para a crise mostrou-se infrutífera, até porque, não sendo um tratado, o Memorando não prevê mecanismo de supervisão nem penas em caso de seu descumprimento. Outra tentativa revelara-se ineficiente e ineficaz.

A diplomacia foi exercitada exaustivamente pelas partes envolvidas: Ucrânia, Rússia, EUA, UE e demais estados da Europa Ocidental. Ameaças de medidas punitivas, reuniões, contatos pessoais e telefônicos marcaram o dia-a-dia dos líderes e de seus auxiliares mais imediatos. Os canais para negociação permaneceram abertos e foram intensamente explorados sem êxito, exceto para a Rússia.

O 8 de maio, *Dia da Vitória*, foi politicamente explorado pelo presidente russo. O mandatário visitou a Crimeia, onde foi muito bem recebido pela população. Cercado de veteranos da Segunda Guerra

Mundial, Putin assistiu a um desfile militar, enquanto as potências ocidentais protestavam por sua iniciativa, taxando-a de provocativa e desnecessária[18].

A Crimeia permaneceu sob duas bandeiras, a sua própria e a russa, substituta da ucraniana.

Conclusão

O mundo testemunhou, de fins de fevereiro até março, o exercício do poder por um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em prol da reconquista de região que é de seu interesse vital. O poder militar foi aplicado eficazmente, malgrado o clamor mundial. A população foi consultada em referendo assaz antecipado. Ameaças de sanções econômicas foram ignoradas. Os organismos internacionais foram acionados sem êxito, o poder de veto exercido, os canais diplomáticos mantidos abertos e os líderes conversaram longamente, inúmeras vezes.

O poder se abateu sobre a Ucrânia, estado soberano que ficou de pés e mãos atados ante a Rússia. Para o mundo, perplexo, sublinhou-se a lição de que, mesmo na segunda década do terceiro milênio, relações internacionais são relações de poder e a ONU permanece sendo a expressão jurídica de uma vitória militar.

---

[1] *À época (1985 e 1986), na Argentina, a disciplina chamava-se Direito Internacional de Guerra. Excelente professor, o General de Brigada Cerdá integrava o quadro de auditores, oficiais de carreira formados em Direito. Esse quadro não tem similar nas forças armadas brasileiras.*

[2] *BRASIL, Estado-Maior do Exército, C 124-1,* Estratégia*, 3ª. ed., Brasília: Portaria nº 109-EME, de 21 de setembro de 2001, pag. 2-3 e 2-4.*

[3] *Iniciado em 21 de novembro de 2013. Em janeiro/fevereiro de 2014, Kiev assistiu a violento banho de sangue. O conflito interno evoluiu, rapidamente, para uma crise. Ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/Euromaidan. Acessado em 4 de maio de 2014.*

[4] *Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimeia. Acesso em 4 de maio de 2014.*

[5] *Pouco menor que o estado de Alagoas (27 778,506 km²).*

[6] *Censo de 2001.*

[7] *Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastopol. Acesso em 4 de maio de 2014.*

[8] BRASIL, *Estado-Maior do Exército, C 124-1,* Estratégia, *3ª. ed., Brasília: Portaria nº 109-EME, de 21 de setembro de 2001, pag. 1-3.*

[9] *Disponível em: http://www.correiodamanhacanada.com/manobras-militares-russas--provocam-alerta-na-ucrania/. Acesso em 4 de maio de 2014.*

[10] *O GLOBO. Rio de Janeiro: edições de 1 a 20 de março de 2014.*

[11] *xi - Disponível em http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/vladimir-putin-admite--presenca-de-tropas-russas-na-crimeia. Acesso em 5 de maio de 2014.*

[12] *Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimeia. Acesso em 8 de maio de 2014.*

[13] *O GLOBO. 2ª ed. Rio de Janeiro: edição de 6 de março de 2014. E REUTERS.* Gas Infrastructure Europe. *Reuters, dados industriais, publicado em 3 de março de 2014, pag. 26.*

[14] *O GLOBO. 2ª Ed. Rio de Janeiro,* RJ*: edição de 6 de março de 2014, pag. 26.*

[15] *O GLOBO. Rio de Janeiro,* RJ*: edição de 18 de março de 2014, pag. 23.*

[16] *9 de maio de 2014.*

[17] *Idem, referência "x".*

[18] *O GLOBO. Rio de Janeiro,* RJ*: edição de 10 de maio de 2014, pag. 34.*

Paulo Cesar de Castro é General-de-Exército R1, ex-Diretor do Departamento de Cultura do Exército, Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Membro Correspondente do INCAER.

A mística do Esquadrão Orungan: a busca do Alcatraz

Adilton Ferreira Campos

A nossa primeira capital, *berço* da nação brasileira, também o é da nossa Aviação de Patrulha e, por que não dizer, da nossa aviação de combate em operação de guerra, uma vez que, ao declarar guerra aos países do Eixo, em 31 de agosto de 1942, o Governo Brasileiro promoveu a abertura de diversas bases aéreas no litoral, a fim de combater a atividade inimiga no mar territorial brasileiro. Assim, em 5 de novembro daquele ano, portanto, cerca de um ano e dez meses após a criação do Ministério da Aeronáutica, nascia a Base Aérea de Salvador, com o objetivo de apoiar missões de guerra contra os ataques de submarinos aos navios mercantes brasileiros.

Os norte-americanos, que já lutavam no teatro de operações da Europa, abrangendo o Mar Mediterrâneo e norte da África, a fim de manter o esforço de guerra com o fluxo de suprimentos para a Inglaterra, utilizando-se da faixa mais estreita do Oceano Atlântico, entre Natal e Dakar, negociaram com o Governo Brasileiro, por meio do *Lend Lease Act,* e promulgaram a Lei de Empréstimos e Arrendamento. Podiam, assim, utilizar-se do nosso litoral nordestino, em troca de colaboração técnica e material, representando, na prática, treinamento de equipagens e fornecimento de inúmeras aeronaves de guerra, com o que havia de melhor tecnologicamente, para se contrapor à ameaça submarina.

Então, uma sequencia de vários tipos de aeronaves desfilou, garbosamente, diante dos olhos incrédulos dos estupefatos e valorosos militares que as operaram com denodado esforço e dedicação, como verdadeiros heróis, dando início a uma epopeia de fatos históricos que enriquecem os anais da Base Aérea de Salvador.

No primeiro momento, utilizaram-se aviões do Aeroclube e de dois NA-72 cedidos pela Escola de Aeronáutica, mas, a partir de janeiro, passou-se a receber aviões oriundos dos EUA, intensificando

as missões de proteção dos comboios de navios mercantes. A mais importante se deu em 5 de abril de 1943, quando o então Tenente-Aviador Ivo Gastaldoni, pilotando um dos recentemente recebidos A-28 Hudson, afundou um submarino hostil nas proximidades da divisa entre a Bahia e Sergipe.

Com o Atlântico Sul pacificado, em 17 de agosto do ano seguinte, o Escalão Móvel (Aéreo) da BASV deu lugar ao 2º Grupo de Bombardeio Médio (2ºGBM), ambos embriões do 1º Esquadrão do 7º Grupo de Aviação, criado dois anos após o fim da Segunda Guerra, em 8 de novembro de 1947, com a missão de defender a nossa soberania, concentrando todos os meios de material e pessoal, e vindo a constituir a única Unidade Aérea dedicada à Patrulha Marítima pelos dez anos seguintes, até que a Aviação Embarcada fosse criada.

Até aqui, nada de especial ou particular, já que esta síntese histórica poderá se confundir com a de outras Unidades Aéreas, forjadas nos estertores da Grande Guerra. Mas, é a partir de 30 de novembro de 1958, com a chegada do primeiro dos 14 Lockheed P2V-5 *Neptune*, adquiridos nos EUA, e batizados entre nós, como P-15 Netuno, que se define a identidade do 1º/7º GAV, e tem início a história do Esquadrão Orungan, sobre a qual passo a relatar um episódio, sem esconder uma ponta de orgulho e de vaidade, por guardar, no mais recôndito do meu âmago, a emoção de ter sido, a exemplo de muitos outros colegas anônimos, um dos seus protagonistas.

O P-15 era uma aeronave de grande autonomia, equipada com dois motores Wright R 3.350-30W, com potência de 3.750 HP, os mais potentes motores convencionais de então. A aeronave era dotada de toda a *parafernália eletrônica* necessária para localização e imobilização de um submarino, com destaque para o Detector de Anomalias Magnéticas (DAM) que detectava submarinos submersos ao serem sobrevoados a baixa altura.

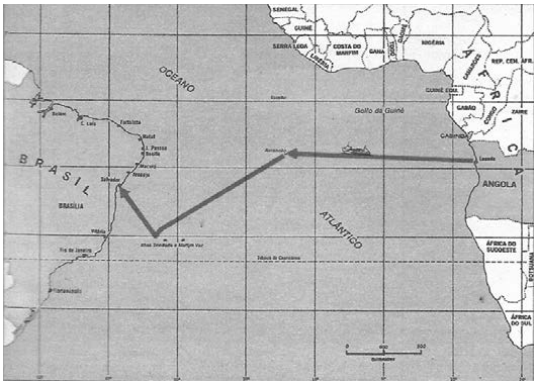
Um de seus equipamentos, o mais relevante, para detecção de alvos flutuantes e formações meteorológicas significativas (nuvens *cumulus nimbus*, mais conhecidas como CB), era o radar APS 20, o qual, operado por pessoal altamente qualificado, como era exigido pelo PIPE do Esquadrão (Programa de Instrução e Padrão de Eficiência), tinha um alcance útil de 250 milhas, varrendo dois setores de 120 graus para cada lado,

a partir da proa. O P-15, primordialmente, era equipado com bombas, minas, cargas de profundidade e foguetes HVAR suspensos nas asas.

Está claro que a missão primária do 1º/7º GAV não era Busca e Salvamento, mas foi nesta particularidade, cumprindo uma missão de caráter humanitário – a busca do Alcatraz , um fato épico ocorrido há 38 anos –, que essa Unidade Aérea realizou um dos feitos mais notáveis e relevantes, enaltecendo o nome da Força Aérea Brasileira, elevando o conceito dos militares brasileiros no contexto das nações e imprimindo uma marca indelével e definitiva na minha vida.

O ano era 1975. Em Angola, reinava a intranquilidade e anarquia ante as guerrilhas para consolidação da sua independência. Depois de receber sérias ameaças, o cidadão angolano Antonio Rolando da Fonseca, o Toni, sentindo-se perseguido em seu país, resolveu fugir em um pequeno barco de madeira, com 22 m de comprimento, e enfrentar um Atlântico hostil para chegar ao Brasil. Note-se que ele era um próspero comerciante e, para a fuga, abandonou sua fazenda de seis mil hectares, plantada com café, outra fazenda com duas mil cabeças de gado, seis casas, dez apartamentos e muito dinheiro no Banco. Portanto, não lhe foi penoso comprar o barco ALCATRAZ que serviria para pescar ou empreender sua fuga de Angola.

Para a fuga, ele contou com a participação de seu filho, um mecânico e mais dois angolanos. Depois de cinco dias bordejando a costa, em 10 de novembro, Toni contou aos tripulantes que decidira fugir para o Brasil e, se eles não quisessem acompanhá-lo, poderiam voltar em uma chata com motor e algum dinheiro pelo serviço prestado. Abaixo, a rota planejada.



Deveria navegar cerca de 6.000 km, pouco menos do que havia feito Pedro Álvares Cabral, com uma diferença: enquanto Cabral desenvolveu uma velocidade média de 3 nós e levou 45 dias para atingir o nosso litoral, o Alcatraz poderia desenvolver 10 e gastar menos de 15 dias para chegar, não fora os percalços enfrentados, que passamos a relatar.

Sua logística para essa aventura incluía três sistemas de rádio: dois AM e um HF/SSB; um equipamento radiogoniômetro e o equipamento de radioamador, o único que permaneceu operando até o final, pois os demais entraram em pane.

De alimentos, o barco estava com um suprimento aceitável, a saber: 30 churrascos, um porco, 10 kg de carne, 25 kg de arroz, 12 kg de feijão, 150 latas de sardinhas, 20 kg de bacalhau, 360 ovos, 110 latas de frutas em calda, 10 kg de café, 20 kg de camarões e mais 20 kg de um peixe chamado choco. Trazia, ainda, 1.900 litros de água, 5 tanques para 10 mil litros de combustível e mais uma reserva de 250 litros de óleo, para ser usado em um outro motor sobressalente, que ficava no porão. Tinha também coletes salva-vidas, uma chata e uma barraca pneumática com alimentos para 18 pessoas, barraca essa que, uma vez na água, tomava a forma de uma casa. A rota traçada passava pela ilha de ascensão, onde havia uma Base Aérea americana.

Como as coisas não saíram de acordo com o planejado, no dia 27 de novembro, Toni, segundo ele próprio, entrava em desespero: – *Aqui Toni. Estamos entrando em desespero. De ontem para hoje não dormimos, esperando ansiosamente um avião de socorro que o comandante da ilha de Ascensão nos prometeu mandar.*

A essa altura, o Serviço de Salvamento da Marinha Brasileira – Salvamar –, que já se comunicava com o Alcatraz desde o dia 18, aconselhou o Toni a voltar para a ilha de Ascensão, posto que não poderia socorrê-lo devido à grande distância, já que o seu caso era de urgência.

Responde o Toni: – *É impossível. Terei de enfrentar o mar de frente e as ondas sobem a dez metros de altura. Não posso fazer isso. Não posso".*

Responde o Salvamar: – Aqui o Salvamar. Você terá de seguir nossas instruções desde que esteja realmente em perigo. Você não quis

entrar em contato com a ilha de Ascensão, nem com os aviões que o sobrevoaram, nem com os navios que passaram perto de seu barco. Você não deve usar os radioamadores para fins que não são nobres. Não voltaremos mais.

Pelo que Toni retrucou: – Isso me surpreende. Não me recusei a aceitar qualquer tipo de ajuda. Por meu filho que está aqui comigo, imploro mais uma vez: salvem-nos! Se não aparecer nenhum socorro, vamos considerar a situação perdida. Não teremos mais nenhuma esperança de sobrevivência.

Toni já estava com o moral muito baixo, somado ao fato de que sua cadela de estimação, Puga, havia se afogado, tragada pelo mar.

Essa Odisseia foi objeto de capa da maior revista que, até então, circulava no Brasil: a Revista Manchete, que assim se expressava:

Dia 26 de novembro, à tarde, de algum ponto do Atlântico, os radioamadores brasileiros captaram este apelo:

– Aqui Toni. Estão me ouvindo? Preciso de auxílio. Estou no meio de uma tormenta. Só tenho mais quatro horas de combustível. Onde está o radar da ilha de Ascensão, meu Deus? Estão me ouvindo? Não tenho rumo, está tudo muito difícil. As ondas são enormes. Já estou quase sem voz, está muito difícil, estou muito cansado. A situação é péssima, já estou quase sem voz. Meu Deus, não encontro Ascensão!

A agonia do Toni durou 22 dias, num barco de madeira de 22 m de comprimento, com cinco tripulantes a bordo, e mobilizou o Serviço de Busca e Salvamento da Marinha e da Aeronáutica do Brasil, preocupou as Marinhas Americana e Inglesa, tendo ligado ao seu drama cerca de mil radioamadores do mundo inteiro. Em sua busca, foram enviados uma corveta e dois aviões brasileiros. Pela Aeronáutica, o, então, Comando Costeiro atribuiu ao 1º/6º GAV e ao 1º/7º GAV, sediados em Recife e em Salvador, respectivamente, a missão de localização do Alcatraz.

Era uma busca muito difícil, como procurar uma cabeça de alfinete num campo de futebol. Para complicar, a área de probabilidade selecionada estava com visibilidade reduzida e a detecção radar de alvos flutuantes prejudicada, devido à ocorrência de uma cobertura de nuvens *cumulus nimbus*, à baixa altura, borrando grande parte da tela do radar.

Assim como Toni ansiava ser encontrado, a tripulação do P-15 do 1º//7º GAV vivia a mesma angústia, ante a possibilidade de insucesso na missão, o que não seria desonroso, já que aeronaves P-3-Orion, americanas, decolando da Ilha de Ascensão, não haviam logrado êxito. Porém seria frustrante, sob o ponto de vista pessoal e operacional.

O brifim antes da decolagem do P-15

Era procedimento padrão, no Esquadrão, realizar-se um *brifing* sob a asa do avião, ocasião em que o Comandante da missão ouvia de cada tripulante a descrição de suas funções a bordo, examinava se o equipamento era adequado para o voo e fazia suas recomendações pessoais. Para a primeira busca, foram escalados três pilotos (dois, nos comandos e um, como navegador) e mais seis operadores, dentre eles, um fotógrafo, um operador de radar, um de armamento e dois mecânicos, todos altamente qualificados e imbuídos da sua parcela de responsabilidade nas tarefas que lhes competiam. A missão seria de longa duração, porquanto a varredura abrangia uma área de aproximadamente 150.000 km².

Sob o comando do Tenente-Coronel Aviador Eros Afonso Reiman Franco, no posto de navegador, e tendo, como co-piloto, o

Major Aviador Marcos Cecílio de Oliveira, às 9h em ponto, do dia 3 de dezembro, eu, então Capitão Aviador Adilton Ferreira Campos, decolava o P-15, Olimpus 7003, da pista 10 do Aeroporto de Salvador, levando, comigo, a esperança de vida dos aflitos tripulantes do Alcatraz, que estavam angustiados e pouco esperançosos de serem resgatados a tempo, antes que lhes faltassem víveres para sobrevivência. Às 13h10 o Olimpus 03 estabeleceu contato, via rádio HF/SSB (High Frequence/ Single Side Band), com o Alcatraz:

Olimpus 03: – *Toni, estamos sobrevoando uma área que tem, ao sul, formações de nuvens e gostaria que você nos informasse se está nessa área.*

Toni: – *Colega 03, estou numa área bastante chuvosa, mas a visibilidade não é ruim. No momento, estou bem embaixo de uma nuvem branca, parecida com uma abelha".*

Um detalhe interessantíssimo me leva a crer que a intervenção de algo além da nossa percepção, como uma providência divina, foi decisiva, em meio ao contexto da missão, para que houvesse um final feliz.

As missões, tanto de patrulha como de busca e salvamento em área marítima são, por excelência, missões de características reais, tanto em tempo de paz como de guerra. Duas nuanças se aliam, dificultando, sobremaneira, a comunicação via rádio e a navegação, de crucial importância, dentro do contexto: primeiro, por se desenvolverem em áreas isoladas e distantes do continente. Ali, circula a aviação geral, e o espaço aéreo é minuciosamente controlado, através de uma malha de aerovias e corredores aéreos, balizados com equipamentos de comunicação-rádio VHF (*Very High Frequency*) e com auxílios à navegação, aproximação e pouso, incluindo radares VOR (*VHF Omini Range*) e ILS (*Instrumental Landing System*). Segundo, por serem levadas a efeito, em voo à baixa altitude, sobre área marítima, com carência total de referências visuais.

Como todos os auxílios-rádio saíam do ar, mais ou menos 10 minutos após a decolagem, e não havia Inercial/GPS, ainda, a navegação era feita através de um trabalho de malabarismo artesanal, com um emaranhado de traçados com lápis de cera coloridos, sobre o *Ploting Board* (uma placa quadriculada de acrílico transparente, com uma fenda no meio, onde se achava embutida uma Rosa dos Ventos, num

plástico circular fixo pelo centro, que girava nos 360º. Havia também a carta *Mercator* (para navegação marítima, por contato, fornecida pela Marinha), para onde se transportavam os dados do *Ploting Bord*, antes de apagá-los, à medida que uma nova plotagem era exigida pelo progresso da missão, que durava, em média, umas 7 horas de voo. Ter a nossa *provável posição*, então, informada, representava, nada mais, nada menos, do que a esperança de resgate com vida, em caso de pouso de emergência sobre o mar.

Por estas razões, depois do equipamento de radar de busca, o rádio HF/SSB tornava-se imprescindível, por se constituir no único recurso capaz de promover um constante contato com a Estação Tática, instalada na Seção de Operações do Esquadrão, e com os órgãos de controle de terra e de proteção ao voo.

Assim, no painel de instrumentos, estava instalado um medidor de potência de saída e entrada de sinal de modulação, cujo ponteiro oscilava quando captávamos ou transmitíamos qualquer mensagem pelo HF, e cuja intensidade aumentava consideravelmente, com a proximidade da estação transmissora. Observei que este ponteiro quase se quebrava, tal a violência com que se chocava no batente limitador de intensidade máxima de entrada de sinal, todas as vezes que escutava os lamentos e súplicas do Toni nos fones de ouvido. Este fato levou-me à convicção de que ele se encontrava tão próximo que solicitei para subir ao convés e tentar avistar o P-15, ou ouvir o barulho dos seus potentes motores, pois voávamos a 800 pés acima do nível do mar, driblando as nuvens.

Olimpus 03: – *Toni, vamos passar no meio das nuvens. Fique atento e procure escutar o barulho do avião...".*

Aí, ele respondeu que, no momento, era impossível, pois entrara debaixo de um temporal com chuva pesada, raios e forte ventania.

Neste instante, meus olhos, como que querendo saltar das órbitas, voltaram-se para a nuvem *cumulus nimbus* que desfilava pomposamente à nossa esquerda, varrendo a superfície do mar, no seu mais significativo estado exuberante de maturidade.

Seguiu-se um momento de silêncio, e, como que conduzido por uma força estranha, imediatamente iniciei uma curva à esquerda,

comunicando que estava descendo para 500 pés, num voo rasante por baixo daquela nuvem, não dando tempo para qualquer reação do Major Cecílio, cujos protestos e muxoxos perderam-se no ar da cabine de pilotagem. Em seguida, insisti na fonia para que o Toni escutasse o barulho do avião, e, com uma convicção *franciscana*, asseverei em alto e bom tom, apertando a tecla do microfone: – *Estamos sobrevoando o Alcatraz neste momento, confirme!*

O estupor foi geral. Um calafrio percorreu da unha do pé, ao último fio de cabelo da minha cabeça. Uma gritaria histérica e estridente encheu nossos ouvidos: – *Meu Deus, meu Deus, estamos salvos! É milagre! É milagre! Obrigado, meu Deus! Obrigado, meu Deus! É o avião! Estou ouvindo! Estou ouvindo! Graças a Deus!!!*

E a algazarra de gritos e choros não parava... Toni: – *Colega 03! Colega 03! Estou escutando o barulho. Tenho certeza de que são vocês!*

Assim, com ajuda mútua e, em especial, do *Etéreo*, o barco fora avistado para euforia dos dois lados. De nossa parte, os tripulantes do Olimpus 03, por termos realizado um feito, que, para muitos, tinha sido impossível; para os tripulantes do Alcatraz, por terem a certeza de que seriam resgatados sãos e salvos.

Concomitantemente, o Olimpus 03 fez contato com a aeronave C-130, que também fazia busca na área, fornecendo o vetor de interceptação pelo processo de VHF-DF, sobrevoando o Alcatraz, até quando ali chegou a aeronave de Busca e Salvamento. Nesse interregno, juntaram-se, num fardo, todas as caixas de lanche e copos de água existentes a bordo, o que foi lançado ao mar e imediatamente recolhido pela tripulação do barco.

Partindo da Base Naval de Aratu, em Salvador, a Corveta Caboclo-Mar navegava a 10 nós de velocidade, com planejamento de permanecer 10 dias no mar. No momento da localização, a Corveta estava próxima ao litoral de Ilhéus. O Olimpus 03 sobrevoou-a e forneceu o vetor de interceptação, tendo sido informado que levaria um tempo estimado de umas 25 horas para alcançá-lo.

Voamos na proa do Aeroporto de Salvador e, por volta das 20h, colocava, cuidadosamente, a borracha dos pneus do P-15, Olimpus 7003, de volta à pista 10.

Eu estava, como todos os membros da tripulação, ao mesmo tempo excitado, despreocupado e eufórico, ante a evidência de ter cumprido, com sucesso, tão rara e delicada missão. Como que para transbordar os arroubos de emoção que preenchiam meu estado de espírito, após estacionar no pátio em frente ao Esquadrão, ainda no *debrifing*, debaixo da asa do avião, fui abordado pelo Oficial de Dia, dizendo-me para me dirigir ao Hospital, onde minha esposa estava nos estertores do parto do meu primeiro filho.

Mais uma vez, um calafrio, da cabeça aos pés, me assaltou, e fui tomado de uma total sensação de plenitude, na certeza de que seria aquinhoado com um belo presente, oferecido pelos Deuses do *Olimpus*, como justo prêmio por ter colocado a missão humanitária acima dos meus interesses pessoais, prevalecendo o mesmo sentimento de denodado esforço e abnegação à causa abraçada, de quando, jovem aluno, 64/337, da EEAER, proferi o compromisso da obrigação no cumprimento do dever militar.

Hoje, meu filho, Rodrigo de Oliveira Campos (o então Comandante da BASV, Coronel Walter de Santana Lopes, sugeria, enfaticamente, que lhe fosse dado o nome de Alcatraz), ostentando seus exuberantes 38 anos de idade, é Oceanógrafo de profissão, exímio praticante dos esportes aquáticos oceânicos, tais como, natação, surfe, *kitesurfe, Stand Up Padle-SUP* e, como não poderia deixar de ser, é, de livre e espontânea iniciativa, sobeja e generosamente, protegido e devoto, dia e noite, de Santa Bárbara (Yansã-deusa dos ventos e das condições de tempo sobre o mar).

Mas a missão não estaria cumprida totalmente, se o resgate não se completasse. No dia seguinte, o P-15 Olimpus 7009, sob o comando do Major Waldir da Silva Almeida e mais os pilotos, Capitães João Pereira Novaes Neto e Nilson Francisco Pereira, desta feita, com jornalistas e repórteres a bordo, e mais seis tripulantes, decolou para dar continuidade ao apoio aos ocupantes do barco, como também o fez mais uma aeronave C-130 de Recife.

Esta segunda missão parecia fácil. E foi, porque, como dito acima, mesmo com instrumentos de navegação tão rudimentares, as tripulações das aeronaves do 1º/7º GAV superavam quaisquer obstáculos e não

desperdiçaram a oportunidade de demonstrar que estavam altamente preparadas para arcar com o ônus de não poder errar, sob pena de se perder vidas na paz ou na guerra. Assim, informada a posição do dia anterior, não foi difícil reencontrar o barco. Uma vez localizado, o Olimpus 09 vetorou o C-130 para cima do Alcatraz, e lançou sacolas plásticas com alimentos, água e kits de sobrevivência, contendo foguetes luminosos, para facilitar a localização pela Corveta, responsável pelo complemento final da operação como um todo. Não obstante, o P-15 permaneceu na área até que o Comandante da Corveta, precisamente, às 15h, ao largo de Caravelas, a umas 250 milhas do litoral, acusasse o contato visual com o Alcatraz, tendo voado um total de 9 horas ininterruptas, nesse dia 4 de dezembro de 1975.

Finalmente, ao som dos atabaques, na madrugada do dia 7, o barco Alcatraz atracou na Base Naval de Aratu, em Salvador, pondo fim aos 22 dias de incertezas e angústias que dominaram Antonio Rolando Fonseca, o Toni, e sua tripulação, sem, contudo, perderem a esperança e a crença na eficiência dos militares e do Governo brasileiros.

Para encerrar este relato histórico, não poderia deixar de registrar o quanto de orgulho e vaidade preenche meu espírito, quando, hoje, contemplo os modernos aviões P-3AM Orion (que, por mais surpreendente que possa parecer, no início da década de 70, já encabeçavam a lista dos prováveis substitutos do P-15), singrando os ares sobre minha cabeça, podendo testemunhar, *in loco*, a continuidade da evolução do alto padrão de eficiência técnico-doutrinário, tão bem entranhado em cada um dos atuais integrantes do Esquadrão Orungan. O Orungan teve alto desempenho durante a participação, em abril de 2013, na operação *Joint Warrior,* na Escócia, o maior exercício tático da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cumprindo missões de Patrulha Marítima e Antisubmarino, em oposição a navios e submarinos modernos de 10 países, equipados com armamentos de grande letalidade. Foi também agraciado com o XXIV Prêmio Controle Naval de Tráfego Marítimo – Prêmio Contato –, concedido pelo Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM) em julho daquele ano, como forma de reconhecimento da importância da FAB nas tarefas de localização, interrogação e identificação de navios na costa brasileira, o que se concretizou com a expressiva marca de 263 navios identificados,

de maio de 2012 a abril de 2013. Por último, contribuiu na formação da Esquadrilha Aérea para a Guarda Costeira da Ilha de Cabo Verde, onde duas aeronaves P-3AM, com suas equipagens, treinaram militares e transmitiram conhecimentos técnicos e doutrinários.

Tenho plena consciência de que tudo isso é consequência do legado de seus predecessores, *Patrulheiros d'Antanho,* como eu, e que, no futuro, outros serão aquinhoados com legado semelhante, hoje, sendo, por eles, construído.

Adilton Ferreira Campos é Coronel Aviador Reformado, piloto de patrulha e ex-Comandante do 1º/7º GAV.

Rússia e China, destacadas potências no tabuleiro do poder mundial

Manuel Cambeses Júnior

A formulação da recente aliança energética entre dois portentosos países, China e Rússia, tem acarretado, como corolário, uma grande inquietação no Ocidente. O acordo para fornecimento de gás aos chineses, que totaliza 400 bilhões de dólares, indubitavelmente, é o maior compromisso da história da Rússia e constitui uma impactante resposta estratégica às aspirações das duas nações.

Analisando o significativo fato em termos geopolíticos, este acordo permite aos russos diminuir consideravelmente a dependência econômica da União Europeia, a cujos países é direcionada a maior parte de sua exportação de gás. Para os chineses, entretanto, significa satisfazer às necessidades básicas e crescentes de sua provisão energética, que seu fenomenal e acelerado desenvolvimento econômico demanda. A pretensão da República Popular da China é abandonar gradualmente a utilização do carvão, sua principal fonte de energia, em favor de alternativas menos poluentes e, certamente, mais eficientes.

Recentemente, em reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os dois países impuseram seus vetos na resolução tendente a condenar o regime do presidente Bashar Al-Assad, por violações aos direitos humanos na guerra civil que vem ocorrendo na Síria. Os vetos russo e chinês foram contrários a que o governo de Damasco seja levado à Corte Penal Internacional onde se pretende investigar as acusações concernentes a crimes de guerra, em um conflito que já consumiu, aproximadamente, 150.000 vidas nos últimos três anos.

O crescente isolamento de Moscou, por parte do Ocidente, em contrapartida, parece encontrar amplo acolhimento pelo governo de Pequim. O acordo elaborado com a China tem lugar, precisamente, quando a Rússia é vista com preocupação pelos norte-americanos, e,

de maneira análoga, com os europeus, devido à escalada da crise que vem ocorrendo na Ucrânia. Faz-se mister ressaltar que o representante chinês na ONU se absteve de votar no pleito que buscava impugnar o referendo independentista que teve lugar na Crimeia e que determinou, por maioria, a anexação dessa região à Rússia. Enquanto isso, os chineses enfrentam o temor de seus vizinhos**:** *o Japão, em especial, se inquieta com a vocação expansionista do regime de Pequim, nos mares situados à Leste e Sul da China.*

É muito provável que o mega acordo firmado pelo presidente Vladimir Putin com a China não signifique o afastamento da Rússia de sua tradicional relação e histórica identidade (embora parcial) com a Europa. A Rússia, entendida como um gigante entre dois mundos, certamente continuará a ser brindada pelo mandatário chinês Xi Jinping com um maciço apoio à sua destacada estatura como proativa atora no concerto das nações. A ideia da Rússia inacabada, isto é, aberta a todos os progressos, parece ser uma constante na esteira de sua evolução histórica. Convém recordar que, entre os russos, convivem, desde sempre, duas tensões centrais em sua própria perspectiva em relação ao seu papel no mundo: trata-se de um país europeu? Ou, em realidade, uma ponte entre a Europa e a Ásia?

Não menos relevante é outra evidência de sua história: lamentavelmente, a Rússia deixou escapar de suas mãos movimentos como o Renascimento e a Reforma, quando diversas transformações, em uma multiplicidade de áreas da vida humana, assinalaram o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Daí, a imperiosa necessidade do surgimento do benfazejo 'salto para adiante', sabiamente preconizado por Pedro O Grande, que abriu as janelas da Rússia para o mundo, tradicionalmente introvertida e autossuficiente, dando um passo gigante com a implementação de eficientes ações nas áreas política, econômica, social e cultural do país.

Convém lembrarmos que a aliança russo-chinesa deve ser lida e entendida em perspectiva histórica. Contrariamente ao que se costuma pensar, as duas superpotências comunistas estiveram muito próximas de uma confrontação militar direta. *A fricção geopolítica ocorreu em 1969, com o surgimento de um conflito fronteiriço, desbordando para uma série de confrontos armados entre a União Soviética e a República Popular da China, que ocorreu*

no zênite da ruptura sino-soviética dos anos 1960, causada pela competição entre os dois modelos de comunismo. A posse de uma ilha existente no rio Ussuri, chamada Zhenbao pelos chineses e Damansky pelos soviéticos, quase levou os dois países a uma guerra de consequências imprevisíveis.

A liderança e a visão estratégica de estadistas norte-americanos do porte de Richard Nixon e Henry Kissinger permitiram compreender que a China, temerosa de ser engolfada pelo poder do império soviético, constituía, em realidade, um importante ator central no futuro e, desse modo, o governo estadunidense reativou as relações com Pequim a partir de 1972. A aliança Richard Nixon/Henry Kissinger e Mao Tsé Tung/Chou En-Lai, obviamente, tinha por objetivo conter o expansionismo soviético e, felizmente, permitiu alcançar, ao longo da década de 1970, a *détente* entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Na atualidade, os permanentes interesses do Ocidente deveriam levar os seus mandatários a pensar com realismo e buscar, a exemplo de Nixon e Kissinger, as oportunidades entre realidades existentes no novo cenário mundial.

Esta compreensão deveria partir da constatação de uma realidade inapelável: Rússia e China são, em termos históricos, nações que assumem a si mesmas, como grandes potências e importantes atores centrais do processo político global. Tanto em Moscou como em Pequim, a cúpula dos poderes entendem, de forma obstinada, que o papel principal de ambos os governos é devolver às suas nações a liderança mundial do passado.

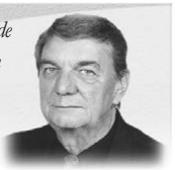
A recuperação do orgulho nacional e a grandeza perdida constituem o ponto de partida da agenda estratégica dos próceres russos e chineses. O mundo ocidental deve compreender e aceitar o desejo de ambos, como potências históricas, e, em especial, entender que, na atual etapa do capitalismo global, a Rússia e a China estão destinadas a desempenhar um papel decisivo no curso dos acontecimentos mundiais. Ou seja, terá obrigatoriamente de se acostumar ao regresso de ambas ao primeiro plano do cenário mundial.

Rigorosamente, em termos geopolíticos, o que mais deveria inquietar o Ocidente não é o impactante avanço das potências não ocidentais,

e sim, o seu próprio retrocesso, em termos relativos, no tabuleiro do poder mundial. A História, sistematicamente, tende a penalizar aos que não compreendem suas tendências mais profundas.

Historia Magistra Vitae

Manuel Cambeses Júnior é Coronel-Aviador, Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, conferencista especial da Escola Superior de Guerra, Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e Conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.



Holodomor: o genocídio esquecido

Sérgio Pinto Monteiro

O século vinte foi palco dos maiores genocídios da história da humanidade. Um deles, praticado pelos comunistas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, permaneceu décadas oculto nas brumas do sinistro e sanguinário regime instituído por Josef Stalin, que, após a morte de Lenin, em 1924, assumiu a liderança da revolução comunista e governou a URSS com mão de ferro, de 1922 até sua morte, em 1953.

Somente a partir de 1956, quando o premier Nikita Khrushchov, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, deu início ao processo de desestalinização da URSS, puderam ser divulgados fatos e documentos do Holodomor. O termo significa, em ucraniano, *Morte por Fome*.

Em 1922, como resultado da guerra polaco-soviética, a Ucrânia foi dividida entre a Polônia – sua parte ocidental – e a URSS – suas regiões central e oriental. A partir de 1920, a expansão industrial dos soviéticos, em especial, na Ucrânia, teve um impulso gigantesco. Na primeira década de sua existência, a produção industrial da URSS já tinha quadruplicado. Esse processo desestabilizou a economia ucraniana, eminentemente agrícola. No início da década de 1930, Stalin desenvolveu um rigoroso programa para acelerar a produção de alimentos na URSS, estabelecendo quotas, cada vez maiores, a serem atingidas pelos agricultores. Simultaneamente, o programa de coletivização confiscava a produção, destinando aos camponeses parcelas cada vez menores do seu próprio trabalho.

Os militares e a polícia secreta garantiam a aplicação dos confiscos: os que resistiam eram presos, deportados e submetidos a trabalho escravo. Em consequência, os camponeses ucranianos integrantes das fazendas coletivas, não podendo receber grãos antes de atingirem suas exorbitantes quotas de produção, viram suas famílias definharem diante da instauração de um processo de fome

coletiva. Em dois anos – 1932 e 1933 – morreram de fome cerca de **seis milhões de ucranianos**.

Também na época, os soviéticos acusaram a elite cultural e política ucraniana de *desvios nacionalistas*, promovendo *expurgos* (assassínios) que eliminaram a maior parte da elite cultural da Ucrânia. Era o pouco conhecido holocausto ucraniano – ***Holodomor*** – que os comunistas de todos os tempos e lugares do mundo até hoje procuram esconder e negar. Foi um dos maiores, hediondos e cruéis massacres que o século vinte conheceu.

Em julho de 2009, o Ministério Público ucraniano publicou uma lista de funcionários graduados do regime soviético, do partido comunista e do NKVD envolvidos com o Holodomor. Em janeiro de 2010, uma corte ucraniana considerou Josef Stalin e outros líderes soviéticos culpados de genocídio por *organizar deliberadamente fomes na Ucrânia entre 1932 e 1933*.

Porém, a corte não buscou outras atitudes devido ao fato *de os suspeitos já estarem mortos* [1] [2]. Mais de 40 países, incluindo o Brasil, já reconheceram o Holodomor como um genocídio. Entretanto, assim como o Holocausto dos judeus na II Guerra Mundial, que ainda é negado por alguns fanáticos, a existência do Holodomor também é contestada por alguns *autores*, inclusive brasileiros, defensores intransigentes (e inconsequentes) do sanguinário regime comunista da antiga URSS.

---

[1] *Stalin, o grande e sinistro arquiteto do sistema político soviético, durante os trinta anos que governou a URSS, jamais admitiu opositores. Um dos casos mais conhecidos de execução de inimigos de Stalin foi o assassinato, a golpes de picareta, de Leon Trótsky. O* ***culto à personalidade****, instituído por Stalin, viria a ser adotado por Hitler e outros ditadores, inclusive dos dias atuais.*

[2] *A principal ferramenta de perseguição do regime comunista da URSS foi a NKVD – Comissariado do Povo para Assuntos Internos (Serviço Secreto Soviético). Khrushchev, em seu discurso de 1956, citou uma circular de Stalin para os secretários regionais do partido, em 1939, confirmando que o extermínio de opositores e o uso de espancamentos e torturas haviam sido oficialmente autorizados, em 1937, pelo Comitê Central do Partido Comunista. Nikolai Yezhov, chefe da NKVD entre 1936 e 1938, assinou um decreto que levou ao fuzilamento quase 700 mil opositores nos julgamentos de 1937/1938, que ficaram conhecidos como a dantesca era Yezhov. Stalin, antes e depois da II Guerra*

Mundial, conduziu uma série de deportações em grande escala que acabaram por alterar o mapa étnico da URSS. Estima-se que, entre 1941 e 1949, cerca de 3,3 milhões de soviéticos foram deportados para a Sibéria ou para as repúblicas asiáticas, sob diferentes motivos oficiais: separatismo, resistência e oposição ao regime, traição, entre outros.

Obs: o vídeo do youtube (abaixo) não tem a sua origem histórica confirmada. Mas vale como informação, com as devidas reservas.
www.youtube.com/watch?v=4DH9Qntlq2U#action=share

Sérgio Pinto Monteiro é professor, oficial da reserva não remunerada do Exército Brasileiro, titular da Cadeira Especial Major Apollo Miguel Rezk da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Membro da Academia Brasileira de Defesa, titular da Cadeira Raul Pederneiras do Instituto de Cultura de Campo-Grande, presidente do Conselho Nacional de Oficiais R/2 do Brasil, vice-presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB e autor do livro O Resgate do Tenente Apollo .

A defesa sob a ótica multidimensional

(Repensando a Operacionalidade da Força Terrestre)

Carlos Alberto Pinto Silva

1. Considerações iniciais

É entendimento comum que a realidade mundial atual é caracterizada pela existência de três cenários gerais que podem vigorar de forma isolada ou simultânea: a paz relativa, a crise e a guerra (ou conflito) [1].

Alguns analistas do assunto defendem que o cenário estratégico atual impõe aos setores de defesa que se mantenham prontos para cumprir quatro missões principais:

– enfrentar as ameaças habituais

– superar as chamadas novas ameaças

– cumprir os compromissos estratégicos assumidos pelo país[2]

– contribuir para o desenvolvimento nacional.

Entendem também que uma quinta tarefa pode ser adicionada às anteriores: cumprir missões no campo da garantia da lei e da ordem, quando esteja superada a capacidade dos órgãos de segurança estaduais[3].

Este trabalho busca justamente enfocar alguns aspectos que caracterizam a concepção do alcance multidimensional na defesa e as chamadas *novas ameaças*, as quais devem ser levadas em conta nos planejamentos, atuais e futuros, das atividades de preparo da Força Terrestre.

2. A defesa sob a ótica multidimensional

A nova concepção da Política Nacional de Defesa mostra claramente buscar um alcance multidimensional, uma vez que trata das ameaças tradicionais e das novas ameaças, das preocupações e de outros desafios à segurança. Indica, também, a intenção de contribuir para a consolidação da paz na América do Sul, para o desenvolvimento integral e para a justiça social, promovendo a defesa dos direitos humanos, solidariedade e a cooperação, e respeitando a soberania nacional.

A concepção multidimensional considera, entre outras, as seguintes práticas como ameaças, preocupações e outros desafios à segurança nacional: o terrorismo, o crime organizado transnacional, o problema mundial das drogas, a corrupção, a lavagem de ativos, o tráfico de armas e as conexões entre eles; a pobreza extrema e a exclusão social; os desastres naturais e os de origem humana, outros riscos à saúde e à deterioração do meio ambiente; e os ataques à segurança cibernética.

Analisando o novo conceito, Gastón Chillier e Laurie Freeman[4] consideram que a segurança multidimensional apresenta dois problemas principais:

Em primeiro lugar, ele trata de problemas comuns aos países da América do Sul, como pobreza extrema, a exclusão social, [...] doenças e os desastres naturais a partir da ótica da segurança nacional, concebendo-os como uma ameaça. Neste sentido, se criam as condições para a securitização dos problemas de caráter político, econômico, social ou ambiental que, a princípio, não deveriam ser parte de uma agenda de segurança do país. O principal inconveniente disto é que, a partir de agora, tudo seja um problema de segurança. Em segundo lugar, ao tratar de forma indistinta as ameaças tradicionais à segurança junto às novas ameaças, o conceito dilui a diferença histórica entre os conceitos de defesa e de segurança pública [...].

Segundo os autores acima citados, esse conceito de segurança com alcance multidimensional pode estimular a *militarização da segurança*, já que a *nova definição de segurança – na qual quase tudo pode ser considerado uma ameaça – reforça e legitima estas tendências.*

Com base nas argumentações que acabamos de apresentar, entendemos existir o risco de que, dependendo do enfoque dado, questões de segurança pública, cuja solução corresponde à responsabilidade

interna dos Governos Estaduais, poderão assumir proporções nacionais e internacionais. **Assim, o novo conceito poderá representar um agravamento na possibilidade da ocorrência de ingerências externas em assuntos internos dos Estados do Hemisfério Americano e ingerências do Governo Central em atividades de responsabilidade dos Governos Estaduais.**

3. Considerações finais

O término da Guerra Fria ampliou o espectro de interesses do setor de defesa dos países para além das ameaças habituais, fazendo com que as atenções se voltassem para as chamadas *novas ameaças*, riscos aos quais todos eles estão submetidos, em maior ou menor grau.

No Plano de Defesa Nacional, acompanhando o que ocorre no resto do mundo, a nova concepção de defesa adotou o alcance *multidimensional*. Vimos que existem algumas opiniões críticas a respeito dessa nova concepção, sob a alegação de que ela torna um tanto difusa a linha divisória entre a segurança pública e a defesa nacional.

Outra crítica que se faz é que o crime organizado transnacional, o narcotráfico, a corrupção, a pobreza, a exclusão social, os desastres

naturais (e os de origem humana) e a deterioração do meio ambiente, entre outros, passaram a ser considerados uma ameaça e/ou uma preocupação e/ou um desafio para a segurança nacional. Isto poderia significar a possibilidade de, dependendo dos interesses e dos atores envolvidos, serem desencadeadas pressões sobre assuntos internos de alguns países, por intermédio ou não de organismos internacionais, tais como a UNASUL, OEA e a ONU, sob o pretexto da necessidade de se preservar a *segurança nos países da América do Sul*.

É importante ressalvar que as novas ameaças são uma realidade, estão presentes no dia-a-dia do nosso país e trazem consigo riscos inegáveis. Entre tais riscos, se inclui a possibilidade do surgimento e/ou do incremento de pressões por parte de atores externos que, sob o manto da necessidade de dar combate ao narcotráfico, de proteger de minorias marginalizadas (*nações indígenas*, por exemplo) e de preservar o meio ambiente, dentre outros motivos, poderiam estar escondendo seu interesse e/ou sua cobiça com relação a determinadas áreas estratégicas nacionais.

Do exposto, não resta dúvida, o desenvolvimento das capacidades necessárias ao combate aos riscos inerentes às chamadas *novas ameaças* não pode deixar de ser considerado nos procedimentos de preparo da Força Terrestre.

Porém, não podemos aceitar a ideia de transformar a nossa Força Terrestre numa tropa especializada exclusivamente no combate às novas ameaças, tais como o crime organizado, por exemplo. Enfatizo que a capacidade de dissuasão, fundamental para desencorajar aventuras alienígenas contrárias aos interesses da Nação, somente é conseguida por intermédio da disponibilidade de um poderio militar convencional compatível, contando com aviões, navios, carros de combate e tropas bem adestradas.

O fundamental, portanto, é dotar nossas forças de novas capacidades, privilegiando a flexibilidade e a mobilidade, tática e estratégica, de maneira a torná-las aptas a serem empregadas em quaisquer dos cenários estabelecidos.

[1] *PINTO SILVA,* Carlos Alberto. Repensando a Operacionalidade da Força Terrestre. *Parte I – Cenários, Comando de Operações Terrestres – COTER, Brasília, DF, dezembro de 2007, pag. 6*.

[2] *Como, por exemplo, participar de Operações de Paz.*

3 A transformação da defesa nos EUA e sua aplicação na América Latina*, MilitaryRevien, EUA, mai-jun 2005, pag. 80-86*.

[4] *CHILLIER, Gastón e FREEMAN, Laurie.* O Conceito Novo de Segurança Hemisférica da OEA*:* Uma Ameaça Potencial*, Washington, D.C., Washington Office on Latin América, julho de 2005, pag. 15*.

Carlos Alberto Pinto Silva é General-de-Exército da reserva, ex-Comandante do Comando Militar do Oeste, do Comando Militar do Sul, do Comando de Operações Terrestres e Membro da Academia Brasileira de Defesa.

1964 – Verdades *versus* Mentiras

Sérgio Pinto Monteiro

> *O primeiro dever de um historiador é não trair a verdade, não calar a verdade, não ser suspeito de parcialidades ou rancores.* (Cicero, Marcus Tullio,103ac-43ac)

Cinquenta anos decorridos da deposição do presidente João Goulart pelo Movimento Civil-Militar de 1964, os meios de comunicação brasileiros estão repletos de matérias sobre o tema. Em sua grande maioria, contrárias ao período que denominam *Ditadura Militar*. Quase sempre, sem conseguir disfarçar sua parcialidade e rancor. Todas endossadas por jornalistas/historiadores que desprezam um dos princípios elementares de quem narra a história, que é dela não ser juiz. Na visão de Miguel de Cervantes, *o poeta pode cantar ou contar as coisas não como foram, mas como deviam ser; já o historiador, há de escrevê-las não como deviam ser e sim como foram, sem nada acrescentar ou tirar à verdade.* O revisionismo histórico ora em curso nos meios culturais brasileiros está gerando seus esperados maus frutos. Nesse contexto, a **verdade** é o que menos importa. Na concepção gramscista, ela deve ser relativizada em benefício da *causa*.

O cenário político-institucional brasileiro, no início da década de 1960, é bastante conhecido. A súbita renúncia do presidente Jânio Quadros lançou o país numa crise que desaguou no movimento de 64. Eram os tempos da Guerra Fria. O mundo, dividido entre duas potências antagônicas, parecia caminhar para a terceira guerra mundial. A União Soviética adotara uma política de expandir a revolução comunista em busca de novos aliados. A América Latina, por sua proximidade do grande inimigo americano do norte, era alvo prioritário dos soviéticos. Estabelecida uma cabeça de ponte em Cuba, concentraram, então, suas ações no sul do continente, em especial no Brasil, maior país da região.

Os principais movimentos operários e sindicatos brasileiros foram conquistados pelos adeptos de Moscou. As táticas, muito conhecidas

porque já adotadas em outras nações, eram comprar, corromper, destruir, enganar, intimidar, subjugar, tudo em nome da causa onde os fins justificam os meios. Comunistas brasileiros, muitos deles com *aperfeiçoamento* em Moscou, Cuba e outros satélites, infiltraram-se em, praticamente, todos os escalões governamentais, nos sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos da base do governo. Afirmavam, convictos, que faltava apenas a tomada do poder, uma vez que o governo já era deles.

O governo brasileiro era comandado pelo Vice-Presidente João Goulart, alçado à presidência pela renúncia de Jânio Quadros. Jango, na tentativa de se tornar herdeiro do espólio político de Getúlio Vargas, mas longe de desfrutar da liderança populista e da argúcia do velho ditador, buscou apoio na esquerda, quase toda comprometida com o projeto de implantar seu regime no Estado brasileiro. A proposta era de uma república sindicalista, fase inicial para a derrocada da democracia.

Em 1963, o cenário para a queda do regime democrático estava montado. Greves paralisavam o país. As Ligas Camponesas, de Francisco Julião, promoviam conflitos no campo. O Grupo dos Onze, de Leonel Brizola, se articulava para executar ações armadas em áreas urbanas. A população enfrentava sérios problemas de desabastecimento. Arroz e feijão, ausentes nos supermercados, jaziam estocados em armazéns clandestinos. As centrais sindicais interferiam nas decisões governamentais e ameaçavam todos aqueles que não aderissem a seus propósitos. Os serviços públicos não funcionavam. O combate ao capitalismo era a palavra de ordem.

Sabiam os inimigos da democracia que as forças armadas brasileiras, legalistas, seriam um obstáculo à mudança do regime. Procuraram, então, enfraquecer a união dos militares lançando praças contra oficiais e, assim, atingindo os princípios de hierarquia e disciplina, pilares fundamentais da instituição militar. Até um sindicato de marinheiros foi criado.

A decisão do Presidente da República de violentar o regime democrático, explicitada, claramente, em suas manifestações no comício da Central do Brasil – 13 de março – e na reunião com sargentos, no Automóvel Clube – 30 de março – não deixava dúvidas de que o seu governo já não mais representava os anseios nacionais.

Insatisfeita, a sociedade saiu às ruas por todo o país. Milhões de brasileiros – religiosos, estudantes, políticos, operários, jovens, idosos, famílias inteiras – pediam a queda do Presidente que estava conduzindo o país a uma aventura comuno-sindicalista incompatível com os valores cristãos e democráticos do nosso povo. A mídia, em sua quase totalidade, exortava os militares a uma intervenção nesse processo de destruição nacional.

Lideranças civis e chefes militares, que já haviam se preparado para esse cenário, entraram em ação. E Jango foi derrubado. A vontade popular fora cumprida. Até então, sem qualquer reação. E sem sangue. O povo, unido, festejou, intensamente, nas ruas, a vitória da democracia.

Os fatos históricos até aqui apresentados são inquestionáveis. Basta que se consulte o imenso conjunto de informações disponíveis sobre o tema. Jornais e documentos da época facilmente o comprovam. A história pode ser reinterpretada. E até reescrita. Mas os fatos históricos são imutáveis, porque pertencem ao passado, inexorável e definitivamente.

Alguns mitos foram criados sobre o Movimento de 1964. Um deles diz respeito a uma suposta participação do governo dos Estados Unidos no planejamento das ações. Nenhuma prova conclusiva deste fato até hoje foi apresentada. Também é improvável que os militares brasileiros aceitassem tal ingerência. Não há duvida, entretanto, que os americanos não só viam com preocupação a caminhada do nosso governo rumo a um regime comunista, como acompanhavam, de perto, a evolução dos acontecimentos. Em documento recentemente tornado público, o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil teria afirmado a seus superiores em Washington, quatro dias antes da eclosão do Movimento de 1964:

> *1. Desde que retornei ao Rio em 22 de março eu tenho estudado a situação brasileira profundamente com assessores civis e militares daqui, convocando os chefes de missão em São Paulo e Brasília para ajudar e fazendo alguns contatos com brasileiros bem informados.*
>
> *2. Minha conclusão é de que Goulart está definitivamente engajado em uma campanha para assumir poderes ditatoriais, aceitando a colaboração do Partido Comunista Brasileiro e outros grupos revolucionários da esquerda para*

esse fim. Se ele for bem sucedido é mais do que provável que o Brasil caia sob controle completo dos comunistas, ainda que Goulart possa ter a esperança de se voltar contra os apoiadores comunistas e adotar um modelo peronista, o que pessoalmente acredito que ele prefere. (WikiLeaks do Movimento de 1964 – The National Security Archive)

Outro mito criado pelos vencidos em 1964, para iludir os menos informados, é que lutavam pela restauração da democracia. Há uma vasta literatura que prova o contrário, inclusive, depoimentos de lideranças esquerdistas.

Em 1990, foi publicada *A Revolução Faltou ao Encontro,* tese de doutorado em História, de Daniel Aarão Reis Filho, professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, ex-dirigente da Dissidência da Guanabara que ficou mais conhecida como MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, nome que assumiu no sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Para o autor, *o sentido essencial da luta armada não estava na resistência à ditadura militar; era anterior a ela: tratava-se antes de um projeto político de combate à ordem política e econômica vigente antes de 1964*.

O Professor Daniel, em 23/09/2001, entrevistado pelo jornal O Globo, declarou:

... o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma ditadura revolucionária... as esquerdas radicais se lançaram na luta contra a ditadura, não porque a gente queria uma democracia, mas para instaurar um socialismo no país, por meio de uma ditadura revolucionária como existia na China e em Cuba.

Prossegue a matéria de O Globo:

...outro participante da luta, o professor de História da UFRJ, ***Renato Lemos****, acha que é responsabilidade ética, social, política e histórica da esquerda assumir suas ideias e ações durante a ditadura...Cada vez mais se procura despolitizar a opção de luta armada numa tentativa de autocrítica por não termos sido democratas. Nossa atitude foi tão válida quanto qualquer outra. Havia outros caminhos, sim. Poderíamos tentar lutar dentro do MDB, mas achávamos que a democracia já tinha dado o que tinha de dar .*

Ainda na mesma reportagem, Denise Rollemberg, mestre em História na Universidade Federal Fluminense, destaca:

> *... o objetivo da esquerda era a ditadura do proletariado e a democracia era considerada um conceito burguês. Não se resistiu pela democracia, pela retomada do status quo pré-golpe. Ninguém estava pensando em reconstituir o sistema partidário ou reempossar João Goulart no cargo de presidente.*

Na tese *Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada*, também de Denise Rollemberg, historiadora de claro posicionamento esquerdista, vale destacar:

> *Também no início dos anos 1980, René Dreifuss publicou sua tese de doutorado sobre o golpe de 64. Através de farta documentação, comprovou a participação decisiva de segmentos da sociedade civil no movimento que derrubou o governo institucional de João Goulart, que assumiram um lugar igualmente relevante no regime instaurado. Assim, Dreifuss o chamou de golpe civil-militar; mais esclarecedor ainda seria vê-lo como um movimento civil-militar. A pesquisa de Deifruss teve grande impacto e foi bastante divulgada, na mídia e no meio acadêmico. Apesar disto, é interessante notar a dificuldade que as esquerdas ainda mantêm no sentido de reconhecer as relações de identidade de segmentos da sociedade com o projeto político que se tornara vitorioso em 1964. Se o movimento que derrubou o governo institucional foi repudiado por parte da sociedade civil, por outro lado, foi saudado com entusiasmo por parcelas sociais – não exclusivos das classes dominantes – que com ele se identificaram." "...A relação das Ligas Camponesas com Cuba, por exemplo, traduzida no apoio material, logístico e ideológico evidencia a definição de uma parte das esquerdas pela luta armada no Brasil, ainda no governo democrático, antes da ditadura civil-militar." "...Como vimos, a opção pela luta armada já estava presente em parte da esquerda brasileira, ainda no período do governo institucional de João Goulart, quando as Ligas Camponesas receberam apoio de Cuba para montar campos de treinamento guerrilheiro no Brasil visando à preparação de militantes para o confronto armado. Estes sítios foram descobertos e amplamente divulgados na grande imprensa.*

No livro *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender, conhecido historiador marxista, fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR – podemos encontrar algumas verdades que contradizem o discurso sectário da esquerda:

– Em 29 de março de 1964 (dois dias antes da eclosão do Movimento de 64), um grupo de dez membros do Partido Comunista do Brasil (partidário da chamada Linha Chinesa) viajou para a China a fim de realizar curso político-militar na Academia Militar de Pequim. Até 1966, duas outras turmas foram a Pequim, com o mesmo objetivo. A Ação Popular (AP), em 1967, também enviou militantes à China, com idêntica finalidade. Antes, portanto, do atentado do Aeroporto de Guararapes, que marca o início da luta armada contra o regime e a edição do Ato Institucional nº 5.

– O autor confirma o caráter **preventivo** e **contrarrevolucionário** do Movimento de 64:

> *... do regime político construído no Brasil a partir do golpe de1964 decorre a compreensão da sua dinâmica e, portanto, a sua periodização. A que apresento a seguir tem como ponto de partida o paradigma da contrarrevolução. Parte da premissa de que o golpe de 1964 foi contrarrevolucionário preventivo, para alguns, certamente os portadores de uma visão sutil da conjuntura; reativo, para outros, que temiam ou encenavam temer uma suposta revolução ou golpe esquerdista em andamento –, assim como contrarrevolucionário foi o regime que a partir dele se estabeleceu.*

O Movimento Civil-Militar de 1964 está na mídia. Quase sempre, sem a isenção que se espera de um jornalismo criterioso e responsável. Há meio século, um grupo de opositores – sem o apoio da população – optou pela luta armada contra os chamados governos militares. Rebeldes e legalistas se enfrentaram duramente. O Estado, através de seus mecanismos de segurança e proteção – órgãos policiais e forças armadas – defendeu a ordem jurídica vigente; militantes da parcela mais radical da esquerda buscaram, a todo custo, a tomada do poder pelas armas.

Seria utópico e ingênuo imaginar um confronto armado onde direitos humanos sejam preservados. Juntamente com a verdade, são eles as primeiras vítimas da guerra. Infelizmente, a História guarda inúmeros registros onde se constata que, mesmo nos conflitos entre irmãos, a luta mantém a característica de que, do outro lado, está o inimigo que precisa ser derrotado e, por isso, muitas vezes, abatido.

Assim, excluídas inverdades e exageros, é notório que ocorreram, de ambos os lados, episódios reprováveis de violação de direitos humanos, cujas sequelas ainda não foram superadas, em especial, por alguns dos derrotados em 1964.

A Lei nº 6.683, editada em 28 de agosto de 1979 e convalidada pelo Supremo Tribunal Federal, foi responsável pela pacificação nacional. Conhecida como Lei da Anistia, amparou ambos os lados e teve, como principal corolário, o restabelecimento da plenitude democrática em nosso país e, em última análise, proporcionou a muitos dos antigos guerrilheiros e militantes esquerdistas, a oportunidade de, livremente, e pela vontade popular, assumirem postos importantes no cenário político-administrativo brasileiro.

Há 50 anos, a nação esteve muito próxima de ser lançada numa aventura socialista, decadente e totalitária. O Movimento Civil-Militar de 1964, deflagrado com o apoio da esmagadora maioria da população brasileira, proporcionou ao país um período de comprovado desenvolvimento econômico e nos conduziu à normalidade democrática dos dias atuais, onde não deveria haver mais espaço para sectários, revanchistas ou revolucionários de plantão. O tempo que se foi é inexorável, e sua história é definitiva. Ao reverso do amanhã, que depende, fundamentalmente, das nossas ações. A liberdade e a democracia são valores insubstituíveis. Ao longo de nossa história, muitos derramaram seu sangue e até mesmo tombaram em sua defesa. E outros tantos brasileiros estarão sempre prontos a fazê-lo. A nação espera que seus líderes e governantes, inspirados nas lições do passado, mantenham os olhos voltados para o futuro.

Sérgio Pinto Monteiro é professor, oficial da reserva não remunerada do Exército Brasileiro, titular da Cadeira Especial Major Apollo Miguel Rezk da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Membro da Academia Brasileira de Defesa, titular da Cadeira Raul Pederneiras do Instituto de Cultura de Campo-Grande, presidente do Conselho Nacional de Oficiais R/2 do Brasil, vice-presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB e autor do livro O Resgate do Tenente Apollo .

Amazônia: "a marcha da insensatez"

Luiz Eduardo Rocha Paiva

...se não te apercebes para integrar a Amazônia na tua civilização, ela, mais cedo ou mais tarde, se distanciará, naturalmente, como se desprega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga de seu próprio movimento.

Euclides da Cunha

Nos anos 1980, a historiadora Barbara Tuchman publicou o livro *A Marcha da Insensatez – de Troia ao Vietnam*, um best-seller mundial. Ela usou eventos históricos para mostrar como governantes criam condições objetivas para futuros desastres quando decidem movidos por ambições políticas e vaidades, sem compromisso com os anseios e necessidades de seus povos e nações.

Insensatez qualifica a política dos últimos governos brasileiros, na Amazônia, mesmo cientes da secular cobiça de potências estrangeiras, manifestada em sucessivas tentativas de suprimir ou limitar a nossa soberania na região. Nos anos 1850, Matthew F. Maury, oficial da Marinha dos EUA, propugnava a abertura da navegação na Bacia Amazônica e a sua ocupação por contingentes de negros, após a abolição da escravatura naquele país. Em 1904, a Questão do Pirara resultou na perda de 19.600 km^2 do território nacional para a Guiana Inglesa, então colônia britânica. São apenas dois de muitos exemplos dessa cobiça.

A partir dos anos 1990, com a queda da URSS, os aliados da OTAN não tinham mais ameaça militar a seus territórios, ganhando liberdade de ação para se projetar em âmbito global. Cunharam, então, o conceito de *novas ameaças*, na verdade, meros pretextos para *justificar* a expansão e impor, globalmente, seus interesses. Aí se insere a questão indígena. Líderes mundiais propuseram, publicamente, a ingerência internacional no aproveitamento das riquezas dos espaços pouco explorados de outras nações, tendo estadistas como Mitterand (1989), John Major (1992) e Gorbachev (1992) citado, nominalmente, a Amazônia. Hoje,

as potências estrangeiras são mais sutis, usando ONGs, grupos privados e organismos internacionais como a OEA e a ONU na vanguarda, para pressionar pela autonomia das terras indígenas (TIs) brasileiras e impedir projetos nacionais de desenvolvimento na região. Querem preservar hoje para explorar amanhã, impondo acesso privilegiado aos recursos amazônicos, à revelia dos interesses e direitos brasileiros.

Essa *marcha da insensatez* começou com a demarcação da TI Ianomâmi (1991) e prosseguiu com as do Alto Rio Negro (1998), Vale do Javari (2001), Tumucumaque (2002), Raposa Serra do Sol (2005) e Trombetas-Mapuera (2008) que cobriram, perigosamente, a fronteira ao norte e a sudoeste do rio Amazonas. Todas nos governos Collor, FHC e Lula. Em todo o Brasil, 608 TIs já ocupam 13% do território nacional, área igual às do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e sul de Minas Gerais somadas. Tudo para apenas 600 mil indígenas, separados dos 200 milhões de irmãos brasileiros pela política segregacionista de governos também complacentes com a campanha desnacionalizadora e separatista de ONGs estrangeiras em TIs, temerosos de reações internacionais.

A *marcha* avançou em 2007 quando o governo votou pela Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas na ONU[1], aceitando que eles tenham autogoverno, autodeterminação, instituições políticas e sistemas jurídicos próprios, constituam *nações indígenas* e vetem atividades militares e medidas de governo nas TIs. É autonomia superior à dos estados da Federação e, com 608 TIs, como ficará a governabilidade do País? O artigo 42 da Declaração ampara a intervenção internacional para obrigar o seu cumprimento, agredindo soberanias e patrimônios nacionais e tornando inócuo o artigo 46, que garante apenas a integridade territorial e unidade política dos Estados. Estas se tornaram ilusórias para o Brasil após limitar a própria soberania, reconhecendo, em seu interior, 608 *nações indígenas*, estrangeiras para a comunidade global que não reconhece o índio como brasileiro. Os indígenas já podem exigir o cumprimento da Declaração. Se não forem atendidos e se revoltarem, havendo repressão do governo, solicitariam a intervenção da ONU com base em Resolução de 2005 – *Responsabilidade*

[1] *Esta declaração, embora o voto favorável do governo, só terá validade jurídica se for aprovado pelo congresso Nacional, o que ainda não ocorreu.*

de Proteger. Povo, território, nação e instituições políticas praticamente formam um estado-nação.

A *marcha* foi reforçada, mais uma vez, pelo governo, ao lançar o Programa Nacional de Direitos Humanos (2009), onde preconiza tornar constitucionais os instrumentos internacionais de direitos humanos não ratificados pelo Congresso Nacional. Se isso acontecer, caem as 18 ressalvas constantes na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a demarcação da TI Raposa Serra do Sol, que resguardam a soberania nacional em todas as TIs. A Portaria nº 303/2012 da AGU, que regulamentaria essas ressalvas, foi suspensa pelo Ministro da Justiça após as pressões de praxe. Uma decisão da mais alta Corte do País contestada, com êxito, por ONGs estrangeiras e movimentos internos. Um absurdo!

O senador roraimense Mozarildo Cavalcanti (Diário do Senado Federal, 23/09/2005, p. 31758) condenou a demarcação da TI Raposa Serra do Sol em terras contínuas e evidenciou a pressão internacional, reconhecida pelo então Presidente da República. Disse o senador: *O Presidente Lula, na última audiência que tive com Sua Excelência, o Senador Augusto Botelho presente, o Governador do Estado, os deputados (—) perguntou: quantos eleitores têm em Roraima? (—) Sua Excelência balançou a cabeça e disse que estava sendo pressionado pela USP, pela OEA, pelas ONGs europeias*. A propósito, o Príncipe Charles, criador da ONG *Prince's Rainforests Project*, que promoveu diversos encontros na Europa, com lideranças indígenas e políticos brasileiros, defendendo aquela demarcação em terras contínuas, foi recebido pelo Presidente de República às vésperas da reunião decisória do STF sobre o tema, em março de 2009. Coincidência ou pressão?

A História ensina que cenários semelhantes, mesmo em episódios distintos e distantes no tempo e no espaço, tendem a desfechos análogos, se as lideranças seguirem ou não princípios estratégicos que a experiência consagrou como definidores do resultado de eventos decisivos nas relações internacionais. Em estratégia, o tempo não se conta por anos, mas sim, por décadas, portanto, erros cometidos em determinado momento terão consequências desastrosas muitos anos depois. Algumas vezes, uma solução tática se afigura como excelente para resolver uma situação no presente, mas ela poderá ser causadora de problemas muito mais graves no futuro. A estratégia deve guiar a tática e, não, o inverso. Ao se dobrar seguidamente aos desígnios de

Hitler, entre 1933 e 1939, para resolver questões pontuais de política externa na Europa, o Reino Unido e a França, pensando salvar a paz, permitiram a consolidação do poder político do ditador nazista, enfraqueceram a oposição alemã, deram tempo ao fortalecimento militar germânico e, assim, pela imagem de fraqueza e falta de coragem transmitida, contribuíram para o desencadeamento da II Guerra Mundial.

Dois casos históricos de perda de soberania e integridade territorial devem servir de alerta à Nação. O mais recente foi a independência do Kosovo, província antes pertencente à Sérvia, mas cuja população era 90% de origem albanesa. Em 1974, o Kosovo recebera autonomia, que foi cassada em 1999, levando sua população à revolta. Ante a violenta reação da Sérvia e não tendo seu consentimento para entrar com forças de paz na região, a OTAN, sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, moveu uma campanha aérea arrasadora e dobrou aquele país, que acabou aceitando uma missão de paz sob mandato da ONU. O direito de soberania na região em pauta, assegurado no mandato da ONU, não foi suficiente para a Sérvia manter a integridade territorial, pois o Kosovo declarou independência em 2008, rapidamente reconhecida pela comunidade mundial, numa clara demonstração de que *o direito é filho do poder*. O desmembramento da Sérvia, histórica aliada da Rússia, e, não, a proteção da população albanesa era o real interesse dos aliados da OTAN, pois praticamente alijava aquela potência da Europa Oriental.

A Bolívia vendeu o Acre em 1903, por não tê-lo ocupado com seu povo, após o Tratado de Ayacucho de 1867, que lhe fora favorável. Quando quis fazê-lo, em 1898, o Acre estava ocupado por brasileiros, desde 1877, mesmo sem o aval do Governo do Brasil. Eram nordestinos liderados por seringalistas brasileiros que exerciam o poder local no vazio deixado pelo povo e Governo da Bolívia. Este tentou expulsá-los à força, sem êxito, tendo o Acre declarado a independência em 1902 e a intenção de se incorporar ao Brasil. A questão foi resolvida diplomaticamente, com a compra do Acre e outras concessões feitas pelo Brasil. O tempo estratégico passou de três décadas.

No quadro a seguir, se compara, sumariamente, a história da perda do Acre pela Bolívia com a da *marcha da insensatez* nas Terras Indígenas da Amazônia, iniciada nos anos 1990. Situações distantes no tempo e espaço, mas têm analogias que devem preocupar a Nação.

Perda do Acre pela Bolívia – analogia com a Questão Indígena no Brasil

SITUAÇÃO: no ACRE (AC) e nas TERRAS INDÍGENAS (TI)	BOLÍVIA - AC	BRASIL - TI	PROBLEMA ou AMEAÇA
AC e TI: AUSÊNCIA do ESTADO e de POPULAÇÃO NACIONAL (indígenas segregados nas TIs*)	VAZIO de PODER	VAZIO de PODER	Em REGIÕES COBIÇADAS, RICAS e de IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA
AC: OCUPADO por SERINGALISTAS e SERINGUEIROS BRASILEIROS	Sem LIGAÇÃO AFETIVA com a BOLÍVIA e SEGREGADOS	----------	• LIGAÇÃO AFETIVA com o BRASIL • FUTURO: REVOLTA e INDEPENDÊNCIA
TI: OCUPADAS por INDÍGENAS SEGREGADOS e LIDERADOS por ONGs INTERNACIONAIS	----------	ONGs CONSIDERAM INDÍGENAS como "POVOS e NAÇÕES" e, não, brasileiros (doutrinação)	• DESNACIONALIZAÇÃO. PRESSÃO da COMUNIDADE MUNDIAL por AUTONOMIA
AC: GOVERNO BOLIVIANO ARRENDA o AC ao BOLIVIAN SYNDICATE (companhia anglo-americana de comércio da borracha)	DELEGAÇÃO de AUTORIDADE para usar a FORÇA para EXPULSAR os BRASILEIROS	----------	• DELEGAÇÃO de SOBERANIA e AUTORIDADE POLÍTICA a um ENTE ALIENÍGENA no PRÓPRIO TERRITÓRIO
TI: GOVERNOS BRASILEIROS sem CORAGEM para CONTROLAR ONGs INTERNACIONAIS que ATUAM CONTRA INTERESSES NACIONAIS	----------	DELEGAÇÃO de AUTORIDADE, RESPONSABILIDADES e RECURSOS para ONGs nas TIs SUBMISSÃO a PRESSÕES	DELEGAÇÃO de PODER a ENTES FINANCIADOS por POTÊNCIAS ESTRANGEIRAS
AC: REVOLTA dos BRASILEIROS e INDEPENDÊNCIA do AC GOVERNO BRASILEIRO DECRETOU a ÁREA em LITÍGIO	BOLIVIAN SYNDICATE trazia EUA e GRÃ-BRETANHA ao CORAÇÃO da AMAZÔNIA	----------	INTERNACIONALIZAÇÃO da NAVEGAÇÃO na BACIA AMAZÔNICA e PERDA de INTEGRIDADE TERRITORIAL
TI: no FUTURO, GRANDES POPULAÇÕES INDÍGENAS SEGREGADAS e DESNACIONALIZADAS	É o MESMO HISTÓRICO dos BRASILEIROS no ACRE (revolta e independência) *	MOVIMENTO por AUTONOMIA e SOBERANIA - APOIO da ONU e POTÊNCIAS*	• "DECLARAÇÃO dos DIREITOS dos POVOS INDÍGENAS" e "RESPONSABILIDADE de PROTEGER" (ONU)**

OBSERVAÇÃO:

(*) Os indígenas não são considerados brasileiros também pela comunidade internacional.

(**) Os indígenas evocarão esses dois instrumentos internacionais para ter autonomia e soberania nas TIs.

O arrendamento do Acre ao Bolivian Syndicate, delegando-lhe autoridade para expulsar os brasileiros da região com o uso da força, foi o reconhecimento tácito, pelo Governo boliviano, da incapacidade de controlar parte de seu território. De fato, foi uma voluntária abdicação da própria soberania na região, que jamais lhe seria devolvida, haja vista a cobiça e o poder das potências que se encontravam por trás daquela empresa comercial. A Bolívia trazia, para dentro da Amazônia, a Grã-Bretanha, que ampliava sua presença já existente na Guiana Inglesa, e os EUA, onde autoridades militares e políticas vinham, há muito tempo, manifestando o propósito de separar a região do Brasil. Como disse Eduardo Prado em *A Ilusão Americana*: *O general Grant, num discurso pronunciado em 1883, numa recepção ao general mexicano Porfirio Diaz, chegou a dizer que os Estados Unidos necessitavam de três coisas somente, porque o resto tudo tinham no seu país. As três coisas eram: café, açúcar e borracha. E o general disse:* ***Seja como for*** *havemos de ter café, açúcar e borracha* (o grifo é nosso).

A análise das questões do Kosovo e do Acre permite concluir: num país onde uma região rica e de importância geopolítica seja um vazio de poder, sem população nacional, ocupada por população segregada, sob liderança alienígena e ligada a outros países, projeta-se um cenário de perda de soberania e integridade territorial, a despeito do direito internacional. Este é o cenário desenhado em Roraima, com potencial de expansão até o Amapá. Ao contrário de Sérvia, Bolívia e Brasil, a China povoou a província do Xingiang com etnia han, limitando a força do movimento separatista dos uigures. A China aprendeu, com a história, a resistir a pressões estrangeiras. O Brasil era assim, até os governos nitidamente internacionalistas de Collor e FHC e o pseudonacionalista de Lula.

A soberania na Amazônia já é limitada, de fato, coroando a *marcha da insensatez*, empreendida por lideranças que colocaram projetos

pessoais e vaidades acima do interesse nacional ou, com espírito mercantilista, negociaram soberania pensando gerar retorno econômico-financeiro ao País, como se dignidade nacional fosse mercadoria de troca. A Nação, omissa, também é responsável.

Luiz Eduardo Rocha Paiva é General-de-Brigada da Reserva, Professor Emérito e ex-Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e Membro Correspondente do INCAER. É Doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares.

A Evolução do Pensamento Estratégico da ESG e sua contemporaneidade no estudo do Desenvolvimento e da Defesa

Antônio Celente Videira

Introdução[1]

No final dos anos 1940, o mundo ressoava o término da Segunda Guerra e o início da distensão entre Rússia e Estados Unidos. Era um novo período cujo jogo proporcionaria as mais argutas estratégias para predomínio de um bloco sobre o outro.

Estava dada a largada para as espetaculares iniciativas, no campo das ideias, visando à plenitude do convencimento dos pensamentos econômico e político, a gerirem o novo mundo que se configurava, em termos de alinhamentos.

Os institutos, envolvendo as elites militar e civil, que tratariam da guerra abrem suas portas. Na década de 1920, surgem o Imperial Defense College, em 1927, na Inglaterra, e o Industrial College, em 1924, nos Estados Unidos. Já em 1946, na França e nos Estados Unidos, são criados, respectivamente, o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional e o National War College. Este último vai influenciar na criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, cuja trajetória é digna de ser louvada em todos os sentidos, na moldura de nossas elites, visando a prepará-las para o exercício de funções relevantes.

O cenário mundial, naquele momento, apresentava uma dicotomia, uma vez que os pensadores da época vislumbravam uma terceira guerra mundial, com proporções alarmantes, em que artefatos nucleares seriam empregados.

[1] *Nota do Editor: Trabalho selecionado na X Jornada Científica da ECEMAR, em 2013.*

Por outro lado, os conflitos tomavam outra conotação, sendo a guerra global, de proporções inimagináveis, onde a mobilização geral impingia a participação do segmento civil, com sua potencialidade empregada na paz, porém, agora, canalizada para o confronto bélico. O chão de fábrica e a produção do campo passavam a ser, também, fatores preponderantes nas estratégias dos exércitos, uma vez que todo o poder da nação teria que ser empregado, como já fora no último conflito que terminara em 1945.

A rivalidade entre Leste e Oeste vai denominar-se Guerra Fria. Nessa competição que as emulações vão-se traduzir na Guerra da Coréia, em 1950, no conflito de Suez, em 1956, nas escaramuças guerrilheiras do Sudeste Asiático, com foco no Vietnã, em 1955, na Revolução Cubana de 1959. No contexto de todas essas refregas, a ESG cumpriu a missão para qual foi criada, ou seja, mobiliar as repartições públicas e privadas com um recurso humano diferente daquele da República Velha e da Era Vargas. A visão agora era voltada para a Segurança Nacional, mediante uma possível agressão armada, mas sem se descuidar de dar ao País uma elite compromissada com as causas nacionais e sabedora dos novos processos administrativos que debutavam os anos 1950, principalmente aqueles que iriam se socorrer dos primitivos computadores, ainda a válvulas, a serem utilizados, principalmente, pelos órgãos governamentais.

A Influência Positivista

É interessante frisar que, desde o século XIX e até a metade do século XX, se esboçavam, no poder das diversas nações do mundo, personalidades que, de uma forma ou de outra, se identificavam com uma corrente do pensamento político-filosófico.

Apesar de a ESG ter sido criada nos moldes do International War College, com a presença de uma Missão Militar Americana, que perdurou até 1961, com a prorrogação do tempo de um oficial de ligação até 1973, em 1919, chegou, ao Brasil, a Missão Militar Francesa, no governo de Epitácio Pessoa, a fim de reestruturar o Exército Brasileiro. Essa Missão, além de orientar a tropa nas estratégias adotadas na resistência francesa contra a Alemanha, na Primeira Grande Guerra,

além de criar armas, quadros e serviços, inoculou, também, em termos doutrinários, as ideias de Augusto Comte, pai do positivismo, e que, de certa forma, vai influenciar o pensamento das lideranças do Exército.

Segundo a Profª Drª Liana, em seu trabalho monográfico de final do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), os oficiais mentores da ESG foram egressos da Escola Militar do Realengo, onde pontificava o ensino de ordem positivista, portanto, nada mais natural que o ideário a compor o pensamento da Escola tenha pontos em comum com o Positivismo (2006, p.30). Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Castello Branco, Lyra Tavares, Augusto Fragosos, Jurandyr Bizaria Mamede, Idálio Sardenberg foram oficiais que cursaram a Escola Militar do Realengo, sendo influenciados pelo Positivismo, e que participaram, intensamente, na construção do pensamento da ESG, nos anos 1950 e 1960 do século XX.

Já o Marechal Salvador César Obino, idealizador e criador da ESG, em 1949, sendo Chefe do Estado-Maior Geral, depois Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), embora não tenha passado pela Escola Militar do Realengo, teve sua simpatia pelo Positivismo ainda no Rio Grande do Sul, na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, em 1903/1904, revigorando a sua adesão ao pensamento comtiano na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, quando participou da Revolta da Vacina Obrigatória em 1904, rebelião eminentemente positivista (Müller, 2003; p.24).

Acontece que outros fatores imprimiram as ideias positivistas nos primórdios do pensamento esguiano. Estamos falando de um grupo de oficiais do Exército denominados Jovens Turcos. Quem eram esses militares? Tratavam-se de tenentes das turmas de 1906, 1908 e 1910 que foram para a Alemanha, a fim de se especializarem nas novas táticas de guerra. Esses oficiais destacaram-se na ampliação de suas culturas no campo da guerra e da civilização, porém essa conquista do novo saber foi revestida de um moderno pensar positivista, em que a concepção do crescimento industrial alemão, somado às ideias de Clausewitz e de Moltke, se cristalizaram na Força Terrestre, principalmente, a relevância do Estado-Maior. Nasce, também, no seio dessa juventude castrense, extrema consciência nacional, fixando objetivos fundamentais para a nação perseguir, porém se utilizando dos seus meios produtivos

disponíveis. Esse foi o novo perfil desses militares que adentravam o século XX. A denominação Jovem Turco tinha um sentido pejorativo, atribuída pela grande maioria da oficialidade do Exército, pois os comparava aos recém-formados jovens oficiais turcos que, em 1908, depuseram a Monarquia Turca, retirando do poder o Sultão Abdülhamid II.

Está aí o ganho adquirido pelos Jovens Turcos, na velha Prússia, que iria contaminar seus subsequentes na carreira profissional. Dentre esses oficiais, destacamos Bertoldo Klinger, Euclydes de Oliveira Figueiredo, Arnaldo Brandão, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Francisco Jorge Pinheiro, Eduardo Cavalcanti de Albuquerque Sá, Estevão Leitão de Carvalho, Evaristo Marques da Silva, Jerônymo Furtado do Nascimento, José Antonio Coelho Ramalho, José Bento, José Carlos Vital, José Pinheiro de U. Cintra e Luis Furtado.

Com a extinção da Escola Militar da Praia Vermelha e a transferência da Escola de Guerra, de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, forma-se, em 1913, a Escola Militar do Realengo. Os novos oficiais do Exército, dentre eles aqueles conhecidos como Jovens Turcos, são classificados como instrutores, nesse mais novo estabelecimento de ensino militar. A partir daí, as ideias de Augusto Comte são expandidas entre a tropa, uma vez que o Positivismo, também, já vinha, desde o final do século XIX, impregnando a sociedade brasileira de um modo geral e, em especial, as elites, o que iria influenciar o nosso pensamento político. Em 10 de outubro de 1913, esses mesmos Jovens Turcos criam uma revista, a Defesa Nacional, que terá, anos depois, um secretário de edição, o então Tenente Humberto de Alencar Castello Branco. Cabe aqui mencionar que, apesar de Castello Branco não ter ido à Alemanha, era simpatizante do pensamento dos Jovens Turcos (Trevisan, 2000, p.14).

Os Jovens Turcos optavam por reaparelhar o Exército Brasileiro com material bélico oriundo da Alemanha, enquanto a maioria da oficialidade pleiteava o dos franceses. Com o advento da Grande Guerra e a derrota alemã, o processo decisório inclinou para a aquisição de equipamentos bélicos franceses, incluindo aí, também, o treinamento tático-operacional daqueles itens. Todavia, uma coisa ficou cristalizada

no seio da oficialidade: foi a cultura positiva, já que ambos os Exércitos tinham, como arcabouço mental, a linha Comtiana.

É bom que se saiba que o Positivismo é o pináculo do Iluminismo. O século XVIII foi o alavancamento da era das invenções e descobertas. A pesquisa, na sua essência, revestia-se de vigor no academicismo. O laboratório torna-se reverenciado pelos evolucionistas, como se fosse um santuário. O método científico passava a ser o protocolo sagrado dos que queriam consagrar suas concepções investigativas. A Revolução Industrial encarnava a mais nova religião da época.

Esse é o cenário em que o Positivismo iria se desenvolver. Diga-se, de passagem, que esse feixe de ideias vai ter amplitude extrema, na busca de uma vida social que proporcionasse justiça e equanimidade a todos sob a tutela do Estado.

A Profª Liana aponta esse olhar da seguinte forma:

> *O espírito positivista é o fundamento intelectual da fraternidade entre os homens, possibilitando a vida prática em comum. Instaura as ciências como investigação do real, do certo indubitável, do precisamente determinado e útil. No domínio social e político, o estado Positivo do espírito humano marca a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material, para o controle dos industriais" (Liana, 2006,p.15).*

Já Xavier (2009) acrescentava que o Positivismo, apesar de ter-se apresentado de diferentes formas em todo o Ocidente, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX, refletia, no âmbito filosófico, a preferência do Capitalismo pelo desenvolvimento da sociedade industrializada. Em outras palavras, o Positivismo defendia que o progresso, por meio da industrialização, guiado pela técnica e a ciência, traria benefícios gerais para a sociedade contemporânea.

Xavier ainda prossegue afirmando que:

> *O Positivismo Comtiano explica a Lei dos três Estados relacionando-a com a evolução histórica e cultural da humanidade. Essa Lei define cada concepção principal e cada ramo de nossos conhecimentos, os quais devem passar, hierárquica e necessariamente, por três Estados historicamente diferenciados: Estado Teológico ou Fictício, Estado Metafísico ou Abstrato e Estado Científico ou Positivo. O Estado Teológico representa o ponto de partida da inteligência humana, o Estado*

Metafísico é o de transição entre o primeiro e o terceiro ou a modificação geral do primeiro, o terceiro Estado é o último, ou seja, o Cientifico ou Positivo, é o estágio maduro, fixo e definitivo da evolução racional da humanidade. (Xavier, 2009).

Augusto Comte procurava difundir o humanismo entre criaturas. Achava que a religião da humanidade, instituída por ele, transcendia as demais, já que buscava a unidade moral, culminando com a unidade espiritual, a fim de contemplar a regeneração social e moral. Cultuava a paz como condição para a evolução de qualquer sociedade, uma vez que a guerra significava dilapidar a construção perfeita e harmônica dos assentamentos econômicos e sociais.

Antonio de Arruda, em a "*ESG: História da sua Doutrina"* (1980, p.5) reafirma esse humanismo e esse estado pacifista, quando enfatiza que o homem deve ser visto como o centro das preocupações. Na assertiva sobre a racionalidade positivista, Arruda argumenta que a doutrina (pensamento) da Escola deve estar calcada nos conceitos ao invés das definições, uma vez que as definições são rígidas e mais condizentes com o rigor das normas legais, ao passo que os conceitos são mais flexíveis e abrangentes. Porém, conclui reafirmando que *as definições limitam, mas os conceitos permitem a compreensão maior*.

Foi por isso que, diante da evolução tecnológica dos anos 1950, devido ao pós-guerra, em que a dualidade de materiais acontecia, principalmente nas nações hegemônicas da época, o pensar da Mobilização Nacional eclodiu na ESG. A primeira tentativa para se irradiar esse assunto aconteceu em 1953, com a palestra do General Fiúza de Castro. Em 1957, é criado o Curso de Mobilização Nacional, cujo funcionamento acontece em 1958 e 1959. E, em 1991, é reativado, funcionando até hoje. Tudo isso vai reafirmar uma visão industrial no contexto do crescimento nacional, para o mesmo ser transformado e aplicado em uma hipótese de guerra.

Entender a era industrial, de acordo com o Positivismo, significava conversar e discutir sobre a indústria bélica, aspecto que moldou uma elite empresarial voltada para essa área da economia, colocando o Brasil na vanguarda, dentre outras nações, no comércio armamentista mundial, nos anos 1970 e 1980. A mentalidade do desenvolvimento da indústria de defesa, com toda certeza, alastrar-se-á no

meio empresarial e acadêmico, bem como nos centros de pesquisas militares, dando subsídio para o Comandante da ESG, na pessoa do Tenente-Brigadeiro do Ar Sérgio Xavier Ferolla, no período de 1993 a 1995, com o Corpo Permanente da Escola, criar mais uma Expressão do Poder: a Expressão Científica e Tecnológica (C&T), além das já existentes (Política, Econômica, Psicossocial e Militar). Essa definição, com lastro, evidentemente, ainda nos anos 1950, vai sugerir um olhar para a perquirição científica e tecnológica voltada à inovação, como suporte à Segurança Nacional, o que respalda o cientificismo positivista a eivar o pensamento esguiano nos primórdios da sua existência.

A influência tomista

O pensamento de São Tomás de Aquino, relativo à valorização do homem e da importância do Bem Comum, não entrou na ESG, em 1949, ou mesmo nos anos 1950, bem como no início da década de 1960, como muitos creem.

Até onde este autor pesquisou, não foi encontrado um marco que confirmasse, exatamente, o início deste pensar. Todavia, através de pesquisas, concluiu-se que as ideias tomistas estão sintonizadas com o conceito de desenvolvimento nacional, quando o mesmo foi considerado fator preponderante no processo da segurança nacional.

O Desembargador Antonio de Arruda (1980, p.9) estabelece a evolução do Pensamento da ESG em quatro fases:

1ª fase – de 1949 a 1952 – A predominância foi o estudo da conjuntura com os temas subdivididos em assuntos nacionais, internacionais e militares;

2ª fase – de 1953 a 1967 – A ênfase foi a segurança;

3ª fase – de 1968 a 1973 – Iniciaram-se as reflexões sobre desenvolvimento nacional, de forma ainda não institucionalizada, mantendo, também, nos estudos, a segurança nacional. Para Arruda (1980), o ano de 1967 é revestido de um recrudescimento da guerra revolucionária no Brasil. Portanto, havia necessidade de se falar no aspecto do desenvolvimento, o que vai ser intensificado a partir de 1968.

4ª fase – após 1973 – Institucionalizam-se os estudos relativos ao desenvolvimento nacional, através da aprovação do 5º Regulamento da ESG, pelo Decreto nº 72699, de 27 ago 1973. Segurança e desenvolvimento ficam no mesmo nível. Um depende do outro. A partir daí, o novo Manual Básico (provavelmente, o de 1974) condensou os antigos conceitos constantes nas Leituras Selecionadas (LS), espécie de antologia de autores do Corpo Permanente ou estranhos à ESG, e de Notas Complementares, que contêm conceitos ainda não consolidados pelo pensamento em vigor.

Já o Coronel Isnard Pereira de Almeida (1976, p.63), em seu ensaio sobre o *Jubileu de Prata da ESG e da ADESG*, estabelece duas fases no período de 25 anos de existência da Escola:

1ª fase – de 1949 a 1964 – Surge a guerra subversiva comunista, a Guerra Revolucionária, com a consequente ênfase da Segurança Interna, no âmbito da Segurança Nacional, que fora, nessa época, fator de grande influência na evolução dos estudos do Pensamento da Escola;

2ª fase – de 1964 a 1976 – A segurança nacional vai considerar a segurança interna prioritária em relação à externa. Institucionaliza a administração de o ensino do planejamento econômico-social, apontando a necessidade de o mesmo ser de responsabilidade de órgão específico, distinto daquele encarregado do planejamento da segurança, porém de estreita coordenação entre ambos. Consequentemente, a segurança nacional, admitida nos primórdios da ESG, como abrangendo o desenvolvimento, passou a ser considerada ao lado deste, compreendidas as duas áreas (segurança e desenvolvimento) no campo da política nacional. O Cel Isnard também estabelece, como marco oficial do estudo do desenvolvimento, a data de aprovação do 5º Regulamento da ESG, ou seja, 27 ago1973, apesar de o tema ter sido tratado entre o Corpo Permanente e o Corpo de Estagiários, de forma não regulamentar, a partir de 1968.

Em conversa sobre as reflexões tomistas, no contexto da Escola, com o emérito Professor Paulo Cesar Milani, pessoa de extraordinário saber no campo da sociologia e dos temas contemporâneos globais,

por sua vivência em passado recente, como docente, Chefe da Divisão de Assuntos Psicossociais e do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da ESG, ele relatou-me o seguinte:

> *Lembro-me que o assunto esteve em pauta nos idos de 1966 e seguintes, com recidiva nos anos 1970 e no período após 1985. Havia discussões sobre as categorias de Tomás de Aquino que conviriam ao pensamento, na parte dos fundamentos axiológicos – talvez, principalmente, as considerações sobre o homem que o Cristianismo vislumbra – consciência, interioridade e pessoa –, o que vai dar a largada para o discurso personalista ao jeito de Emmanuel Mounier, corrente que agregou o professor Jorge Boaventura e, com largos elementos da versão plotiniana de Platão, o acadêmico Tarcísio Meireles Padilha. Houve outros, por exemplo, na linha da neoescolástica, Ubiratan Borges de Macedo, Heitor Herrera, Afonso de Liguori Pessoa e, numa perspectiva mística, Heloísa Maria Cardoso da Silva. Contra, atuantes e competentes, estavam os professores Antonio Geraldo Lagden Cavalcanti e Carlos Sanches de Queiroz e, numa posição mais cautelosa, Oliveira Junior. (Milani, 2011).*

Com as assertivas de pessoas fidedignas, pode-se inferir o seguinte:

a) O tema desenvolvimento já era discutido na ESG, em seus primórdios, dentro do contexto da segurança nacional;

b) A partir de 1968, o assunto desenvolvimento teve relevância nos estudos da ESG;

c) Em 1973, com a aprovação do 5º Regulamento, na ESG, institucionalizou-se esse tema, alterando o Manual Básico de 1974, e correlacionando-o com o bem comum, na busca de uma sociedade de vertente, acentuadamente latina, revestida de valores ocidentais de influência cristã, dentro do capítulo que trata dos Fundamentos Axiológicos.

O bem comum de São Tomás de Aquino (1225 a 1274) é inserido na ESG porque suas ideias revolucionaram o pensamento cristão, em pleno século XIII. Sua argumentação harmonizava razão e fé, a partir da metafísica de Aristóteles, sem, contudo, abandonar as revelações agostinianas-platônicas, proporcionando, assim, a cosmovisão teológica e tecendo uma roupagem universal para o Cristianismo medieval, que se propagou aos nossos tempos, através dos exegetas. Quanto à valorização do homem, o movimento tomista é categórico em afirmar que o conhecimento intelectivo é a base para a criatura humana buscar

o bem pleno. Esse conhecimento é revestido de algo transcendental, cujo fim é a ética. É essa ética que desenhará as leis sociais, a fim de alcançar a boa convivência humana para a consecução do bem comum.

Castagnola (1961, p.185) alega que o tomismo, ao analisar a natureza humana, cita o homem como um animal social (político) e, portanto, forçado a viver em sociedade com os demais. Continua, ainda, defendendo que a primeira forma de sociedade é a família e a segunda é o estado.

O aspecto do desenvolvimento nacional, a ser nivelado com o da segurança, sendo proeminente para se alcançar o bem-estar, a fim de se antepor à doutrina contemporizada pela guerra revolucionária comunista, que se alastrava no mundo, inclusive no Brasil, nos anos 1960 e 1970, vai ser sintetizado ao longo dos anos, no Manual Básico da ESG e em vigor em 2011, com a seguinte redação:

> *Os valores da preeminência da pessoa, da liberdade individual, da igualdade fundamental entre os homens e da fraternidade foram, portanto, inspiradores do conceito do bem comum, materializando uma visão tomista que conduz ao seguinte entendimento: ideal de convivência que, transcendendo à busca do bem-estar, permite construir uma sociedade onde todos, e cada um, tenham condições de plena realização de suas potencialidades como pessoa e de conscientização e prática de valores éticos, morais e espirituais.*
>
> (Manual Básico, 2011; p.14)

Positivismo x Tomismo

A sabedoria, quando pronunciada por grandes homens, mesmo em locais e épocas distintas, torna-se comum na sua essência. A entonação pode ser díspara, mas o seu corpo é uníssono. A sua gênese é o ponto irradiador das verdades transcendentais.

No drama da Paixão, por exemplo, quando Cristo foi indagado por Pôncio Pilatos sobre o que era verdade, o seu silêncio explicitou uma das maiores falas que a humanidade atenta percebeu ao longo desses dois mil anos de história. A verdade, portanto, é algo inexplicável, porém perceptível àquele que, eucaristicamente, comunga com os axiomas universais, instalados nos santuários da retidão moral.

O positivismo e o tomismo têm mais pontos em comun do que divergentes. Fraternidade e harmonização, valorização humana e legitimidade ética, liberdade e livre arbítrio, racionalidade e devotamento, filosofia e teologia, estado positivo e cosmovisão teológica, sentimento de socialização e convivência política, estágio maduro e bem comum, enfim, constructos de valores que dignificam a criatura humana na senda da vida equilibrada. Esses méritos imanentes no homem, principalmente naqueles que compõem nossas elites, farão do mesmo o cidadão indispensável às governanças contemporâneas.

É bom que se diga que esse duplo foco não será recortado por uma linha temporal. As maneiras como os conteúdos das duas correntes eram difundidos se mesclavam e se imbricavam com o passar dos anos, amalgamando, portanto, os conceitos, para originar outros mais atualizados, mediante o enfrentamento das crises que advém como produto dos desafios funcionais.

A crítica da Profª. Liana (2006; p.32), quanto ao termo *marcada influência cristã*, constante do Manual Básico, denota certa restrição ao pensamento, uma vez que estreita o grau de sua universalização, já que existem outras religiões. Contrapõe-se, inclusive, aos princípios da República Brasileira, por esta ser laica, de acordo com a Constituição de 1988.

Acontece que, como já se mencionou, na década de 1960 e no início dos anos 1970, a guerra revolucionária do Brasil se intensificava. No mundo, vários pontos eram acometidos por embates ideológicos: a crise dos mísseis em Cuba, a primavera de Praga, as passeatas de protestos estudantis na França e Estados Unidos, a ofensiva no Vietnã, a Guerra Árabe-Israelense, o revigoramento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Grupo Tupamaros, no Uruguai, Sendero Luminoso, no Peru, Bando Badeer-Meinhof, na Alemanha, os Montoneiros, na Argentina, Movimiento de Izquerda Revolucionária – MIR, no Chile, o Grupo Terrorista ETA, na Espanha e outros em El Salvador, Guatemala e Nicarágua, todos, influenciados pela tática Che Guevariana, irão inferir na cristalização de um pensamento esguiano, totalmente identificado com os valores ocidentais e cristãos.

Há também que se observar, pois apesar de elementos sublimadores da alma humana, o positivismo abriga, ainda, um conteúdo materialista-

naturalista, desalojando a divindade, em troca do enaltecimento do espírito científico na criatura. É uma visão complexa, principalmente, quando há ausência de entendimento teológico-espiritual, pois esse pensar pode se cumpliciar com doutrinas exóticas à formação religiosa de uma sociedade puramente cristã.

O positivismo hegeliano era temeroso, considerando esse bojo de conceitos e culminando na irreligião e no ateísmo, na anarquia e no comunismo (Castagnola, 1961, p.386). De certa forma, o hegelismo vai influenciar as idéias de Karl Marx. O positivismo, em alguns aspectos, alinha-se com o idealismo, positivista, e Marx, em determinadas situações, adotava as conclusões de Comte. Talvez esse tenha sido o ponto de inflexão para uma radicalização da absorção do tomismo no pensamento da ESG, em que pese a justificativa da Profª Liana (2006, p.32) em alegar que a palavra *cristã* não cabe nos textos do Manual Básico, a não ser do *ponto de vista estritamente histórico*.

Há que se considerar, também, que o movimento da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, antes da Revolução de 1964, era uma reação de cunho religioso, com lastro na vertente cristã, às supostas reformas sociais a serem implantadas pelo governo vigente, o que, de certa forma, pode ter influenciado na concretização da linha do Aquinate nos estudos do pensamento da ESG.

Todas essas retomadas não isentam a Escola de ser um grande centro de convergência de pensamentos. A multiplicidade de criaturas que por lá passam compõe uma policromia de tendências, cuja convivência é de extrema harmonia e respeito mútuo. O enriquecimento de ideias faz-se de forma exponencial, à medida que são atraídos estagiários de diversas origens, brasileiros e estrangeiros, novas mentes que aderem e agregam conhecimentos, revigorando, assim, um corpo de saber fecundo em todos os sentidos.

Cada turma, na ESG, tem a sua mística, com egrégora peculiar, imprimindo características marcantes do conjunto de estagiários, perdurando ao longo do tempo e formando aquilo que sempre menciono como *alma esguiana*. Interessante fato ocorreu com a turma de 1951, em outubro, após viagem iniciada em Belo Horizonte, para

estudos sobre o *quadrilátero ferrífero*. Todo percurso, naquela época, foi por via férrea, até Vitória. Nessa capital, a comitiva da Escola embarcou no navio Duque de Caxias para se deslocar até o Rio de Janeiro. No domingo, em alto mar, a missa a bordo, oficiada pelo capelão do navio, teve como leitura, para reflexão, o texto do Livro dos Apóstolos, constante do capítulo 4º, versículo 31, cujo teor era o seguinte: *E da multidão dos que criam, o coração era um e a alma, uma (*cor unum et anima una*); e nenhum dizia ser sua coisa alguma daquelas que possuía, mas tudo dentre eles era comum* (Almeida, 1976)**.**

A turma de 1951 que fazia o então Curso Superior de Guerra (CSG), uma das fundadoras da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), juntamente com as de 1950 e 1952, após as palavras do capelão, adotou, como dístico da ADESG, o texto: *cor unum et anima una pro Brasília.*

A verdade é que o sentimento plural dos integrantes do Corpo de Estagiários, coadjuvado com a base do pensamento atual da Escola, quer positivista, quer tomista, cimenta essa *alma* que, ao longo de 63/ anos, opera nos diversos escalões governamentais e empresariais, colocando o Brasil em patamares condizentes com a sua estatura.

Quem é o inimigo?

Por certo, o leitor vai questionar sobre o que há de importante na hermenêutica dos pensamentos positivista e tomista, ao entendimento da missão da ESG nos últimos 63 anos. É oportuno esse tipo de discussão? Afirmo que essa questão é de extrema relevância, para que se possa compreender e neutralizar a mais nova hostilidade, a rondar a vida nacional e mesmo a boa convivência mundial.

A queda do muro de Berlim, em 1989, alterou o tabuleiro geopolítico do mundo. Nessa data, inicia-se o processo entrópico do comunismo, com ênfase na degradação econômica da antiga União Soviética e a desvinculação de países satélites daquele bloco.

O inimigo, que até então eram as ideias marxistas, esmaece, deixando os acalentados socialistas da América Latina, principalmente os do Brasil, órfãos e isolados em seus discursos. Mas, graças a Deus, o processo de redemocratização do País continuava a passos largos.

Agora seria a vez do recrudescimento sindicalista, cooptado pela esquerda, culminando com a chegada à presidência pelo voto. Foi um grande avanço para a democracia que, a cada dia que passa, tenta se revigorar, não obstantes alguns percalços institucionais ameaçadores da alternância do poder.

Atualmente, a linha divisória entre esquerda e direita esvaneceu-se. A dialética e o maniqueísmo não mais vigoram nos debates ideológicos. Quem ainda guarda essa proposição, relativizando as tendências progressistas ou conservadoras, está olhando o retrovisor dos acontecimentos. O inimigo está mimetizado, com características enrustidas, voltadas para o mal social. Vive-se o poema épico idêntico ao da Odisséia, com o adentramento da imoralidade nas instituições republicanas, análoga à invasão de Troia, utilizando-se de um cavalo de pau, simbolizado, nos dias atuais, pelo decantamento do brio e da vergonha. Mais uma vez, o inimigo está ancorado nesses desvios, com a estrofe de *avanço*.

O que se percebe é uma inversão de valores éticos, a acenar como uma nova conduta, em detrimento da postura do respeito às liberdades, guardando princípios espirituais e de caráter, intrínsecos à cultura do nosso povo. Bergo (2007, p.62) classifica esse fenômeno de *novas ameaças não convencionais*, identificando-as como: narcotráfico, contrabando em geral e o de arma, em particular, terrorismo, armas de destruição em massa, pirataria, biopirataria, falsificação e lavagem de dinheiro, insurreições políticas e comerciais, sequestros e extorsões, violência urbana, crimes cibernéticos e crime organizado. São perigos que circunscrevem as Seguranças Interna e Externa.

Esse elenco de intimidações é proveniente das pérfidas tentativas em se banalizar desvios de caráter no seio das instituições: esgarçamento moral da família, aceitação oficial e explícita do homoxessualismo nas Forças Armadas, legalização e liberação da maconha, interferência no correto vernáculo da língua portuguesa, mudança da história brasileira com o destronamento de heróis, vultos e patronos nacionais, achar normal a corrupção, estímulo ao enfrentamento de classes e grupos, acenando com cotas beneficiárias a excluídos, como por exemplo, negros e brancos, índios e civilizados, heteroxessuais e homoxessuais, proprietários e sem terra, burgueses e proletários.

Aí está a importância dos princípios filosóficos do pensamento da ESG, consubstanciados na fidelidade à democracia, preponderância do interesse nacional sobre qualquer outro e a valorização do homem (Manual Básico, 2011, p.16). Somente através do conhecimento e da percepção da luz, é que o ser humano, nos seus variados afazeres, com ênfase nas elites detentoras de cargos relevantes, neutralizará os infortúnios impostos por um novo inimigo, envolto pelo egoísmo e pela ignomínia, escamoteado, sem qualquer linha ideológica (o que é pior), dilapidando as riquezas materiais e espirituais da nação.

Enfim, o inimigo hoje não é mais ideológico, mas sim, moral. Esse é o adversário mais temeroso do embate social. Repaginar a história da ESG é aferir a sua vocação na luta contrária a esse tipo de postura, através do seu método de ensino, isento de facção ou grupo a que pertença o ignóbil. O governante, não importa a que partido pertença, ao desprezar um instituto de altos estudos estratégicos como esse, cuja folha de serviço o nivela a qualquer outro similar, internacionalmente falando, está incorrendo em extremado erro. Reagrupar novos aliados, exclusivamente por caráter e competência, é moldar arranjos virtuosos, visando a uma exitosa ação do planejamento político- governamental.

O contemporâneo-prospectivo

Em 1989, mais um fato, em consequência da queda do muro de Berlim, vai interferir nas grandes estratégias. Desta vez, foi a mística pernóstica de que os grandes planejamentos, para a configuração das políticas de Estado, passaram a ser coisa do passado. As projeções das ações governamentais eram algo retrógrado, não cabendo mais as definições de metas, principalmente porque, a partir desse momento, o Estado seria mínimo. Os neoliberais começaram a drapejar a bandeira da modernidade, chamando os centros estratégicos de *dinossauros*. A ESG, evidentemente, estava inserida nesse entorno, uma vez que era uma Escola de Estado, sendo que este iria perder, significativamente, o poder regulador sobre a economia, não havendo mais a necessidade de orientar ações que norteassem a estratégia desenvolvimentista da Nação. As políticas públicas de curto prazo seriam o pendão dos novos tempos. Se dessem erradas, poderiam ser refeitas, não importando os custos intangíveis nos orçamentos. Hage

(2010, p.74) reafirma esse julgamento aproveitando-se das palavras do Almirante César Flores:

> *Na passagem dos anos de 1980 para 1990, deu-se o declínio de pensar estrategicamente, na consecução de segurança, propriamente dita, do Estado Brasileiro. Em grande parte, isso se havia feito por ressentimentos da "nova" elite política que desejava desarticular, na medida do possível, os fatores do Poder Nacional, mormente as Forças Armadas. O meio para isso passou pelo enxugamento do orçamento militar e pelo sucateamento do material bélico, dando efeitos que ainda perduram (Hage, apud Flores, 2002, p.74).*

O que aconteceu foi uma total degradação dos bens produtivos do país, com privatizações de empresas estatais estratégicas e um encolhimento do já minguado material bélico das Forças Singulares. Mas a ESG, mesmo assim, continuou e continua ministrando o seu Método de Planejamento de Ação Política, envolvendo o estudo e a prática de uma metodologia que oriente e sistematize, de forma racional, o processo de tomada de decisões. (Manual Básico, 2000, p.225).

Atualmente, o que se observa é a explosão da bolha econômica americana, coadjuvada com o outono europeu. Quem diria que nações ricas do hemisfério Norte teriam colapsadas suas infraestruturas administrativas, principalmente, o sistema financeiro? O entronamento da rede bancária pelos teóricos do neoliberalismo implicou recorrer ao estado mínimo. Veja, agora chegou a vez da falência do capitalismo perverso. A ganância e a usura dos países hegemônicos, aliadas à ausência de planos de longo prazo, deveram-se à insensibilidade de gestões humanísticas compromissadas com o *ganha-ganha*, ou seja, inferência administrativa, através de iniciativas compartilhadas, com métodos empreendedores, na busca da melhor solução visando ao coletivo.

Chiavenato (1983, p.272) informa que o professor de filosofia da Universidade de New York, James Burnham, de 1932 a 1954, publicou em um livro, durante a II Guerra Mundial, que *nem o capitalismo, nem o socialismo teriam longa duração. O sistema do futuro seria o gerencialismo, e a nova classe dirigente do mundo seriam os administradores*.

Essa sustentação de Burnham torna-se mais categórica com as seguintes reflexões:

O capitalismo está com os seus dias contados devido à sua incapacidade de resolver os grandes problemas da humanidade, como o endividamento público e privado, o desemprego em massa, a depressão econômica, a precária distribuição de riqueza e, ainda, o individualismo. Já o socialismo desabaria em consequência do esvaziamento da classe operária, por se transformar em classe média, divorciando-se assim dos interesses do povo.

(Chiavenato, 1983, p.272)

Parece que as profecias de Burnham induziram a ESG, sem saber, a considerar, no seu método de planejamento estratégico, valores e princípios, subtraídos dos fundamentos axiológicos, inseridos em seu pensamento, como filtro, nas fases do diagnóstico e dos pressupostos básicos, na aplicação daquele método, como ferramenta de gestão prospectiva, a fim de alcançar políticas respaldadas pelo bem comum. É interessante dizer que esse bem comum, já mencionado por pensadores da Grécia Antiga e da Era Medieval, com ênfase em Tomás de Aquino, hoje vem travestido como sustentabilidade e responsabilidade social, com vistas ao ganho comunitário. Essa, portanto, é a finalidade da Escola, formar gestores e assessores de alto nível, na busca da competitividade integral para o ganho contínuo e sustentável, verdadeira revolução no empreendedorismo contemporâneo das corporações de sucesso.

Mas quando se fala em mundo corporativo, percebe-se o alinhamento dos pensadores da ESG com estudiosos das previsibilidades distendidas, relacionadas à gestão empresarial e que se debatem em prol da projeção do futuro. Renomados professores de estratégia, lotados em centros de estudos internacionais, como Gary Hamel e C.K. Prahalad, asseveram que *uma empresa sucedida em reestruturação e reengenharia, mas incapaz de criar os mercados do futuro, entrará na estafante rotina de tentar manter um passo à frente das margens e lucros em constante declínio, advindos dos negócios do passado.* (Hamel, Prahalad, 1995, p.6).

Percebe-se uma total sincronia naqueles que estão no presente, mas em constante projeção do amanhã, desenhando cenários que possam ser interpretados, para serem reestruturados, favorecendo configurações políticas adequadas. Essa é uma postura proativa, em que o pensamento e o método de planejamento da ESG tornam-se instrumentos de extrema relevância na administração pública e privada.

É interessante mencionar, nesse contexto, que, a partir dos anos 1960, inicia um processo de sinergia cultural entre Ocidente e Oriente, uma vez que o fluxo de pessoas itinerantes intensifica-se no mundo. A troca entre conceitos administrativos acontece nas universidades, implicando a homeostase de ideias relativas à área de gestão. Como consequência, mestrando, mestres e doutores entrecruzam-se com novas técnicas de gerência provenientes do meio acadêmico de países hindo-asiáticos, impregnando empresas americanas e europeias. *Kanban*, *just-in-time*, organização *Keiretsus*, modelo Toyota são termos usados com freqüência, no ambiente empresarial.

A ESG, apesar de ser uma Escola de pensamento estratégico de Estado, não afasta conceitos prevalentes no mundo das grandes corporações e que são aplicados nas políticas organizacionais.

Ao se debruçar nas considerações constantes da literatura, relativas à organização, percebe-se intensa harmonia entre as questões da gerência empresarial e o que se propõe a ESG no seu pensar. *É preciso que as corporações se desvencilhem do mito do gerente genérico. Em síntese, a empresa individualizada não apenas abraça a diversidade entre as pessoas, como a explora em conjuntos diferenciados de papéis que exigem variadas competências pessoais* alegavam Ghoshal e Bartlett (2000, p.211). O Manual Básico da ESG já reforça essa questão concluindo que *cada homem tem seu próprio estoque de conhecimentos, diferenciados dos demais, dando lugar a desejos e ações também diferenciadas, e sabendo-se que o conjunto dessas ações é responsável pela alteração da realidade. Conclui-se assim que haverá sempre uma multiplicidade de futuros possíveis, oriunda da combinação das ações humanas individuais* (2000, p.223).

É emblemática a correlação das questões comuns tratadas nas universidades e organizações vinculadas à gerência que se mesclam com o conteúdo programático da ESG e que são difusos, em seus recintos, através do Manual Básico, leituras selecionadas e bibliografias indicadas, como também nas conferências, palestras e simpósios. Henry Mintzberg, Jame Hunter, Ronald Balou, Idalberto Chiavenato, Michael Porter, Peter Drucker são alguns autores estudados como respaldo às considerações tratadas pelo Corpo Permanente, bem como pelos professores e conferencistas convidados.

O atravessamento das ideias positivistas com as do tomismo, convergindo para o atual Pensamento da ESG, tendo aderência das mais recentes teorias administrativas, com conceitos políticos e sociais de um mundo global, deixam a Escola em posição de destaque entre os diversos institutos estratégicos do mundo. O hermetismo da sua pedagogia contagia as mais retesadas mentes deturpadas por uma mídia mentirosa e ultrapassada. O mito inexistente, que seus detratores lhe impõem, cai por terra, já nas primeiras semanas dos cursos, quando os novos estagiários (alunos), principalmente, os titubeantes em relação ao seu passado deturpado, surpreendem-se com a magnitude dos ensinamentos, totalmente atualizados com os acontecimentos contemporâneos, dentro de uma metodologia que permite a pluralidade de participações, oferecendo ambiência sinergética e de respeito mútuo, o que a coloca como ícone na produção de um capital intelectual de extrema relevância para o País.

Por fim, ratifica-se ser um instituto de altos estudos a capacitar, para o Brasil e para outros países, profissionais, cuja inteligência e perspicácia moldam-se na solução dos efervescentes dramas do mundo global. Dispensar uma Escola desse quilate é tornar-se anacrônico na obtenção do ótimo recurso humano. Enfim, preservar um centro como a ESG, que *contribui para o aprimoramento das elites*, como disse o General Augusto Fragoso, é cultuar a catedral dos entrechoques de ideais, como produtora das melhores inteligências para a vida nacional.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Isnard Pereira de. *A ESG Até o Jubileu de Prata da ADESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1976. (Ensaio).

ARRUDA, Antônio. ESG – *História de sua Doutrina*. São Paulo: INL, 1980.

BERGO, Tadeu Bettega. *O Pensamento Estratégico e o Desenvolvimento Nacional – Uma Proposta de Projeto para o Brasil*. São Paulo: MP Editora, 2007.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas, SP: Papirus Editora, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil,1983.

COSTA, José Silveira da. *Tomás de Aquino – A Razão a Serviço da Fé*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

FLORES, Mario Cesar. *Reflexões Estratégicas: Repensando a Defesa Nacional*. São Paulo: Realizações, 2002.

GHOSHAL, Sumantra; BARTLETT, Christopher A. *A Organização Individualizada*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramento, 2000.

HAGE, José Alexandre Altahyde. "*Os Fundamentos do Pensamento Estratégico: Instrumentos ainda Válidos ao Brasil*". In Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 25, nº51, jan./jun.2010 p. 71-81.

MAREK, Paulo Ronaldo. "*A Influência do Positivismo na Formação da Sociedade Brasileira*". Disponível em <www.amorc.org.br/artigos_urci/influencia_positivismo.pdf > . Acesso em 28 jan 2012.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James Brian. *O Processo da Estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

OP, Jean-Pierre Torrell. *Santo Tomás de Aquino – Mestre Espiritual*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PADOVANI, Humberto; CASTAGNOLA, Luis. *História da Filosofia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1961.

PRAHALADA, C.K; GARY, Gary. *Competindo pelo Futuro*. 16ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1995.

ROSEMBERG, Liana Ruth Bergstein. *A Presença do Positivismo na Formação do Pensamento Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: ESG, 2006. (Monografia).

TREVISAN, Leonardo. *O Pensamento Militar Brasileiro*. Disponível em <www.ebookbrasil.org/elibris/militar2.html> . Acesso em 28 jan. 2012.

XAVIER, Antonio Roberto. *Positivismo e Marxismo*. Disponível em http://artigo.netsaber.com.br/resumo_artigo_18471. Acesso em 28 jan. 2012.

_____. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos Doutrinários da ESG*. Rio de Janeiro: Luzes – Comunicação, Arte & Cultura, 2000.

_____. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1993.

_____. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*: *Elementos Fundamentais*, v.1 e 2. Rio de Janeiro: ESG, 2009.

Antonio Celente Videira é Membro do Corpo Permanente da ESG, da Academia Brasileira de Defesa (ABD) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Com Mestrado em Gestão de Empresas, é também Membro Correspondente do INCAER.

As aeronaves Lockheed F-80C *Shooting Star* na FAB

Aparecido Camazano Alamino

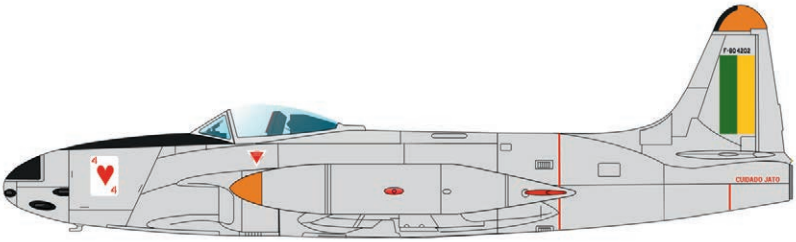
Histórico e desenvolvimento da aeronave

Antes do início da 2ª Guerra Mundial, países como a Inglaterra e a Alemanha já realizavam estudos com a intensão de desenvolver motores a jato para equipar suas futuras aeronaves de combate. Em 1937, o motor a jato Whittle foi testado em bancada e provou a sua viabilidade, todavia não conseguiu motivar o governo inglês para prosseguir com o seu desenvolvimento.

Na Alemanha, tal tecnologia, apesar de interessante, não era prioridade do Ministério do Ar alemão, porém uma iniciativa particular, patrocinada por Ernst Heinkel, levou à construção e ao primeiro voo de um aparelho propulsado por um motor a jato puro, que foi designado como Heinkel He-S3A em 1938. Tal feito entusiasmou Hitler, que determinou o início do desenvolvimento de um caça a jato. Esse novo aparelho foi desenvolvido pela Messerschmitt, sendo designado Messerschmitt Me-262.

Nesse cenário, as autoridades americanas sentiram-se totalmente desatualizadas em tal tecnologia, pois já haviam produzido um modelo experimental, não muito bem sucedido, o Bell P-59. Assim determinaram estudos, com o apoio dos ingleses, para o desenvolvimento de um aparelho que pudesse fazer frente ao jato alemão Me-262, que teve a sua produção autorizada em junho de 1943 e logo estaria em condições de atuar contra os bombardeiros americanos e ingleses que atacavam a Alemanha.

Assim, em 23 de junho de 1943, foi efetivado um contrato entre o Governo Americano e a Lockheed para a construção do primeiro jato de combate americano, sendo estipulado um prazo de 180 dias para que o primeiro aparelho ficasse pronto. O projetista Clarence *Kelly* Johnson foi o autor do seu desenho, que ficou conhecido como Lockheed **XP-80** e foi denominado de *Shooting Star* (Estrela Cadente).



Primeiro padrão de pintura dos F-80C no 1º/4º GAV

Em 9 de novembro de 1943, o primeiro protótipo do avião, matriculado 44-83020 ficou pronto, sendo equipado com o motor inglês de Havilland H-1B Goblin. A aeronave foi levada secretamente, para a base aérea do Exército Americano de Muroc Lago Seco, onde passou por diversos testes do motor. Todavia, foi necessária a sua troca, em decorrência de problemas técnicos que acabaram inutilizando o motor, acarretando na sua substituição por outro propulsor, que chegou da Inglaterra, somente em 28 de dezembro do mesmo ano.

O aparelho, denominado de Lulubelle, realizou o seu voo inaugural em 8 de janeiro de 1944, 203 dias após a data da assinatura do contrato de seu desenvolvimento, tendo, em seu comando, o experiente piloto de provas Milo Burcham. O aparelho conseguiu alcançar a velocidade de 806 km/h no curto voo que realizou.

Problemas, como a falta de entrega de novos motores, levaram a General Electric a propor à Lockheed a utilização do motor Whittle I-40, que era maior que o motor de Havilland H-1B, utilizado no Lulubelle. Tal impasse acabou determinando a construção de um novo avião, de maiores dimensões, justamente para poder acomodar tal motor.

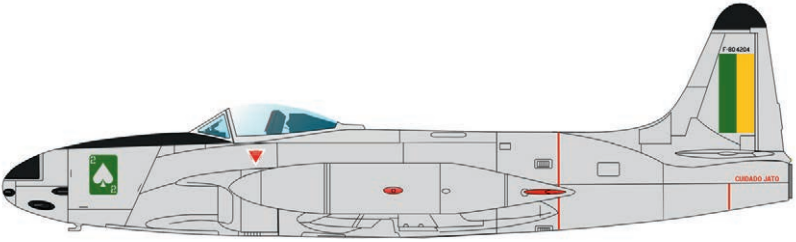
O novo aparelho foi designado como **XP-80A**, e foram construídos dois protótipos, matriculados 44-83021 e 44-83022. A primeira aeronave voou em junho de 1944, sob o comando do piloto de provas Tony Le Vier, ocasião em que atingiu a velocidade de 894 km/h.

Tendo em vista que as baixas de bombardeiros aliados na Alemanha estavam elevadas, em consequência da ação dos jatos Me-262, imediatamente, foram encomendados 13 aparelhos YP-80A,

que prosseguiram nos testes. Quatro desses aviões foram enviados para a Europa em abril de 1945, sendo dois para a Inglaterra e dois para a Itália.

Os destinados à Inglaterra (44-83026 e 44-83027) não chegaram a ser utilizados até o final da guerra, em maio de 1945. Eles permaneceram em testes no país. O 44-83026 acidentou-se em 14 de novembro de 1945, durante a realização de um voo, e o 44-83027 foi equipado com uma turbina Rolls-Royce Nene para voos de teste. Já os dois aviões que foram para a Itália (44-83028 e 44-83029) estavam armados com seis metralhadoras .50 no nariz e foram utilizados em algumas missões operacionais contra os alemães, porém não chegaram a se defrontar com os jatos alemães Me-262, que já só atuavam na Alemanha.

O motor GE I-40 foi substituído pelo Allison J-33, e o novo aparelho de série, que foi designado como **P-80A**, recebeu uma encomenda inicial de 4.390 unidades da USAAF (United States Army Air Force – Força Aérea do Exército dos Estados Unidos). Tal encomenda foi reduzida para 671 aviões, logo após a vitória americana contra o Japão, sendo **344** P-80A-1-LO, **176** P-80A-5-LO e **151** FP-80A-5-LO.



Segundo padrão de pintura utilizado pelos F-80C do 1º/4º GAV

A segunda variante de série do aparelho foi designada **P-80B** e já trazia vários aperfeiçoamentos como injeção de água e de álcool no motor, bem como foi equipada com novos assentos ejetáveis. Foram fabricados 240 aparelhos dessa versão.

Prosseguindo em sua evolução, em 1º de março de 1948, voou o primeiro **P-80C**, já incorporando o novo motor J-33-23, com 4.600 libras de empuxo, que lhe propiciava atingir a velocidade máxima de 928

km/h. Tal aparelho também estava com a sua estrutura alar reforçada, sendo adicionados cabides sob as asas para levar foguetes ou até 1.080 kg de bombas. Foram construídos 799 aparelhos dessa variante que, na essência, foi o primeiro jato caça-bombardeiro da USAF. Convém ser salientado que vários aviões das séries A e B também foram transformados em P-80C, no final dos anos 40.

Tabela de produção dos Lockheed F-80C Shooting star

Tipo	Quantidade	USAAF/USAF	Observação
XP-80	01	44-83020	1º Protótipo
XP-80A	02	44-83021 – 22	
YP-80A	13	44-83023 – 35	
P-80A	501	44-84992 – 45-85491	Produção seriada
P-80A	63	45-8301 – 45-8363	
EP-80A	14	45-8364 – 45-8477	
P-80B	240	45-8476 – 45-8717	
P-80C-1	54	47-171 – 47-224	
P-80C-1	01	47-525	
P-80C-5	75	47-526 – 47-600	
P-80C-1	04	47-601 – 47-604	
P-80C-1	32	47-1380 – 47-1411	
P-80C-1	21	48-376 – 48-396	
P-80C-1	50	48-863 – 48-912	
P-80C-10	457	49-422 – 49-878	
P-80C-10	100	49-1800 – 49-1899	
P-80C-10	04	49-3597 – 49-3600	
Total	1.632		

Fonte: KOKU-FAN Nº 11, novembro de 1989

Já fazendo parte do acervo da nova USAF (United States Air Force – Força Aérea dos Estados Unidos), que foi criada em 18 de setembro de 1947, os P-80 tiveram a sua designação modificada de P = Pursuit, para F = Fighter em junho de 1948, sendo designados, após tal mudança, como F-80.

O F-80C na Guerra da Coreia

Quando a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul em 25 de junho de 1950, quatro grupos da USAF (8th, 51st, 49th e 35th) equipados com os aviões Lockheed F-80 estavam baseados no Japão, sendo que o 8th estava equipado com os FT-80A, para a realização de missões de reconhecimento tático.

Em 26 de junho de 1950, quatro caças F-80C interceptaram oito aviões de ataque Ilyushin Il-10 da Coreia do Norte, derrubando quatro deles, ocasião em que foi registrada a primeira vitória de um avião a jato americano em combate. Os F-80 foram utilizados na Guerra da Coreia e em missões de reconhecimento, ataque ao solo e interceptação, até a entrada no cenário dos Mig-15, em 1º de novembro de 1950.

Apesar da defasagem existente entre os dois tipos de aviões, o F--80C 49-0737, pilotado pelo Ten Russell J. Brown, abateu um Mig-15 em 7 de novembro de 1950, próximo ao rio Yalu, sendo a primeira vitória em combate ar-ar de caças a jato da história da aviação em todo o mundo.

A entrada de um caça mais avançado no cenário da guerra obrigou os americanos a direcionarem os F-80C para a realização de missões de ataque ao solo, sendo os novos caças North American F-86 Sabre utilizados nas missões de escolta dos bombardeiros e na interceptação dos Mig-15 das forças norte-coreanas.

Até a assinatura do armistício, em 27 de julho de 1953, somente a 67th Ala de Reconhecimento Tático empregava os RF-80A. Durante toda a Guerra da Coréia, os Shooting Stars voaram 98.515 sortidas, abatendo 37 aviões inimigos, dos quais seis eram Mig-15, além de destruir 21 aparelhos de diversos tipos no solo. As perdas de aparelhos F-80 durante a guerra foram altas, chegando a 35% dos aviões produzidos, sendo 14 abatidos pelos Mig-15; 113, pela artilharia antiaérea; 16 foram perdidos por diversas causas e 150, em acidentes operacionais. Tais perdas totalizaram 293 aparelhos.

Após a guerra, os Shooting Stars começaram a ser substituídos por aeronaves mais modernas nas diversas unidades da USAF, das Forças da

Reserva e da Guarda Aérea Nacional. Os aparelhos de reconhecimento RF-80A/C foram os que tiveram vida operacional mais longa, sendo desativados no final de 1957.

Assim, no final dos anos 50, o governo norte-americano autorizou a cessão de alguns aparelhos F-80 para substituir aviões de caça do tipo F-47 Thunderbolt e F-51 Mustang da frota de aeronaves de combate de diversos países aliados da América do Sul, dentro do Programa de Assistência Militar (MAP), a saber:

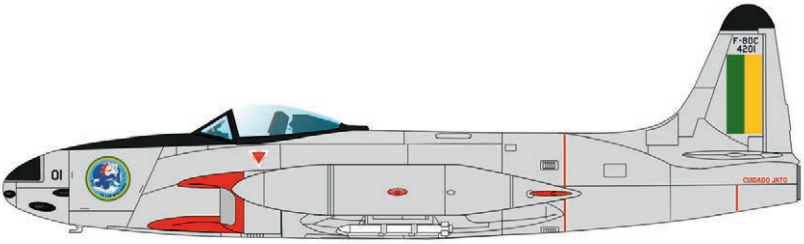
Brasil: 33 F-80C-10-LO
Chile: 18 F-80C
Colômbia: 16 F-80C
Equador: 16 F-80C
Peru: 16 F-80C
Uruguai: 14 F-80C

Utilização mundial do F-80C Shooting Star

Com a incorporação de novos aviões de combate supersônicos na USAF, os já obsoletos caças Lockheed F-80C começaram a ser retirados do serviço, sendo disponibilizados para diversos países aliados, principalmente da América do Sul e da região do Caribe. Os países que utilizaram os F-80 foram os seguintes: **Brasil**, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Estados Unidos, México, Peru, República Dominicana e Uruguai.

O Lockheed F-80C na Força Aérea Brasileira: antecedentes

Em dezembro de 1956, o 1º Esquadrão do 4º Grupo de Aviação (**1º/4º GAV**), sediado em Fortaleza, CE, recebeu os últimos aparelhos de caça Republic F-47D Thunderbolt, ainda em condições operacionais, acarretando na modificação da missão da Unidade, que era a de formar os pilotos de bombardeio, para ministrar a instrução de pilotos de caça da Força Aérea Brasileira (**FAB**). Essas aeronaves foram recebidas do 2º/5º GAV, que operou tais aparelhos de 1953 a 1956, com a mesma finalidade, em Natal, RN.



Último padrão de pintura dos F-80C no Esquadrão Pacau

Porém, em decorrência de inúmeros problemas técnicos, que começaram a ocorrer, como a falta de suprimento de peças e casos de fadiga de material, aconteceu a desativação imediata do F-47, que foi substituído, momentaneamente, pelos aviões de treinamento North American T-6G nas lides da instrução de caça e de voo por instrumentos, no 1º/4º GAV.

Para fazer frente a essa nova situação, o governo brasileiro iniciou gestões junto aos Estados Unidos para conseguir algumas aeronaves de caça em substituição aos veteranos caças Republic F-47, na tarefa de instrução de formação de pilotos de caça, no 1º/4º GAV. Tal solicitação foi prontamente atendida, e um lote de 33 aparelhos Lockheed F-80C foi destinado à FAB para que, juntamente com quatro aparelhos bipostos Lockheed T-33 T-Bird, constituíssem a dotação aérea do 1º/4º GAV.

O Lockheed F-80C no 1º/4º GAV

Os últimos Republic F-47 Thunderbolt chegaram a assistir a chegada dos primeiros jatos a Fortaleza, pois, em 10 de dezembro de 1956, foram recebidos os quatro primeiros aviões bipostos Lockheed T-33 T-Bird. Estes seriam utilizados na instrução de voo de aeronaves a jato, além de propiciar a transição de pilotagem dos pilotos de caça para o jato monoposto Lockheed F-80C, que também deveria ter sido incorporado a partir de 1957, porém, por problemas operacionais, as 13 primeiras aeronaves somente foram recebidas em 17 de janeiro de 1958.

Mais 15 aviões foram incorporados em 17 de maio do mesmo ano, e as seis últimas aeronaves chegaram logo depois, em 25 e 26 de maio, totalizando 33 unidades, que foram matriculadas de **FAB 4200** a **FAB 4232**. Todas as aeronaves foram trasladadas em voo por pilotos americanos e recebidas em Fortaleza ainda pintadas com as cores e as matrículas da USAF.

Os F-80C operaram no 1º/4º GAV, juntamente com os T-33, para a realização do curso operacional de piloto de caça dos oficiais recém-formados, na então Escola de Aeronáutica, bem como atuando na defesa aérea de toda a região Nordeste do Brasil.

Problemas operacionais e técnicos levaram à desativação dos F-80C em 1967, quando esses aparelhos foram substituídos por jatos Lockheed TF-33, que foram adquiridos, em lote adicional, dos estoques da USAF para tal.

Quadro geral da operação do Lockheed F-80C na FAB

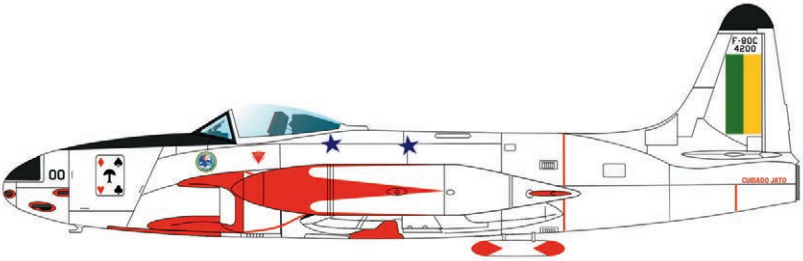
Designação	Período	Quantidade	Matrículas	Utilização
F-80C	1958 a 1973	33	FAB 4200 a 4232	Instrução de caça

Fontes: arquivos do autor – PARF

Coringa: o F-80C que mais tempo operou na FAB

Com a desativação da frota de aviões F-80C em 1967, foi decidido que um dos aparelhos, justamente o de matrícula mais antiga: o FAB 4200 fosse mantido em condições de voo, para ser utilizado pelo comandante do 1º/4º GAV.

Tendo como retaguarda um bom estoque de peças sobressalentes, para qualquer eventualidade, o 4200 recebeu um esquema personalizado de pintura, tendo a fuselagem do aparelho pintada de branco, com aplicações em vermelho e estrelas azuis, além da carta de trunfos, que é o distintivo do comandante do esquadrão, aplicado no *nariz,* no lado esquerdo, bem como um Coringa, no lado direito do *nariz*.

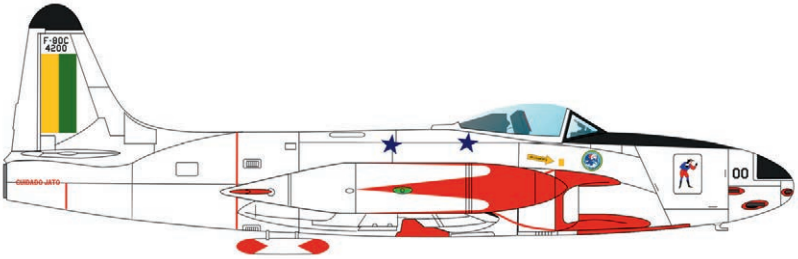


Pintura do Coringa utilizada de 1968 a 1973 – Vista do lado esquerdo

O Coringa, como ficou conhecido em toda a FAB, por ser o único F-80C em operação e pela bela pintura, operou no 1º/4º GAV, até 1973, ocasião em que foi determinada a sua transferência para o Museu Aeroespacial, para ser preservado para sempre.

No voo de seu traslado para o Campo dos Afonsos, realizado em 15 de agosto de 1973, o Coringa acidentou-se nas proximidades da cidade de Bom Jesus do Galho, BA, acarretando a morte de seu piloto e a perda total da aeronave, encerrando, de forma trágica, a operação dos F-80C no Brasil.

Somente em 14 de agosto de 1981, o Museu Aeroespacial recebeu outro aparelho F-80C para o seu acervo, incorporando o aparelho matriculado FAB 4201, que ficou vários anos sendo utilizado para a instrução no solo, dos alunos da Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR), em Guaratinguetá – SP, sendo, posteriormente, exposto em praça pública, em São José dos Campos – SP, de onde foi levado para o MUSAL, para recuperação e exposição.



Pintura do Coringa utilizada de 1968 a 1973 – Vista do lado direito, com o Coringa

Existem mais dois F-80C preservados no Brasil, sendo o FAB 4220, na cidade de Dumont, MG e o FAB 4225, na entrada da Base Aérea de Fortaleza, CE.

Desenho do Coringa

Emblema do 1º/4º GAV

Como um avião que deixou o seu nome na história da aviação, por ter sido o primeiro caça a jato desenvolvido nos Estados Unidos, o F-80C marcou uma época na aviação de caça da FAB, tendo participado, efetivamente, da formação de inúmeros pilotos de caça, em quem deixou a saudade de sua operação no 1º/4º Grupo de Aviação.

Frota completa dos Lockheed F-80C da FAB

Ordem	Matrícula	Nº Constr.	Ex-USAF	Observação
01	FAB 4200	080-2171	49-423A	Acidentado 15 ago 1973, em Bom Jesus do Galho, BA – w/o
02	FAB 4201	080-2181	49-433A	Classe 01 – Preserv. MUSAL 14 ago 1981
03	FAB 4202	080-2192	49-444A	Acidentado 10 jun 1964 Fortaleza, CE w/o
04	FAB 4203	080-2204	49-456A	Descarregado 20 ago 1965 NRRecup.
05	FAB 4204	080-2210	49-462A	Desativado 09 maio 1967
06	FAB 4205	080-2237	49-489A	Desativado 21 ago 1967
07	FAB 4206	080-2262	49-514A	Acidentado 18 maio 1965 Recife, PE w/o
08	FAB 4207	080-2295	49-547A	Acidentado 03 set 1959 Fortaleza, CE w/o
09	FAB 4208	080-2311	49-563A	Desativado 21 ago 1967

10	FAB 4209	080-2362	49-614A	Descarregado 29 dez 1966 NRRecup.
11	FAB 4210	080-2377	49-629A	Acidentado set 1963 Fortaleza, CE w/o
12	FAB 4211	080-2379	49-631A	Desativado 29 maio 1967
13	FAB 4212	080-2387	49-639A	Desativado 09 maio 1967
14	FAB 4213	080-2304	49-556	Desativado 21 ago 1967
15	FAB 4214	080-2363	49-615	Desativado 29 maio 1967
16	FAB 4215	080-2370	49-622	Desativado 28 jun 1966
17	FAB 4216	080-2373	49-625	Desativado 28 jun 1966
18	FAB 4217	080-2380	49-632	Desativado 29 maio 1967
19	FAB 4218	080-2395	49-647	Desativado 29 maio 1967
20	FAB 4219	080-2424	49-676	Acidentado 19 jun 1961 Aquirás, CE w/o
21	FAB 4220	080-2467	49-719	Desativado 28 jun 1966 Pres. Dumont MG
22	FAB 4221	080-2510	49-762A	Acident.22 set 1958 São Benedito, CE w/o
23	FAB 4222	080-2530	49-782A	Desativado 31 jul 1967
24	FAB 4223	080-2544	49-796A	Desativado 09 maio 1967
25	FAB 4224	080-2566	49-818A	Acidentado 27 set 1964 Fortaleza, CE w/o
26	FAB 4225	080-2575	49-827	Desativado 29 maio 1967 – Preserv. BAFZ
27	FAB 4226	080-2240	49-492A	Desativado 28 jun 1966
28	FAB 4227	080-2534	49-786A	Desativado 31 jul 1967
29	FAB 4228	080-2601	49-853A	Acidentado 29 dez 1958 Aquirás, CE w/o
30	FAB 4229	080-2154	48-897A	Desativado 28 jun 1966
31	FAB 4230	080-2201	49-453A	Acidentado 04 jan 1961 Fortaleza, CE w/o
32	FAB 4231	080-2526	49-778A	Desativado 21 ago 1967
33	FAB 4232	080-2691	49-1864A	Acidentado 14 set 1961 Fortaleza, CE w/o

Fontes: arquivos do autor – 1º/4º GAV – PARF – DIRMA – CENIPA

Unidades que operaram o lockheed f-80c na FAB

Unidade	Período	Observação
1º/4º GAV	1958 a 1973	Treinamento, Caça
PARF[1]	1958 a 1973	Parque apoiador da aeronave

Fonte: arquivos do autor

Principais características do Lockheed F-80C

Tipo	Aeronave de caça, monoplano, asa baixa, monorreator, monoplace
Envergadura	11,81 m
Comprimento	10,49 m
Altura	3,43 m
Superfície Alar	22,07 m2
Velocidade Máxima	956 km/h
Peso Vazio	3.819 kg
Peso Máximo	7.646 kg
Razão de Subida	2.094 m/min
Teto Máximo	14.265 m
Alcance	2.220 km
Grupo Propulsor	1 Turbojato Allison J-33-A-23, de 4.600 lb de empuxo
Armamento	6 metralhadoras Browning M3 .50. 907 kg de bombas ou 12 foguetes HVAR de 127 mm

Fontes: Lockheed – 1º/4º GAV – DIRMA

Desenhos: Rudnei Dias da Cunha

[1]*O Decreto nº 73.544, de 23/01/1974, muda a denominação de Parques de Aeronáutica, para Parques de Material Aeronáutico, passando o* ***PARF*** *a designar-se* ***PAMA RF*** *a partir dessa data.*

Aparecido Camazano Alamino é Coronel-Aviador Reformado, Historiador Aeronáutico e Membro Correspondente do INCAER.

O Museu Aeroespacial[1]

Wilmar Terroso Freitas

A ideia de um Museu Aeronáutico data de 1943, quando o então Ministro Dr. Salgado Filho determinou sua organização, sendo o trabalho inicial e posteriores tentativas interrompidos por falta de local disponível.

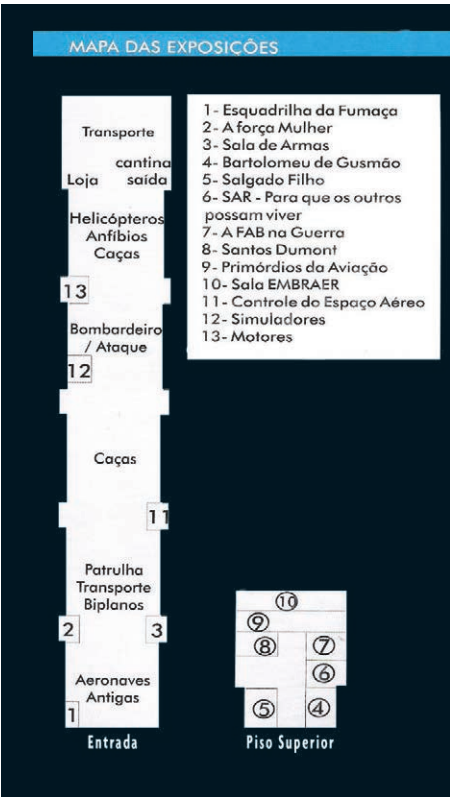
Atendendo à Exposição de Motivos do Ministro da Aeronáutica, Ten Brig Ar Araripe Macedo, o Presidente Emílio Garrastazu Médici criou o Núcleo do Museu Aeroespacial em 31 de julho de 1973, pelo Decreto nº 72.552. Em janeiro de 1974, iniciaram-se os trabalhos de restauração do prédio e hangares (antiga *Divisão de Instrução de Voo* da Escola de Aeronáutica), simultaneamente à coleta de acervo, restauração de aviões, motores, armas e outras peças de valor histórico, até que, em 18 de outubro de 1976, o Museu Aeroespacial (MUSAL) foi inaugurado.

Situado no Campo dos Afonsos, considerado o *Berço da Aviação Militar*, atualmente o Museu Aeroespacial integra o Campus da Universidade da Força Aérea (UNIFA) e está subordinado administrativamente ao Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER). A importância do MUSAL decorre da necessidade de preservar e divulgar o material aeronáutico e documentos históricos para as futuras gerações.

O que há para fazer?

O espaço físico destinado às instalações do Museu ocupa uma área de 15.195m^2, incluindo um prédio de dois andares e cinco hangares. As salas de exposição do prédio abrigam coleções sobre a história da aviação e aeronaves de diversos períodos. Nos hangares e na área externa, estão, em exposição, mais de oitenta aeronaves de relevante valor histórico e tecnológico.

[1] *Texto baseado em folheto de divulgação.*



O Museu Aeroespacial recebe, em média, 60 mil visitantes por ano, com tipologia e faixas etárias variadas. O estudante, que vem só ou em grupos escolares, e até os mais aficionados pesquisadores sobre o assunto são frequentadores desse espaço com objetivos diferentes, mas sempre com renovado interesse, já que a aviação desperta no público, em geral, um grande fascínio. No tocante às pesquisas solicitadas ou efetuadas pelo próprio visitante, é colocado à disposição do interessado um valioso acervo bibliográfico com cerca de cinco mil títulos especializados, além de um importante arquivo histórico, contendo documentos escritos e impressos, fotografias, slides, negativos, vídeos e filmes.

Ali encontra-se uma equipe de restauradores que são constantemente desafiados a aplicarem técnicas e criatividade para realizarem, com fidelidade, restaurações consideradas extremamente difíceis.

O MUSAL situa-se à Av. Marechal Fontenelle, 2000, no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). A entrada é franca e há amplo estacionamento, também grátis. É possível agendar visitas guiadas pelo telefone 2157-2587, e pode-se filmar ou fotografar.

Nos fins de semana, o aeromodelismo é uma vibrante atração. Com certeza, uma visita ao Museu Aeroespacial não é deleite somente para aviadores ou entusiastas, mas é excelente programa para todas as idades e níveis culturais.

Wilmar Terroso Freitas é Maj Brig Ar R1, com mestrado em Ciências Aeronáuticas pela Universidade da Força Aérea (2008), e Subdiretor de Divulgação do INCAER.

Biblioteca Ten Brig Moreira Lima

Nair de Laia

O INCAER foi criado no dia 27 de junho de 1986, durante a gestão do Ministro da Aeronáutica Ten Brig Ar Octávio Júlio Moreira Lima, homem culto e ciente da relevância do saber histórico. Três anos depois, em 30 de outubro de 1989, composta basicamente por doações feitas por militares da Aeronáutica e seus familiares, nasceu a Biblioteca do INCAER, tendo, como missão, a preservação da história e da memória aeronáutica brasileira.

Atualmente, seu acervo é composto por 10 mil volumes, entre os quais, dois mil periódicos , diversos filmes, documentários, depoimentos e entrevistas sobre a Aeronáutica mundial, constituindo-se fonte de estudos para pesquisadores, centros universitários e amantes da aviação. Destaca-se, especialmente, o acervo de obras raras que vão, desde legislações antigas do final do século XIX, até a rara obra *Navegação Aérea*, de Ribas Cadaval, publicada em 1911.

As obras bibliográficas estão incluídas no sistema SISBIBLIO, criado pela Seção de Informática do INCAER especialmente para nossa biblioteca, onde a busca é feita por assunto, autor e título. Essa pesquisa está disponível na nossa página da internet.

Como segundo Diretor do INCAER, o Ten Brig Ar Moreira Lima mostrou-se sempre comprometido com a disseminação da Cultura Aeronáutica, incentivando e dando apoio à Biblioteca do Incaer. Hoje, sob a Direção do Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, ela foi redimensionada e modernizada, tendo seu espaço sido ampliado com novas estantes deslizantes. No dia 31 de julho de 2014, imortalizando a ilustre personalidade que serviu à Força Aérea Brasileira, homenageamos o criador do INCAER designando a nossa Biblioteca como:

Biblioteca Ten Brig Moreira Lima

A placa foi inaugurada, em emocionante cerimônia, pela Sra. Anna Guasque Moreira Lima, viúva do insigne ex-Diretor do INCAER.

Biblioteca
Ten Brig Moreira Lima

DOAÇÕES RECEBIDAS PELO INCAER

De: Lauro Ney Menezes – Maj Brig Ar

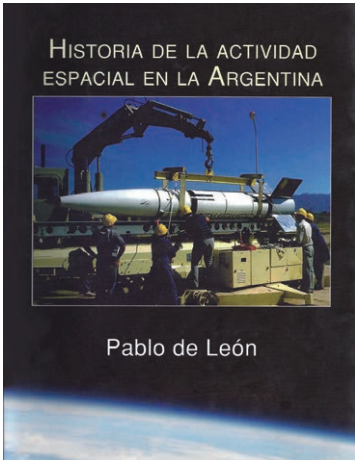
O Poder Aéreo e seus Teoristas, Maj Brig Lauro Ney Menezes; 2013

De: Israel Blajberg

A Revolta do Contestado – 1912-1916: *nas memórias e nos ensinamentos militares de seu pacificador*, Cláudio Moreira Bento; 2013

De: Reginaldo dos Santos Guimarães – Cel Av Refm

Historia de la Actividade Espacial em la Argentina, Pablo de León; 2008



De: Manuel Bezerra Barreto Reale – Cel Av R1

Historia de la Aviación Naval Argentina, Estado Mayor General de la Armada; 1992

Clube do Livro

O Clube do Livro é responsável por vender e distribuir obras de autores civis e militares, publicadas pelo INCAER, ou com a sua chancela, sob o título de *Coleção Aeronáutica*.

A Coleção Aeronáutica nasceu para registrar os fatos e personagens mais significativos no meio aeronáutico, ampliar o conhecimento sobre o Poder Aeroespacial, pela leitura de autores clássicos e especializados, e estimular o surgimento de escritores civis e militares especializados em História da Aviação.

A venda de livros é feita por preço de custo, na sede do INCAER:

Praça Marechal Âncora, 15-A – Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP 20021-200

Pelos telefones: (21) 2101-4967 / 2101-4966

Ou pelo correio eletrônico: clubedolivro@incaer.aer.mil.br

Nair de Laia é Bibliotecária, Chefe da Biblioteca Ten Brig Moreira Lima.

Coleção Aeronáutica

SÉRIE

HISTÓRIA GERAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

VOL. 1 – Dos Primórdios até 1920.
VOL. 2 – De 1921 às Vésperas da Criação do Ministério da Aeronáutica.
VOL. 3 – Da Criação do Ministério da Aeronáutica ao Final da Segunda Guerra Mundial.
VOL. 4 – Janeiro de 1946 a Janeiro de 1956 – Após o Término da Segunda Guerra Mundial até a Posse do Dr. Juscelino Kubitschek como Presidente da República.

SÉRIE

HISTÓRIA SETORIAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

1 – Santos-Dumont e a Conquista do Ar – Aluízio Napoleão
2 – Santos-Dumont and the Conquest of the Air – Aluízio Napoleão
3 – Senta a Pua! – Rui Moreira Lima
4 – Santos-Dumont – História e Iconografia – Fernando Hippólyto da Costa
5 – Com a 1ª ELO na Itália – Fausto Vasques Villanova
6 – Força Aérea Brasileira 1941-1961 – Como eu a vi – J. E. Magalhães Motta
7 – A Última Guerra Romântica – Memórias de um Piloto de Patrulha – Ivo Gastaldoni
8 – Asas ao Vento – Newton Braga
9 – Os Bombardeiros A-20 no Brasil – Gustavo Wetsch
10 – História do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – Flávio José Martins
11 – Ministros da Aeronáutica 1941-1985 – João Vieira de Sousa
12 – P-47 B4 – O Avião do Dorneles – J. E. Magalhães Motta
13 – Os Primeiros Anos do 1º/14º GAv – Marion de Oliveira Peixoto
14 – Alberto Santos-Dumont – Oscar Fernández Brital
15 – Translado de Aeronaves Militares – J. E. Magalhães Motta
16 – Lockheed PV-1 "Ventura" – J. E. Magalhães Motta
17 – O Esquadrão Pelicano em Cumbica – 2º/10º GAv – Adéele Migon
18 – Base Aérea do Recife – Primórdios e Envolvimento na 2ª Guerra Mundial – Fernando Hippólyto da Costa
19 – Gaviões de Penacho – Lysias Rodrigues
20 – CESSNA AT-17 – J. E. Magalhães Motta
21 – A Pata-Choca – José de Carvalho
22 – Os Primórdios da Atividade Espacial na Aeronáutica – Ivan Janvrot Miranda
23 – Aviação Embarcada – José de Carvalho

24 – O P-16 Tracker e a Aviação Embarcada – Laércio Becker
25 – Tempos de Gloster e Catalina – Marion de Oliveira Peixoto

SÉRIE

ARTE MILITAR E PODER AEROESPACIAL

1 – A Vitória pela Força Aérea – A. P. Seversky
2 – O Domínio do Ar – Giulio Douhet
3 – A Evolução do Poder Aéreo – Murillo Santos
4 – Aeroportos e Desenvolvimento – Adyr da Silva
5 – O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas – Murillo Santos
6 – A Psicologia e um novo Conceito de Guerra – Nelson de Abreu O' de Almeida
7 – Emprego Estratégico do Poder Aéreo – J. E. Magalhães Motta
8 – Da Estratégia – O Patamar do Triunfo – Ivan Zanoni Hausen

SÉRIE

CULTURA GERAL E TEMAS DO INTERESSE DA AERONÁUTICA

1 – A Linha, de Mermoz, Guillaumet, Saint-Exupéry e dos seus companheiros de Epopéia – Jean-Gérard Fleury
2 – Memórias de um Piloto de Linha – Coriolano Luiz Tenan
3 – Ases ou Loucos? – Geraldo Guimarães Guerra
4 – De Vôos e de Sonhos – Marina Frazão
5 – Anesia – Augusto Lima Neto
6 – Aviação de Outrora – Coriolano Luiz Tenan
7 – O Vermelhinho – O Pequeno Avião que Desbravou o Brasil – Ricardo Nicoll
8 – Eu vi, vivi ou me contaram – Carlos P. Aché Assumpção
9 – Síntese Cronológica da Aeronáutica Brasileira (1685–1941) – Fernando Hippólyto da Costa
10 – O Roteiro do Tocantins – Lysias A. Rodrigues
11 – Crônicas... no Topo – João Soares Nunes
12 – Piloto de Jato – L. S. Pinto e Geraldo Souza Pinto
13 – Vôos da Alma – Ivan Reis Guimarães
14 – Voando com o Destino – Ronald Eduardo Jaeckel

Pedidos ao:
INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
Praça Marechal Âncora, 15-A, Centro – Rio de Janeiro – RJ
Cep: 20021-200 – Tel: (21) 2101-4966 / 2101-6125
Internet: www.incaer.aer.mil.br e–mail: incaer@incaer.aer.mil.br

INCAER